



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Ciências Exatas e da Terra I
Bacharelado em Urbanismo

Felipe Caldas Batista

URBANISMO E IDEOLOGIA:
uma introdução ao Urbanismo em Salvador nos anos 30 e 40

Salvador
2010

Felipe Caldas Batista

URBANISMO E IDEOLOGIA:
uma introdução ao Urbanismo em Salvador nos anos 30 e 40

Trabalho monográfico apresentado na disciplina
Seminário Monográfico como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientador: Prof. Luiz Antonio de Souza

Salvador
2010



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Ciências Exatas e da Terra I
Bacharelado em Urbanismo

Felipe Caldas Batista

URBANISMO E IDEOLOGIA:
uma introdução ao Urbanismo em Salvador nos anos 30 e 40

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, 13 de Agosto de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Arquiteto Luiz Antonio de Souza – Universidade do Estado da Bahia
(UNEB - Salvador)

Prof. Socióloga Cleide Magali Santos – Universidade do Estado da Bahia
(UNEB - Salvador)

Prof. Historiador Washington Luís Lima Drummond – Universidade do Estado da Bahia
(UNEB – Jacobina)

Dedico este trabalho aos soteropolitanos que lutam e pacientemente esperam pelos primeiros raios de mudança a surgirem por detrás das densas nuvens ideológicas.

AGRADECIMENTOS

Desde cedo percebi que a atividade de escrever é necessariamente uma atividade que gera dívidas intelectuais e emocionais com algumas pessoas que cruzam nosso caminho durante a elaboração do texto. Nesse espaço intitulado “Agradecimentos” todo escritor tenta ser minimamente justo com essas pessoas que, ao seu modo, contribuíram com a realização do trabalho. O fato é que todo trabalho é coletivo.

Então, para este trabalho, agradeço a meus pais (Sônia Maria e Josué Batista) pelo apoio material despendido em anos de estudos e, em especial, quero frisar o carinho recíproco que há entre eu e meus irmãos Társis Caldas e Priscila Vila Verde que são constantes fontes de apoio e ânimo, não sendo diferente nesse trabalho.

Quero agradecer ao meu professor e orientador, o urbanista Luiz Antônio de Souza pela forma inteligente e invulgar com que me orientou e em quem encontrei mais do que um simples orientador, mas um colega que se empolgou com o meu trabalho e, assim, me deu asas para alçar vôos audaciosos.

Contraí dívidas emocionais e intelectuais com amigos e colegas de Urbanismo tais como Mário Sérgio Santos e Tiago Britto sendo esses dois meus amigos desde os primeiros anos de curso. No contexto de monografia, tenho a prazerosa obrigação de agradecer a presença e companheirismo dos colegas e recém-amigos Ilana Almeida e Rodrigo Alves. O que posso dizer é que a dura tarefa de escrever a monografia me aproximou de Ilana e Rodrigo.

Por fim, quero render minha gratidão aos bibliotecários, esses auxiliares anônimos, que todo escritor se faz devedor. Agradeço aos bibliotecários da Fundação Mário Leal Ferreira, aos da Biblioteca Central do Estado, aos da Fundação Gregário de Matos e também aos da Biblioteca da CONDER.

“O historiador nada mais é do que um figurante caminhando com dificuldade no meio da procissão. E à medida que a procissão serpenteia, desviando-se ora para a direita e ora para a esquerda, algumas vezes dobrando-se sobre si mesma, as posições relativas das diferentes partes da procissão estão constantemente mudando, de maneira que pode perfeitamente fazer sentido coerente dizer, por exemplo, que nós estamos mais próximos hoje da Idade Média do que nossos bisavós há cem anos atrás ou que a época de César está mais próxima de nós do que a época de Dante.

Novas perspectivas, novos ângulos de visão constantemente aparecem na medida em que a procissão – e o historiador com ela – se desloca. O historiador é parte da história. O ponto da procissão em que ele se encontra determina seu ângulo de visão do passado.

[...] Escreve-se a grande história precisamente quando o historiador tem do passado uma visão que penetra nos problemas do presente, tornando-se, portanto, mais iluminada”.

Edward Hallet Carr (2002; p. 71 a 73)

RESUMO

Objetivo principal desse trabalho é refletir sobre as bases ideológicas do urbanismo nas décadas de 1930 e 1940 em Salvador. Ao lado do discurso do urbanismo, procuramos analisar o discurso sobre a cidade e os problemas urbanos que, nos anos 1930, são representados pelos técnicos, jornalistas e políticos enquanto “caos urbano”. Temos como objetivos específicos caracterizar as condições sócio-econômicas e urbanísticas da cidade do Salvador durante a primeira metade do século XX, conceituar ideologia e o positivismo enquanto lastro ideológico do discurso do urbanismo em todo este período, assim como estudar, brevemente, o urbanismo realizado na Primeira República em Salvador, para que, a partir daí, o urbanismo das décadas de 1930 e 1940 possam ser discutidos. Concluimos que o discurso urbanístico que foi introduzido a partir dos anos 30 em Salvador se desenvolveu basicamente como discurso em um seletivo meio político e profissional enquanto que o “urbanismo de Seabra” com seus alargamentos viários visando o tráfego e demais obras de agrado das elites foi além do discurso monopolizando a prática.

Palavras-Chaves: Urbanismo, Ideologia, Pensamento Urbanístico, Salvador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distritos Urbanos de Salvador – 1º República	P. 32
Figura 2	Número de Prédios nos Distritos Centrais e Periféricos	P. 34
Figura 3	Crescimento Urbano do Município de Salvador (1549-1940)	P. 35
Figura 4	Rede Urbana da Bahia – 1940	P. 39
Figura 5	Melhoramentos Urbanos em Salvador (1912-1916)	P. 58
Figura 6	Avenida Sete de Setembro – 1915	P. 59
Figura 7	Praça Municipal nos anos 30 e a presença do automóvel em Salvador.	P. 60
Figura 8	Edificações a Demolir na Av. Bonfim na administração Neves da Rocha.	P. 63
Figura 9	Edificação a Demolir na Rua José Gonçalves no Distrito da Sé - administração Neves da Rocha.	P. 64
Figura 10	Edificação Demolida – Av. Joana Angélica- administração Neves da Rocha.	P. 64
Figura 11	Alargamento e Pavimentação da Rua da Ajuda no Distrito da Sé - administração Neves da Rocha	P. 65
Figura 12	Rua Visconde de Mauá - administração Neves da Rocha	P. 65
Figura 13	Park-ways	P. 105
Figura 14	Perfil de Park-way	P. 106
Figura 15	Assinatura do 1º Contrato do EPUCS em 1943	P. 115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População Recenseada nas Maiores Capitais Brasileiras	P. 27
Tabela 2	Crescimento Médio Anual das Principais Capitais Brasileiras	P. 29
Tabela 3	Distribuição da População Residente entre Bairros Centrais e Periféricos – Salvador	P. 32
Tabela 4	Número de Prédios: Distritos Centrais e Periféricos	P. 33
Tabela 5	Demolições Realizadas no Governo Municipal de Neves da Rocha (1937-1942)	P. 62
Tabela 6	Planos de Urbanismo em Cidades Brasileiras Pós-Revolução de 30	P. 79
Tabela 7	Organização da Comissão do Plano da Cidade	P. 83-85
Tabela 8	Temáticas trabalhadas pelo EPUCS	P. 119

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO, **12**
2. CONCEITO DE IDEOLOGIA, **14**
 - 2.1 A Ideologia do Progresso, **17**
3. CARACTERIZAÇÃO DE SALVADOR 1900-1950, **24**
4. A BELLE ÉPOQUE BAIANA (1900-1930), **44**
 - 4.1 Planos de Embelezamento ou Melhoramentos, **44**
 - 4.1.1 Formação Institucional e Profissional, **44**
 - 4.1.2 Modernização das Cidades Latino-Americanas, **47**
 - 4.1.3 Os Planos de Melhoramentos e a Ideologia do Progresso em Salvador, **48**
 - 4.1.4 Planos de Melhoramentos em Salvador nos anos 30, **60**
5. URBANISMO NA BAHIA (1930-1950), **66**
 - 5.1 Plano Diretor: principais características e influências, **66**
 - 5.1.1 Introdução do Plano Diretor Urbano na América Latina, **66**
 - 5.2 A Comissão do Plano da Cidade, **80**
 - 5.2.1 Principais Agentes (políticos, profissionais e sociedades), **80**
 - 5.2.2 Modelo de Urbanismo da “Semana de Urbanismo”, **91**
 - 5.2.2.1 Plano Diretor na “Semana de Urbanismo”, **98**
 - 5.2.2.2 A Cidade Informal na “Semana de Urbanismo”, **101**
 - 5.2.2.3 Propostas da Comissão para Salvador, **103**
 - 5.2.2.4 Encerramento da Comissão, **108**
 - 5.3 Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), **110**
 - 5.3.1 Principais Agentes (profissionais e políticos), **110**
 - 5.3.2 O Modelo de Urbanismo do EPUCS, **115**
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS, **128**
7. REFERÊNCIAS, **131**.

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objetivo principal refletir sobre as bases ideológicas do urbanismo nas décadas de 1930 e 1940 em Salvador. Para tal, foi necessário partir do conceito de ideologia e, a partir daí, inquirir as bases ideológicas que servem de estofo ao discurso do urbanismo naquelas décadas. Ao lado do discurso do urbanismo, procuramos analisar o discurso sobre a cidade e os problemas urbanos que, nos anos 1930, são representados pelos técnicos, jornalistas e políticos enquanto “caos urbano”. Encontrei no positivismo a base filosófica de sustentação do urbanismo tanto na Primeira República quanto na Segunda República. Depois dessa análise conceitual a respeito da ideologia do positivismo, partir para uma concisa caracterização da realidade sócio-econômica e urbanística de Salvador da primeira metade do século XX cobrindo o horizonte temporal desse trabalho.

Em linhas gerais, procurei discutir o pensamento urbanístico dos anos 30 e 40 em Salvador depois de apresentar o pensamento urbanístico típico da Primeira República, em suas características básicas. Basicamente nas três primeiras décadas do século XX dominou no Brasil o urbanismo de Haussmann, Pereira Passos, e Seabra. Através dos planos de melhoramentos ou embelezamento, esse urbanismo se limitava a propor as obras de adequação do tecido urbano de origem colonial às novas demandas do século XX e interesses comerciais e imobiliários das elites urbanas. Mas, a partir do final dos anos 20, um novo discurso urbanístico, pouco a pouco, ganhou espaço no meio político e técnico não apenas no Brasil, mas nos demais países latino-americanos. Como procurei apresentar, essa mudança conceitual e metodológica do urbanismo ocorreu primeiramente na Europa, principalmente, na França, a partir da década de 1910 entre os novos arquitetos e urbanistas franceses em torno das novas instituições de representação profissional (Sociedade Francesa de Urbanistas-SFU) e de formação (Instituto Parisiense de Urbanismo).

O que houve foi reorientação ideológica de Haussmann para os reformadores britânicos tais como os precursores do movimento cidade-jardim, os filantropos tais como Robert Owen e, principalmente, a visão evolutiva e interpretativa de Patrick Geddes. Além do mais, décadas depois do engenheiro catalão Idelfonso Cerda (1869), os urbanistas da SFU procuravam sistematicamente conceituar a ciência urbanística. Esse urbanismo da SFU, com essas novas bases filosóficas, aporta na América Latina principalmente através dos urbanistas viajantes tais como Alfred Agache que foi a maior influência no urbanismo brasileiro até o final da Segunda Guerra.

Tentamos responder a um questionamento: por que o urbanismo da “Semana de Urbanismo” nos anos 30 e o urbanismo do “Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador” (EPUCS) se manifestou principalmente enquanto ideologia e o urbanismo dos planos de embelezamento e melhoramento da Primeira República, apesar de possuir um discurso pouco aprimorado, domina na prática.

O presente trabalho monográfico desenvolve-se na disciplina “Seminário Monográfico” coordenada pelo professor e economista Ney Castro e apresenta-se como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia.

Lançamos mão de documentação primária tal como cartas, ofícios da Administração, os resumos das palestras realizadas na Semana de Urbanismo de 1935, jornais da época, alguns ofícios emitidos pela Comissão Organizadora do Plano da Cidade e pelo EPUCS, além de publicações posteriores sobre a temática. Privilegiamos os dados primários no intuito de não reproduzir o discurso dominante que ressoa por décadas consensualmente através de autores que têm sido referência quase única sobre o tema. O caminho adotado foi apresentando seus espinhos na medida em que fomos avançando na pesquisa. Acima de tudo, os dados primários exigiram desse pesquisador a paciência de um garimpeiro. Durante o período dedicado à prospecção das informações primárias nos arquivos públicos, maio a agosto de 2010, a escassez dos dados primários foi a maior dificuldade do trabalho.

Consideramos que o estudo histórico do pensamento urbanístico dos anos 30 e 40 em Salvador revela elementos a retomar atualmente pelos políticos e profissionais do planejamento urbano tais como a discussão de um projeto global para a cidade em outras palavras, “qual a cidade que queremos?” e a discussão do lugar do pobre na sociedade urbana e qual seu lugar no espaço de Salvador que hoje é uma capital com quase 3 milhões de habitantes. Alguns elementos melhor será deixá-los no passado histórico, tais como o “organicismo”, a eugenia e a “segregação planejada” dos pobres no espaço urbano. A discussão da “Semana de Urbanismo” e do EPUCS nos anos 30 e 40 sobre as bases de um urbanismo do “bem-estar social” capaz de prover os elementos infra-estruturais para o progresso econômico e para a reprodução de uma mão-de-obra assalariada faz-se premente nos dias de hoje onde um urbanismo neo-liberal cujas marcas são o privatismo e o *laissez faire* agravam nossas condições de atraso econômico e pauperismo da população.

2. CONCEITO DE IDEOLOGIA

Começaremos este trabalho estabelecendo os termos de nossa concepção sobre ideologia. Como nosso título é “Urbanismo e Ideologia” parece-nos sensato iniciar esta monografia dirimindo dubiedades no uso desta palavra.

Segundo Marx & Engels (2006), ideologia é um ideário histórico produzido pelas classes dominantes e seus ideólogos cujo fim é satisfazer as necessidades humanas por representações e explicações da realidade existencial e social. Um ideário responsável por ocultar os reais motivos dos problemas sociais e das desigualdades entre os homens. Um ideário histórico, social e político cuja produção é justificada pela existência de sociedade dividida em classes sociais opostas, exploradores e explorados e lutas classistas que emanam da divisão social em torno da produção econômica e repartição do que é produzido.

Neste sentido conceitua Marilena Chauí¹ a ideologia como um “ideário histórico, social e político que oculta à realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”.

A concepção materialista da história se baseia “no processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata [...] como fundamento de toda a história [...] e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc.”. Ao contrário da concepção idealista da história, a historiografia marxista se preocupa em não explicar a práxis a partir da idéia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da práxis material [...]”.²

Portanto, partindo das condições materiais de existência, instituições são criadas cristalizando a sociabilidade entre os homens (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de artes, transmissões de costumes, língua etc.). Além de criar instituições para fixar sua sociabilidade, os homens produzem representações e idéias através das quais procuram explicar a realidade individual e social. É neste sentido que Marx & Engels afirmam:

“A produção das idéias, de representações e de consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens como linguagem da vida material. As representações, o

¹ CHAUI, Marilena. *O Que é Ideologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006, p. 7.

² MARX & ENGELS. Op. Cit. P. 66.

*pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como
emanação direta de seu comportamento material”.*³

Acima de tudo, a razão de ser da ideologia é a existência das classes sociais e lutas de classes. Em sociedades divididas em classes (ou castas) urge produzir todo um arsenal ideológico cujo fim é escamotear os fundamentos reais da divisão social no seio da sociedade. As classes sociais “são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas de propriedades [...]”⁴. Quando há dominados e dominadores aí se faz presente a ideologia. Posto que “Em sociedades divididas em classes (ou castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas idéias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político”⁵.

Nas sociedades divididas em classes, aqueles que detêm os meios de produção material conseqüentemente controlam os meios de produção intelectual, por isso “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes”⁶. Por meio dos diversos aparelhos ideológicos (escolas, imprensa, Estado, família etc.) as elites produzem e distribuem suas idéias e representações encobrando as contradições da realidade social. Acima dissemos que o produto do pensar tem por fundamento as condições materiais de existência. Porém isso não quer dizer que os homens representam a realidade concreta tal qual ela é, mas tal qual lhe parece em sua experiência imediata. Este fato justifica a metáfora da “câmara escura” utilizada por Marx & Engels em “Ideologia Alemã”: através da ideologia, os homens enxergam a realidade social de modo invertido, de “cabeça para baixo”, trocando as causas pelos efeitos.

A ideologia permite que os dominadores exerçam a dominação sem que os dominados percebam a dominação enquanto tal. O papel da ideologia é negar as divisões classistas oferecendo em troca o discurso da unidade entre os homens através de abstrações tais como Estado, Nação, Civilização, Humanidade etc.

³ MARX & ENGELS. Op. Cit. P. 51.

⁴ CHAUI, Marilena. Op. Cit. p 2.

⁵ CHAUI, Marilena. Op. Cit. p 2.

⁶ MARX & ENGELS. Op. Cit. P.67.

A ideologia deve dar conta em produzir respostas e explicações racionais sobre a realidade social sem, contudo, revelar as origens ou fundamentos das desigualdades entre os homens tal como nos ensina M. Chauí⁷:

“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas e regras (de conduta) [...] Ela (ideologia) é, portanto, um campo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção”.

As classes dominantes, através de seus ideólogos, se encarregam de formular e disseminar as respostas para todas as questões sociais sendo que este saber domina sobre os demais. A ideologia é o conjunto de representações e explicações elaborado e transmitido pelas elites para o conjunto da sociedade de modo que “A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias)”.⁸

Portanto, a ideologia tem três características básicas: abstração, universalização e inversão. Por abstração entendemos ser “o conhecimento de uma realidade tal como se oferece à nossa experiência imediata, como algo dado, feito e acabado, que apenas classificamos, ordenamos e sistematizamos, sem nunca indagarmos como tal realidade foi concretamente produzida [...]”. Inversão é “tomar o resultado de um processo como se fosse o começo, tomar os efeitos pelas causas, as conseqüências pelas premissas, o determinado pelo determinante”.⁹

A universalização da ideologia é a transmissão do arcabouço teórico-explicativo e normativo de classes sociais que dominam aos demais segmentos sociais dominados sem que se vincule tal produção e veiculação dessa produção intelectual aos dominadores. É um saber que se pretende neutro, não classista devendo, portanto, ser identificado como comum a todos. Os aparelhos ideológicos (escolas, imprensa, família, igrejas, agremiações profissionais, Estado etc.) são responsáveis pela vulgarização dessas idéias pretensamente universais.

⁷ CHAUI, Marilena. Op. Cit. p. 108.

⁸ CHAUI, Marilena. Op. Cit. p. 85.

⁹ CHAUI, Marilena. Op. Cit. p. 94.

Os ideólogos são aqueles membros da classe dominante ou da classe média (classe normalmente aliada da classe que domina) que, devido à divisão do trabalho em material e intelectual, são responsáveis em sistematizar as idéias, de “transformar as ilusões da classe dominante [...] em representações coletivas ou universais”.¹⁰

Louis Althusser¹¹ nos traz o conceito de aparelhos ideológicos de Estado (AIE) como parte do aparelho do Estado que funciona predominantemente através da ideologia e cuja função principal é reproduzir as relações de produção, que são relações de exploração. Os aparelhos ideológicos de Estado (escolas, igrejas, imprensa etc.) são meios materiais de produção e propagação de ideologias cuja unidade é assegurada pela subordinação à ideologia dominante.

A ideologia não se manifesta enquanto ideologia. Ela se apresenta aos sujeitos como algo natural, óbvio, consensual de modo que a aceitamos sem questionar simplesmente porque tais idéias se apresentam como verdadeiras em si mesmas: portadoras de uma racionalidade acima de qualquer suspeita. A ideologia é uma ilusão não porque não há coerência lógica em sua urdidura, mas porque é um engodo, ou seja, não corresponde à verdade dos fatos.

Convém repetir que o grande papel a ser desempenhado pela ideologia é manutenção do *status quo* estabelecido pelas classes dominantes e isso no contexto de divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e lutas que derivam desta divisão. Como diz Althusser, “as ideologias não ‘nascem’ dos AIE, mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas políticas, de suas experiências de luta etc.”.¹²

2.1 A IDEOLOGIA DO PROGRESSO

A origem da ideologia do progresso está no movimento intelectual iluminista durante o século XVIII. O iluminismo enquanto movimento intelectual burguês tinha como missão principal criar as bases filosóficas do sistema social capitalista a partir da remoção das velhas estruturas ideológicas dos sistemas sociais pré-capitalistas que impunham resistência à realização plena da produção e relações de produção capitalistas.

O mundo burguês promovido pelos ideólogos do iluminismo só poderia se materializar através da demolição de algumas antigas estruturas herdadas de sistemas sociais pré-

¹⁰ CHAUI, Marilena. Op. Cit. p. 86-87.

¹¹ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

¹² ALTHUSSER, Louis. Op. Cit. p.107.

capitalistas. Então, a modernidade iluminista é caracterizada por aquilo que David Harvey¹³ chama de comportamento “destrutivo criativo”. Ainda segundo Harvey¹⁴, o “pensamento iluminista abraçou a idéia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade”.

Portanto, a idéia de progresso foi concebida por pensadores europeus ao longo dos séculos XVIII e XIX “como uma lei da história da humanidade”, segundo a qual os homens, através dos avanços da ciência, removeriam todos os grilhões do passado que os impediriam de ser cada vez mais prósperos, felizes e seguros. O progresso, então, implica a idéia de que o presente é melhor do que o passado e o futuro será melhor do que o presente. Antes de tudo, a idéia de progresso é prenhe de otimismo das elites no seu poder reformador. A corrida progressista envolve uma inexorável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes que obstam a conquista social daquilo que as elites elegem de tempos em tempos como o bem comum.

O Iluminismo pode ser identificado como o nascedouro das diversas correntes do pensamento contemporâneo. Não foi diferente com o positivismo. Auguste Comte (1798-1857) foi influenciado pela Lei do Progresso do Espírito Humano de Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet, (1743-1794) e Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) e coube aos positivistas o catecismo progressista ao longo do século XIX.

O positivismo foi o sistema filosófico dominante no século XIX. Corrente do pensamento cujas raízes estão fincadas no século XVIII, encontrou na figura do francês Auguste Comte e do inglês Herbert Spencer (1820-1903) os seus maiores representantes.

Longe de ser homogêneo, o positivismo possui diversas correntes que diferem em alguns aspectos. Apesar das dissidências, esta filosofia tem características básicas que dão certa unidade ao conjunto da obra positiva. Antes de tudo, o positivismo é um método empírico e materialista de obter o conhecimento das leis que regem os fenômenos naturais e sociais abstendo-se de toda e qualquer forma de elucubração metafísica ou sobrenatural.

A recusa positivista da teologia e metafísica recai no uso dos métodos das ciências naturais: observação e experimentalismo para descobrir as relações permanentes que ligam os fatos. O

¹³ HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 26.

¹⁴ HARVEY, David. Op. Cit. p. 23.

conhecimento das leis sociais é indispensável para as reformas econômicas, políticas e sociais da sociedade. O positivismo é uma filosofia sensorialista, materialista e cientificista que se furta a buscar as causas, finalidades e essências daquilo que é estudado atendo-se ao estudo das relações constantes entre os fenômenos.

Ao que parece, o ideário progressista tem lugar privilegiado na doutrina positivista. A ideologia do progresso ganha pretensões científicas na Lei dos Três Estados de Comte e na Lei Geral da Evolução de Spencer. Como veremos adiante, o progresso na concepção positivista é uma noção conservadora cujas bases conceituais estão na visão biológica da sociedade e de seu desenvolvimento. Tais leis procuram explicar o desenvolvimento histórico das sociedades valendo-se de analogias com o mundo biológico como base para a idéia de progresso.

Tanto Comte quanto Spencer vêem a sociedade como um organismo cujas partes são heterogêneas mas solidárias entre si. A semelhança do corpo vivo, cada órgão tem sua função e para executá-la é necessário que cada órgão interaja com outros cujo fim é o bem do todo. A evolução da sociedade se daria gradualmente e não de forma abrupta assim como ocorre no desenvolvimento dos organismos. O positivismo propunha reformas e não revoluções sociais.

O lema da bandeira republicana do Brasil – ordem e progresso – sintetiza o pensamento positivista de que o progresso nada mais é do que o desenvolvimento da própria ordem. Para Comte a idéia de progresso deve ser sempre acompanhada da idéia de ordem: sem ordem não há progresso. Na sua Lei dos Três Estados, Comte explica a evolução histórica das sociedades, o desenvolvimento do indivíduo e das ciências através de três momentos distintos e hierarquicamente dispostos de acordo com o tipo de respostas dadas as questões que são colocadas. As sociedades, os indivíduos e as ciências, inicialmente, se encontram no estado teológico de desenvolvimento por valer-se de explicações sobrenaturais para os fenômenos sociais e naturais. A partir desse estado inicial poderiam evoluir para o estado metafísico onde os fenômenos deixariam de ser explicados através da ação de agentes sobrenaturais e seriam explicados através da ação de forças abstratas tais como “princípio vital” ou “mão invisível”. A partir dessa fase, poderiam as sociedades, indivíduos ou ciências atingirem o estágio mais elevado do progresso: o estado positivo. Neste se realiza o espírito científico, o qual se limita à observação dos fatos, a racionalizar sobre eles e a procurar suas relações invariáveis, ou seja, suas leis.

Spencer também entendia a sociedade como que estivesse naturalmente evoluindo de estágios mais simples para estágios mais complexos de organização social. Para o autor inglês, as sociedades estavam sujeitas as mesmas leis que governam os organismos dos corpos vivos. A sociedade em seu todo é considerada como sendo composta por unidades vivas, apresentando, assim, fenômenos de desenvolvimento, estrutura e funções análogos aos sofridos pelo reino animal.

Em sua Lei Geral da Evolução, Spencer estabelece que o desenvolvimento de um organismo individual e social consiste em um progresso que vai da simplicidade à complexidade, de partes semelhantes independentes a partes diferentes e dependentes mutuamente. Segundo a Lei da Evolução, os primeiros agregados sociais exprimem um estado social homogêneo, confuso, indefinido, sem coerência, ao passo que, quanto mais se vão progredindo, eles vão passando para um estado cada vez mais heterogêneo, mais definido, mais coerente e mais complexo¹⁵. Portanto, o progresso da sociedade é caracterizado pela incessante especialização das funções, como todo desenvolvimento orgânico, para maior aperfeiçoamento das unidades vivas em evolução.

O positivismo serviu de esteio para o projeto republicano brasileiro ao modernizar o pensamento político-social das nossas elites rompendo, por sua vez, com a tradição romântica do regime monárquico. A doutrina positivista que circulava na Europa aporta em terras brasileiras a partir de meados do século XIX trazendo consigo a ideologia do progresso. Os primeiros positivistas brasileiros eram republicanos ferrenhos e enxergavam na Lei dos Três Estados de Comte a fundamentação filosófica para a remoção do regime monárquico e implantação do regime republicano. Como nos diz A. Bosi¹⁶, “dissolvido o Antigo Regime com seu mito do direito divino dos reis, a forma republicana se teria imposto como regime próprio à nova era científica e industrial”.

O fato é que a filosofia romântica com seu subjetivismo, individualismo, lirismo e melancolia não satisfazia aos anseios de uma classe dominante sedenta por reformas político-institucionais e econômica. Portanto, importa-se da Europa um conjunto de doutrinas (dentre

¹⁵ RIBEIRO, João. *O Que é Positivismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003, p. 50.

¹⁶ BOSI, Alfredo. *O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração*.

elas o positivismo) com o objetivo de servirem de arcabouço teórico para a modernização do país. Como diz Ribeiro¹⁷:

“[...] Por volta de 1870, frente ao desafio de um sistema político-institucional que já não atendia aos interesses das camadas privilegiadas, os intelectuais, acompanhando o movimento do espírito humano, se voltam novamente para Europa em busca de novas teorias e hipóteses que, sintetizando a nossa realidade concreta, explicassem-na através de um processo de transformações”.

No Brasil, a aliança entre republicanos e positivistas se faz principalmente nas Escolas de Medicina, de Direito e nas Escolas Politécnicas espalhadas pelo país. As salas de aulas dessas escolas foram porta de entrada e centros irradiadores da doutrina positivista no Brasil. Dentre os seguidores do positivismo no Brasil tínhamos em maior número os engenheiros, oficiais do exército, professores de matemática e de ciências naturais, administradores públicos e juristas. Profissões dominadas pela ideologia da ordem, método, organização, planejamento: prever para prover¹⁸.

A estrutura colonial remodelava-se e o positivismo modernizava o pensamento brasileiro contribuindo para o advento de uma nova concepção de valores. As novas idéias se apresentam como instrumentos de renovação do sistema, oferecendo lastro aos intelectuais para conceberem o projeto republicano e servindo de “cimento intelectual” ao homogeneizar o discurso das classes dominantes sobre seu papel frente às transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil.

A partir das últimas décadas do século XIX, a palavra progresso é registrada privilegiadamente no dicionário político das elites brasileiras como demonstraremos no caso baiano cujo maior porta-voz da ideologia do progresso chama-se J. J. Seabra. A superação da estrutura social, política, cultural, territorial e econômica do período colonial é incorporada aos programas de governo dos políticos e elites regionais como uma questão de honra e não seriam poupados recursos para realizar a missão civilizadora.

Alguns recortes de jornais retirados da obra de Peres¹⁹ provam eloquentemente a penetração da idéia de progresso no discurso de intelectuais, artistas, políticos e jornalistas ao longo da Primeira República em Salvador. Na aurora das reformas urbanas encampadas pelo líder

¹⁷ RIBEIRO, João. *O Que é Positivismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003, p. 62.

¹⁸ BOSI, Alfredo. Op. Cit.

¹⁹ PERES, Fernando da Rocha. “Memória da Sé”. Salvador: egda, 1999.

político J. J. Seabra, a imprensa saudou os primeiros raios reformistas como o acordar da velha cidade de um longo e profundo sono, um despertar para o mundo moderno.

Em vários artigos percebemos claramente o desejo de superação da cidade colonial e a construção de uma cidade moderna, higiênica e civilizada. A nova cidade seria produtora de um povo forte e feliz. Apesar da forte tendência ruralista dos intelectuais (Alberto Torres, por exemplo) e das elites brasileiras, as cidades, gradativamente, iam sendo vistas como pontes que conduziriam o país à modernidade do século XX e, por conseguinte, à superação do passado colonial.

A Bahia material que guarda ainda todos os característicos de uma cidade colonial de três séculos atrás, vai desaparecer para ceder lugar a uma cidade moderna contruída sob os preceitos rigorosos do progresso²⁰.

Que o avião demolidor, desrespeitoso e ousado, impenitente, abra no seio da velha cidade a alegria nova das vias amplas, modernas, por onde possa circular livre e fecunda a vida feliz de um povo forte!²¹

O renovador hálito do progresso começaria soprar sobre a velha cidade colonial imprimindo no velho tecido largas avenidas e edifícios talhados pelos princípios profiláxicos da arquitetura moderna como podemos ver em artigos como esse:

Dentro em pouco as viellas serão avenidas, os velhos pardieiros se transformarão em prédios onde a architectura moderna deixará seus traços elegantes e a hygiene, com seus preceitos salutareos, assegurará a estabilidade de seu estado sanitário²².

A cidade se apresentava aos formadores de opinião como um organismo doente com sua “desordem” aparente através dos becos, vielas e velhos sobrados de origem colonial. Mas este estado doentio, segundo os porta-vozes das reformas urbanas, estaria com os dias contados, pois o vagalhão do progresso já podia ser avistado no horizonte. Em todo caso, a idéia é de que o passado e o presente não devem servir de obstáculo para o progresso contínuo da sociedade:

A nossa velha e socegada cidade anda em plena phase aguda de actividade febril. Sacode-lhe o ronco habitual um calafrio de progresso.²³

²⁰ Gazeta do Povo, Bahia, 29.06.12 In: PERES, Fernando da Rocha. Op. Cit. p. 36.

²¹ Gazeta do Povo, Bahia, 20.05.12 In: Op. cit.

²² Gazeta do Povo, Bahia, 29.06.12 In: Op. Cit. p. 36.

²³ Gazeta do Povo, Bahia, 20.05.12 In: Op. Cit. p. 36.

Em qualquer situação, senhores representantes do Estado, há sempre o que corrigir na conquista do passado pelas novas exigências do progresso, em que se dilata para as diversas relações da vida, como uma justa aspiração de todos os povos, a idéia de aperfeiçoamento” (Mensagem à Assembléia Geral Legislativa, 1912, J. J. Seabra).²⁴

O novo se elevaria, portanto, sobre os escombros do velho. Ao menos quando as “novas exigências do progresso” se esbarrassem em algumas “paredes” do passado. Todo sacrifício seria válido em nome do progresso:

que venham, pois, as avenidas, que venham, mesmo através dos mais ingentes sacrifícios, e que o camartello da civilização não mais encontre pela frente os paredões de algum mosteiro. Elevemos a Bahia!²⁵

“Um grande tremor de terra; um incêndio, seguido de um cyclone que varra as cinzas para o mar; cem mil operários para a construção da nova cidade”.²⁶

Não apenas políticos e jornalistas, mas artistas também esperavam a ação regeneradora do progresso. O poeta Aloísio de Carvalho, em versos, faz ode à idéia de progresso da seguinte maneira:

Quem receita tiver de que não há-de
Ir a coisa adeante, ó Ceus! Dissipe-o
Porque vae mesmo! ... Ao menos, no principio
Vamos ter avenida em quantidade!...²⁷

Si é preciso ao Progresso – vá que seja!
Eu penso que até derrubar igreja,
Sendo p´ra embelezar – nunca faz mal²⁸

Reforma de costumes... É, de certo,
Muito mais necessária que a das ruas...
Em avenidas, fica tudo aberto,
Quando, ó Progresso, em tudo mais jejuas.²⁹

Sim! Desta vez parece que a Mulata
Toma vergonha mesmo, e que endireita!
Como vaidosa dama que se enfeita!...³⁰

²⁴ PERES, Fernando da Rocha. Op. Cit. p. 37.

²⁵ Jornal de Notícias, Bahia, 10.9.12 In: Op. Cit. p. 46.

²⁶ Jornal de Notícias, Bahia, 20.6.12 In: Op. Cit. p. 46.

²⁷ Jornal de Notícias, Bahia, 23.7.12 In: PERES. Op. Cit. p. 43.

²⁸ Jornal de Notícias, Bahia, 15.4.12 In: Op. Cit. p. 43

²⁹ Jornal de Notícias, Bahia, 20.4.12 In: Op. Cit. p. 43.

³⁰ Jornal de Notícias, Bahia, 14.5.12 In: Op. Cit. 43.

O positivismo introduziu cientificidade na formação dos engenheiros formados nas Escolas Politécnicas. Esta doutrina filosófica cientificista renovou o pensamento político e técnico das nossas elites desde as últimas décadas do século XIX substituindo o pensamento social que dominava no período colonial.

O princípio positivista do “conhecer para prever, prever para prover” foi sendo introduzido rapidamente na cultura acadêmica principalmente nos cursos de ciências naturais e exatas e nos cursos que formavam administradores públicos encarregados de gerenciar e planejar a sociedade. O ideal positivista estava de acordo com os anseios de progresso das elites brasileiras que, sob o impulso reformador, buscavam romper com o legado político e institucional da era colonial e adequar à nascente república federativa aos seus novos anseios.

Nesse estudo, constatamos que o urbanismo fora fortemente influenciado pela lógica positivista desde o urbanismo com seus planos de embelezamento das duas primeiras décadas do século XX cujas bases estão em Haussmann até o urbanismo com seus planos diretores dos anos 30, 40 e 50 cujas bases estão, grosso modo, em Patrick Geddes e no modelo cidade-jardim.

O urbanismo haussmanniano dos anos 10 e 20 encontrou principalmente no positivismo a ideologia do progresso e nela o respaldo ideológico para adequar a estrutura urbana colonial aos interesses da implantação de serviços urbanos modernos (linhas de bondes, rede elétrica, dutos de toda espécie...), construção de parques, jardins e boulevares e aos negócios imobiliários nascentes nos primeiros anos do século passado. O urbanismo dos anos 30 e 40 se apropriam tanto da cientificidade positivista quanto dos princípios sociais que encontramos nas obras de Sant-Simon e Comte. Segundo esses autores, caberia ao Estado garantir um lugar ao proletariado no arranjo social capitalista ao contrário do pensamento liberal da época.

3. CARACTERIZAÇÃO DE SALVADOR 1900-1950

A estagnação econômica e a estagnação demográfica apresentam-se como as principais características sócio-econômicas da cidade do Salvador nos anos “primeiro-republicanos”³¹ e estão associadas entre si e têm suas origens nas sucessivas crises agrícolas que remontam o regime colonial.

³¹ Grosso modo, do ano de 1889 à 1930.

Salvador mantém-se fiel em plena República às funções herdadas do período colonial (portuária, comercial, religiosa e administrativa). Um dos portos mais movimentados do país, Salvador era o centro de financiamento e negociação da produção agrícola de sua região de influência. Como residência das elites agroexportadoras, sede das atividades financeiras e capital do Estado da Bahia, Salvador desde já se encarregava de drenar para si a maior parte dos ganhos financeiros, sociais e políticos da sua região.

Enquanto cidades sulinas como Rio de Janeiro e São Paulo, nas primeiras décadas do século passado, iniciavam uma industrialização moderna, Salvador não dispunha de capital acumulado o suficiente para alavancar a incipiente industrialização têxtil dos Oitocentos. A agricultura baiana sofria abruptas flutuações dos preços de seus produtos no mercado internacional o que veio a inviabilizar uma acumulação capitalista favorável à industrialização de sua capital. Além do que a nossa agricultura muito pouco se modernizou valendo-se, já nos umbrais da República, de técnicas oriundas dos primeiros séculos coloniais³². Não menos importante em seus impactos na economia agroexportadora do estado fora a abolição do uso de mão-de-obra escrava em 1888.

Pinto de Aguiar³³ destaca como principais causas daquilo que ficou conhecido como “enigma baiano”³⁴ a carência de recursos materiais, institucionais e humanos além do forte tradicionalismo das elites agrárias nordestinas pouco afeitas ao empreendedorismo. O essencial é dizer que Salvador era centro de uma região agrícola empobrecida e que, portanto, não conseguia industrializar-se. A retroalimentação da pobreza regional se dá na medida em que Salvador é a “cabeça” de uma região que não oferece o estímulo consumista necessário a industrialização da metrópole regional.

Os migrantes provenientes do polígono das secas apossados de lá devido à alta taxa de natalidade, escassez relativa de terras cultiváveis e às agruras sociais devidas às secas, rumaram-se para as florestas tropicais do sul do estado atraídos pela expansão da cultura do cacau. Este esquema dos fluxos migratórios da região de influência³⁵ de Salvador ajuda a explicar o pequeno crescimento populacional sofrido por Salvador nos primeiros quarenta

³² SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador – São Paulo: Edusp – Edufba, 2008, p. 47.

³³ PINTO DE AGUIAR, Manoel. *Notas Sobre o “Enigma Baiano”*. Planejamento, Salvador, vol. 5, nº 4, p.123-136, out/dez. 1977, p. 130.

³⁴ Nome dado pelos intelectuais baianos à insistente não industrialização da economia do Estado da Bahia.

³⁵ Vale ressaltar que a região de influência de Salvador ia muito além das atuais fronteiras do Estado da Bahia alcançando outros estados nordestinos.

anos do século passado, principalmente, de 1920 a 1940³⁶. Adiantaremos que este desenho dos fluxos migratórios será alterado a partir dos anos 40 quando se arrefece a valorização do cacau no mercado internacional fazendo com que esse excedente populacional procure a capital do estado.

A atividade comercial-portuária mantinha a supremacia em Salvador. A capital baiana permanecia como uma das principais praças comerciais do país fato que explica a permanência da elite comercial como o segmento dominante da sociedade baiana. Como veremos adiante, os grandes comerciantes, principalmente os envolvidos com o comércio de importação-exportação, financiaram ou ao menos pleitearam modernizações infra-estruturais na cidade tomando para si a liderança das ações sobre o espaço urbano no período da Primeira República.

Salvador não apenas era um centro portuário-comercial dos mais importantes do Brasil, como também um centro político de grande influência no andamento da política nacional. Como vemos na tabela a seguir, Salvador era a terceira maior cidade do país no final da Primeira República ficando atrás apenas do Rio de Janeiro (capital federal) e São Paulo (centro industrial emergente).

A força das elites comerciais de Salvador pode ser medida através do pioneirismo da cidade em diversas modernizações³⁷. Em 1871, o primeiro automóvel a rodar no Brasil foi de propriedade de Dr. Rocha e desfilou em ruas e ladeiras de Salvador gerando frenesi em meio aos baianos. Entre 1869 e 1873, foi construído o Elevador Hidráulico Lacerda e Elevador da Conceição, no Tabuão, fazendo a ligação entre Cidade Baixa e Alta. Em 1851 as primeiras linhas de diligência passaram a funcionar na cidade e em 1869 começou a funcionar a primeira linha de bondes sobre trilhos de tração animal. Em 1862 começou a funcionar a iluminação pública à gás, fornecida pela empresa inglesa, *Gas Company LTD*. Em 1897³⁸, trafegou em Salvador a segunda linha de bondes elétricos do Brasil e em 1903 a Rua Chile recebia iluminação elétrica através da *Cie. D'Eclairaige* da Bahia. Em 1905, a Intendência Municipal de Salvador assinava o contrato de serviços de esgotos com a empresa do engº

³⁶ SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador – São Paulo: Edusp – Edfba, 2008, p. 48.

³⁷ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformação e permanência (1549-1999)*. Ilhéus: Editus (Editora da UESC), 2002.

³⁸ SAES, Alexandre Macchione. *Modernização e Concentração do Transporte Urbano em Salvador (1849-1930)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ano/vol. 27, nº 54, p. 219-238, Dezembro de 2007. p. 226.

Theodoro Sampaio e, entre 1906 a 1930, importantes obras de modernização do porto de Salvador se dão atendendo aos interesses logísticos das elites agro-comerciais do estado.

Tab.1: **População recenseada nas maiores capitais brasileiras – Censo de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940**

	1872	1890	1900	1920	1940
Salvador	129 109	174 412	205 813	283 422	294 397
Rio de Janeiro	274 972	522 651	691 565	1 157 873	1 539 538
São Paulo	31 385	64 944	239 820	579 033	1 269 485
Recife	116 671	111 556	113 106	238 843	327 178
Porto Alegre	43 998	52 421	73 674	179 263	262 678
Belém	61 997	50 064	96 560	236 402	167 054
Fortaleza	42 458	40 902	48 369	78 536	179 770

FONTE — Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro : IBGE, v.2, 1936.

A tabela 1 nos mostra que Salvador é superada demograficamente por Recife no censo de 1940 perdendo a terceira posição no ranking das cidades mais populosas do país. Em 1890, no primeiro ano da República, Salvador era a segunda maior cidade do país, perdendo apenas para a Capital Federal. Em 1900, Salvador perde a segunda posição para São Paulo. Segundo os dados censitários, de 1920 a 1940 a população de Salvador cresceu apenas 3,7% o que é explicado pela alta taxa de morbidade e pelo fato de que Salvador praticamente não recebeu imigrantes nesse período, sejam do interior do estado ou de qualquer outro lugar.

O setor fabril era caracterizado por fábricas que, na maioria dos casos, se constituíam em fabriquetas, pequenas oficinas e artesanatos domésticos em que o trabalho não-assalariado dominava³⁹. Segundo Santos⁴⁰, “na maior parte da Primeira República os ditos estabelecimentos industriais de Salvador tinham um ou dois empregados em sua maioria”. As

³⁹ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana (1890-1930). In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F (orgs.). **Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador, UFBA (Faculdade de Arquitetura), 1º Ed., 1992, p.259.

⁴⁰ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. Cit.

fábricas de tecidos tendiam a concentrar mais mão-de-obra. Em 1893, as fábricas têxteis existentes empregavam de 700 a 800 empregados. Em 1925, o total de trabalhadores neste ramo industrial era de 4.870⁴¹.

A deficientíssima industrialização baiana na 1ª República impactava diretamente no nível médio de renda dos soteropolitanos mantendo muito baixo o poder de consumo desta população. Além dos baixos níveis salariais, a débil industrialização influenciou a distribuição da população no mercado de trabalho.

Portanto, Salvador não conheceu como São Paulo e Rio o fenômeno da formação de um operariado industrial politizado capaz de pressionar a estrutura de poder nas primeiras décadas do século XX não apenas pelo caráter predominantemente rudimentar de sua indústria que empregava pouca mão-de-obra por unidade produtiva, como também por ter recebido pouca imigração européia (principalmente italianos).

As atividades informais não produtivas tais como ambulantes e domésticos eram meios de sobrevivência de grande parte da população de Salvador. Feiras e bazares itinerantes podiam ser vistos em qualquer parte da cidade. Tal fato demonstra a incapacidade da economia urbana formal de Salvador em absorver a mão-de-obra negra recém egressa do regime escravista, afinal de contas o desenvolvimento industrial era pífio e o comércio era “uma atividade de brancos”⁴².

O estigma da escravidão negra mantinha-se latente nas relações de trabalho expressando-se em cores vívidas na relação patronato-criadagem e no uso de adjetivos pejorativos tais como “vadios” para se referir à população de cor que se dedicava ao comércio informal e nômade. O fato é que os negros a partir de 1888 foram abandonados à sua própria sorte e passavam a partir de então a ocupar um lugar próprio no espaço urbano, a vaguear pelas ruas e demais espaços públicos e a exercer atividades econômicas irrelevantes e caóticas.

Diante de uma economia que não passava por um processo autêntico de industrialização, dominada pela atividade mercantil, não é de se estranhar que o grosso da população exercesse toda sorte de atividades inclassificáveis para a época “primeiro-republicana” prenunciando um perfil de ocupação da população ativa de Salvador que se arrasta até aos dias atuais e que

⁴¹ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. Cit.

⁴² SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. Cit. p. 260.

chamamos de “hipertrofia do setor terciário”. Os numerosos caixeiros eram representativos do tipo de atividade exercida pela maior parte dos trabalhadores empregados no comércio: eram “vendedores, também trabalhavam na arrumação de estoques e mostruários, balancetes e até na faxina interna da loja ou na varredura diária do passeio em frente”⁴³.

A tabela 2 nos mostra o pequeno crescimento populacional sofrido por Salvador no período estudado. A capital baiana foi providencialmente poupada do enorme fluxo de pobres egressos dos sertões que foi endereçado ao sul cacauero do estado, pois o que estava ruim ficaria muito pior. A economia urbana da capital não daria conta em absorver esse excedente de mão-de-obra que migrava dos bolsões de miséria do interior do estado e de outros estados nordestinos que faziam parte de sua *hinterland*.

Tab. 2:

Crescimento Médio Anual das Principais Capitais Brasileiras			
Capitais	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1920
Salvador	0,0169	0,0167	0,0164
Rio de Janeiro	0,0363	0,0284	0,0266
São Paulo	0,0412	0,1396	0,0458
Recife		0,0014	0,0387
Porto Alegre	0,0098	0,0346	0,0463
Belém		6,0679	0,0181
Fortaleza		0,0169	0,0250
Niteroi		0,0451	0,0246

FONTE — Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro : IBGE, v.2, 1936.

Se possível fosse termos em mãos uma foto aérea do município de Salvador obtida até meados do século XX, veríamos uma massa compacta de edificações que ia da península de Itapagipe, ao norte, até aos bairros do sul tais como Vitória e Barra contornando a Baía de Todos os Santos. Tais construções perfilavam-se, preferencialmente, em torno das principais ruas da cidade que foram traçadas pela mão do colonizador e que correm pelas dorsais das cumeadas próximas ao mar da baía.

⁴³ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. Cit. p. 260.

Na medida em que deslizamos nosso olhar, ainda sobre aquela foto aérea, no sentido leste, perceberemos uma rarefação crescente das edificações até chegar às enormes áreas rurais vazias do interior da península que forma o município. Aí nós temos os vales preenchidos por hortas e punhados dispersos de choupanas pobres que também acompanhavam os traçados irregulares de trilhas rurais.

A área urbana do município do Salvador desenrolou-se a partir do centro histórico adaptando-se à topografia complicada do sítio, sem plano de conjunto, apresentando um desenho estreito no sentido leste-oeste, porém alongado no sentido norte-sul, contornando o litoral da baía. A grande peculiaridade do sítio em que se desenvolve a cidade de Salvador é a existência de dois níveis estabelecidos pela existência da escarpa que divide a cidade naquilo que se convencionou chamar de Cidade Alta e Cidade Baixa. A cidade de Salvador se desenvolveu quase que exclusivamente na Cidade Alta até o final do século XVIII e foi ganhando terra ao mar ao longo dos séculos através de sucessivos aterros.

Até pouco mais da metade do século XX, a cidade de Salvador pertencia muito mais à banda da Baía de Todos os Santos do que à Orla Atlântica tendo o centro histórico o coração da cidade devido à importância das atividades que concentrava e pela população que abrigava. Este núcleo da cidade, brilhantemente estudado por Milton Santos⁴⁴ no final dos anos 50, permaneceu como centro financeiro, econômico, administrativo, comercial e de lazares do município até meados do século passado, quando, a partir de então, outras centralidades modernas são criadas acompanhando e alimentando a expansão urbana. A partir daí, o velho centro perde paulatinamente sua supremacia para esses centros modernos.

Como diz Milton Santos⁴⁵, “[...] A importância do centro de Salvador em relação à cidade provém de dois fatos: a concentração antiga e cada vez mais acentuada dos recursos financeiros, técnicos e sociais da região na capital do Estado e a acumulação das funções urbanas nos distritos centrais da cidade”.

O centro histórico era, até meados do século passado, a área mais representativa da vida urbana e regional de Salvador. As atividades que o centro abrigava revelavam, acima de tudo, a função metropolitana de Salvador diante de uma região cuja principal atividade econômica era uma diversificada produção agrícola para exportação. Os bancos e casas de importação e

⁴⁴ SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador – São Paulo: Edusp – Edufba, 2008.

⁴⁵ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 94.

exportação nos distritos centrais revelam a predominância da agricultura comercial para a economia regional⁴⁶.

Reduto da boemia, dos cafés e lojas finas, área de concentração dos equipamentos culturais tais como teatros e cinemas. A Rua Chile apresentava-se até meados do século passado como a principal rua da cidade: corredor do comércio de luxo e da vida cultural de Salvador.

O município de Salvador no período que vai de 1900 a 1940 é caracterizado pela estagnação econômica e demográfica, mas não pela estagnação do crescimento físico de sua área urbana. As novas tecnologias de transporte (automóvel e bonde elétrico) e investimentos em infraestrutura viária permitem um alargamento da área ocupada e uma nova distribuição das classes sociais sobre o espaço urbano.

O centro antigo começa a perder sua população nobre para bairros como Campo Grande, Corredor da Vitória, Barra, Barra Avenida, Graça e Rio Vermelho pertencentes ao distrito da Vitória, ao sul. O movimento centrífugo das elites principalmente para o sul da cidade vem do século XIX, mas esta migração foi intensificada nas primeiras três décadas do século XX com fluidificação do espaço urbano através de facilidades ao movimento dessa classe através de novas tecnologias de transporte, infra-estrutura viária e a produção de áreas enobrecidas como o bairro do Campo Grande, onde, principalmente as elites do comércio de importação e exportação e grandes agricultores construía seus palacetes seguindo tendências da arquitetura européia.

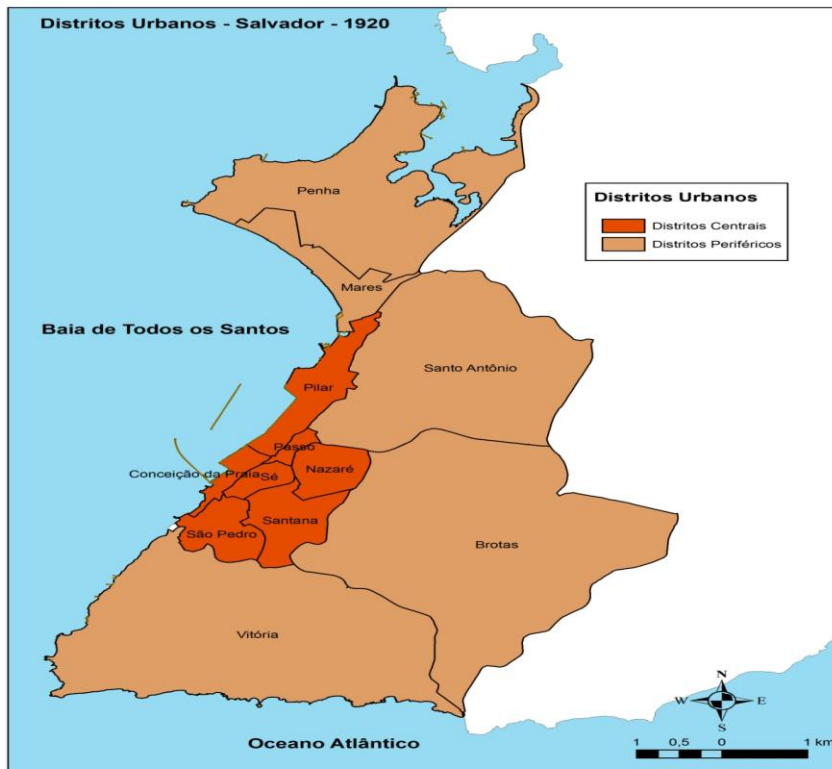
O velho centro sofria um forte processo de redefinição sócio-funcional a partir do século XIX e intensificado nas primeiras décadas do século XX. Os palacetes e sobrados do século XVIII e XIX, antes moradas nobres, passavam a ser disputados pelo comércio e por trabalhadores pobres que trabalhavam nas áreas centrais.

Conseqüentemente, a paisagem e o conteúdo social do centro histórico degradavam-se a passos largos. Enquanto bairros como Pelourinho passavam por um processo veloz de “encortiçamento” através da sublocação de casarões e sobrados por famílias muito pobres, certas ruas centrais expulsam esse conteúdo pobre ao abrigar prédios de negócios. O novo padrão sócio-espacial e funcional que se esboçava nos distritos centrais passava a ser a substituição da população mais rica (historicamente residente do centro da cidade) por uma

⁴⁶ SANTOS, Milton. Op. Cit.

população pobre e a gradativa substituição da secular função residencial pela função comercial.

Fig. 1: **Distritos Urbanos de Salvador – 1º República**



Fonte: Desenhado pelo autor com base em Vasconcelos (2002)

Tab.3:**Distribuição da População Residente entre Bairros Centrais e Periféricos – Salvador**

	XVIII	1940	1950
Bairros Centrais	20.058	22.974	20.580
Bairros Exteriores	17.485	267.469	403.562
Total da Cidade	37.543	290.443	424.142

Fonte: SANTOS, Milton (2008; 134)

Fenômeno observado por Milton Santos (tabela 3), a expansão residencial em bairros periféricos fica patente ao se observar que quase 60% da população da cidade, em fins do século XVIII, residiam nos distritos do centro. Em 1940, essa população não passava de 7,9% e em 1950 em cerca de 4,8%.

Enquanto a população do centro histórico permanece mais ou menos constante ao longo desses 200 anos, as porcentagens da população dos bairros dos distritos periféricos crescem (46%, 92%, 95%, aproximadamente). A redefinição funcional do centro associada às reformas urbanas postas em prática ao longo das duas primeiras décadas do século XX pelas elites comerciais arremessam continuamente a população pobre de partes do centro antigo para bairros ao sul como Garcia, Fazenda Garcia e Federação no distrito urbano da Vitória, para o distrito urbano de Brotas, a leste e para o distrito urbano de Santo Antônio, ao norte, tendo início neste último a formação de grandes bairros proletários tais como Liberdade, Fazenda Grande e São Caetano.

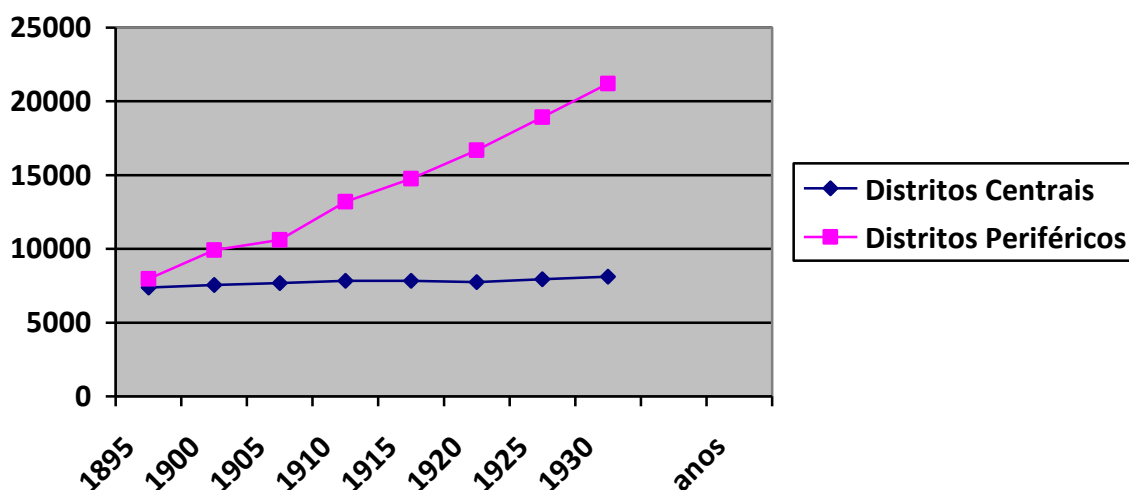
Deve-se ter em mente que a abolição da escravatura (1888) está na porta do período estudado aqui. A massa de pretos libertos passaram a ocupar espaços próprios na cidade de Salvador. Os recém ex-escravos, juntamente com os assalariados pobres removidos do centro histórico, passaram a ocupar distritos como Vitória, Santo Antônio e Brotas que eram áreas enormes, desocupadas e abundantes em áreas verdes o que facilitou a ocupação dessa parte da cidade por pobres. Os distritos periféricos, ainda pouco ocupados, oferecem as condições para que o crescimento predial da cidade se dê neles.

Tab. 4: Número de Prédios: Distritos Centrais e Periféricos

Anos	Distritos Centrais	Distritos Periféricos
1895	7.376	7.974
1900	7.548	9.909
1905	7.686	10.612
1910	7.844	13.205
1915	7.828	14.755
1920	7.753	16.685
1925	7.933	18.923
1930	8.115	21.205

Fonte: Departamento de Tributos Imobiliário de Salvador. In: (mod.) SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940)*.

Fig. 2: Número de Prédios nos Distritos Centrais e Periféricos

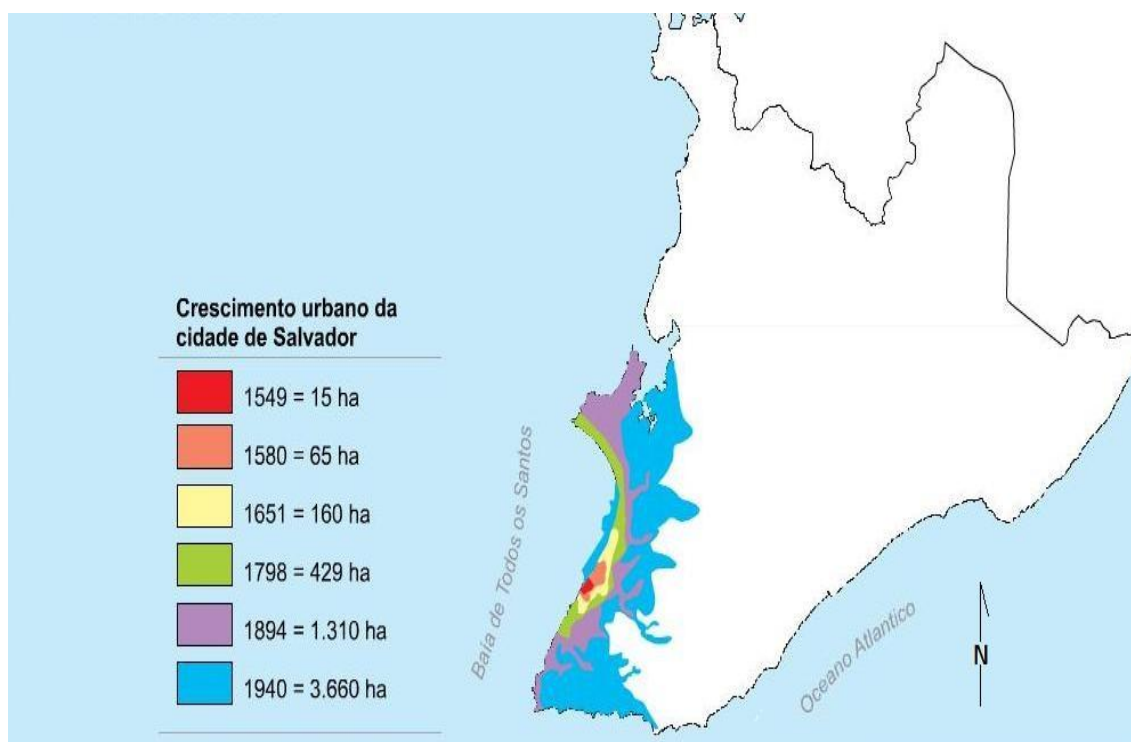


A tabela 4 apresenta que até os primeiros anos da República havia ainda certo equilíbrio entre a produção edilícia dos distritos centrais e periféricos. A partir de 1900, a construção de imóveis começa a ser hegemônica nos bairros periféricos, distanciando-se cada vez mais. A construção de prédios no centro cresce continuamente entre os anos de 1895 a 1910, mas no intervalo entre 1910 e 1920 o número de imóveis diminui. A nosso ver, são os efeitos da realização do Plano de Melhoramentos Urbanos do Distrito da Sé, em 1912, que prescreveu a demolição de um número razoável de imóveis antigos naquele distrito e do plano de melhoramentos realizado na gestão J. J. Seabra quando da construção da Av. Sete de Setembro que liga o centro ao distrito da Vitória mais ao sul derribando muitos imóveis centrais e que foi construída entre 1912 a 1915. Além desses “planos demolidores”, em 1912, distritos centrais da Cidade Alta foram bombardeados em meio a conflitos entre facções políticas locais perdendo-se alguns prédios.

Mesmo assim, o número de imóveis nas áreas centrais volta a crescer em função da expansão da atividade comercial e demais negócios. Na figura 2 podemos observar que a linha que

representa esse crescimento edilício no centro apresenta-se quase como uma linha horizontal demonstrando o tímido crescimento das construções nessa parte da cidade. Por outro lado, a construção de prédios nos distritos exteriores ao centro desenha-se como uma linha ascendente. Isto expressa a tendência de ocupação dos subúrbios da cidade do Salvador. O cartograma (Fig.3) a seguir representa o crescimento físico da cidade no período “primeiro-republicano”.

Fig.3: Crescimento Urbano do Município de Salvador (1549-1940)



Fonte: NUNES, Débora (coord.). *História Urbana de Salvador*. CD interativo. Salvador: Unifacs, 2007

As condições materiais de existência em Salvador eram as piores. Os trabalhadores desgastavam-se em uma exaustiva jornada de trabalho muito mal remunerada e a riqueza concentrava-se nas mãos de poucos, combinação que talvez explique o caráter diminuto da classe média na composição social em Salvador. As baixíssimas remunerações e longas jornadas de trabalho (legado escravista) se repercutiam em subnutrição, péssimas condições de moradia e demais privações materiais dos trabalhadores. As habitações proletárias em partes degradadas do centro antigo eram basicamente de dois tipos: a sublocação por várias famílias de casarões ou sobrados antigos que eram divididos em “quartos” ou “cômodos” de aluguel barato e as “casas de avenidas” que se constituíam num conjunto de casas geminadas cujo acesso é único para todas as casinhas. Essas moradias eram mal arejadas, úmidas e

escuras, além do que as altas densidades populacionais em vielas e becos agravavam as condições de insalubridade.

As condições habitacionais dos pobres que colonizavam os vales e encostas e outras invasões em bairros periféricos não eram melhores. Simas Filho⁴⁷ descreve bem essa cena:

“Os vales, por outro lado, e tendo em vista as condições higiênicas e sanitárias não muito satisfatórias, são ocupados, assim como as encostas, pela parte mais considerável, em número dos habitantes, que representam o estrato mais numeroso e menos capaz, economicamente. Aí não existem ruas, no sentido técnico do termo, nem calçamento, serviço de água e esgoto etc. São utilizados caminhos, abertos nas encostas e vales, sendo o próprio solo na maioria, de origem sílico-argilosa, de sorte a se tornar de difícil trânsito no caso de chuvas, que são muito freqüentes.

Quanto ao tipo de casa predominante, quase sempre é de taipa, cabanas muito simples, constituídas de uma armação de madeira, recoberta de barro com água, lançado à mão, representando o que denominam “casa de sopapo”. [...] O chão é geralmente de terra, sendo a cobertura de folhas de palmeira, ou telhas de canal de baixo preço ou então latas ou folhas velhas de zinco. [...] Um a dois quartos, uma sala e um cômodo para cozinha, quando não é comum. Não têm instalações de água nem de esgoto”.

Diante do pauperismo de sua classe trabalhadora, das péssimas condições sanitárias e das condições naturais do sítio, as epidemias grassaram desde meados do século XIX até meados do século XX: em 1849, 1909 e 1919 houve epidemia de febre amarela; em 1855 uma epidemia de cólera atingiu Salvador e o Recôncavo ceifando mais de 26.000 almas; a varíola atacou em 1892, 1897, 1904, 1908, 1910, 1919⁴⁸ e 1920; em 1904 foi a vez da peste bubônica afligir os soteropolitanos e em 1918 a pandemia da gripe espanhola⁴⁹ aporta no porto de Salvador produzindo 216 mortes. Além do que a malária e a tuberculose assolaram continuamente Salvador durante toda Primeira República estando entre os maiores casos de morte.

Em relatório publicado em 1921, o então Secretário do Interior, o Dr. Gonçalo Muniz relaciona os principais obstáculos ao controle das epidemias: a infra-estrutura de esgoto e

⁴⁷ SIMAS FILHO, Américo. *Ângulos do Problema da Habitação Popular em Salvador*. Bahia: S/E, 1954. p. 42-43.

⁴⁸ Em 1919 houve a maior epidemia de varíola da história da Bahia: 4.612 casos com 2.804 mortes em Salvador (CASTRO SANTOS, Luiz A. de. *As Origens da Reforma Sanitária...*).

⁴⁹ DE SOUZA, Christiane Maria Cruz. *A Gripe Espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços*. Revista História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. 12, n.1, p.71-99, jan.-abr. 2005.

abastecimento de água continuava a ser totalmente insatisfatórios; brejos e pântanos ainda constituíam perfeitos terrenos de procriação para mosquitos e parasitas; bairros muito antigos, muitos deles datando do período colonial, estavam em flagrante violação dos modernos princípios de higiene.⁵⁰

Dr. Álvaro Rocha, inspetor sanitário, ao contrário de Dr. Muniz, coloca a questão da pobreza como um elemento importante para explicar as constantes epidemias de Salvador. Em seu relatório apresentado à Diretoria Geral de Saúde Pública, “afirmava que a miséria era uma porta aberta à infecção, tendo em vista que o organismo enfraquecido não lhe poderia fazer resistência. Para reverter esse quadro, seria necessário tirar o povo da condição de miserável em que vivia, entregue aos vícios, ao alcoolismo, mal alimentado, habitando verdadeiros antros, sem ar e sem luz”.⁵¹

Em resumo, Salvador da Primeira República (1889-1930), como nos tempos coloniais, se densificava na primeira cumeada ao longo da baía, apresentando o aspecto compacto da estrutura urbana colonial. A partir do final do século XVIII, principalmente nos primeiros anos do século XX, o centro da cidade passa por uma reconfiguração sócio-funcional e paisagística caracterizado pela emigração dos mais ricos para áreas recém-enobrecidas no distrito sulino da Vitória e pelo avanço da função comercial e financeira e pela ocupação de pobres em palacetes e sobrados refugados pelas elites. A população do centro estabiliza-se, porém, diminui em termos percentuais no tocante a população global do município, visto que o crescimento populacional se dá, principalmente, nos distritos urbanos periféricos. Estes encampam a população burguesa que abandonaram as áreas centrais, mas também receberam a grande massa de negros recém libertos do jugo escravista e trabalhadores pobres do setor formal e informal (grande maioria da população economicamente ativa). Ao lado da expansão periférica da cidade, os vários surtos epidêmicos revelaram as péssimas condições sanitárias.

Salvador, mesmo após a Revolução de 30, mantém sua economia urbana praticamente inalterada em relação aos últimos anos do século XIX. Até a metade do século XX, as transformações na estrutura produtiva da capital foram pífias. As atividades econômicas dominantes permaneciam sendo o comércio, a administração pública, o financiamento da atividade agro-exportadora da sua região, prestação de alguns serviços básicos e a atividade portuária. Associados à manutenção do legado produtivo colonial, a decadência do modelo

⁵⁰ CASTRO SANTOS, Luiz A. de. *As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República*. p. 18.

⁵¹ DE SOUZA, Christiane Maria Cruz. Op. Cit. p. 75.

agro-exportador da economia regional desde as últimas décadas do século XIX e a inexistência de alternativas econômicas capazes de soerguer a renda do estado concorreram para o pouco dinamismo urbano da capital e na permanência do tradicionalismo cultural.

O comércio de importação e exportação, base da economia regional, além de sofrer variações bruscas de rentabilidade (tal como ocorreu com o açúcar, depois o cacau e o fumo) devido às flutuações das condições do mercado internacional, concentrava bastante a renda regional nas mãos de poucos e boa parte desses ganhos eram reinvestidos no exterior.

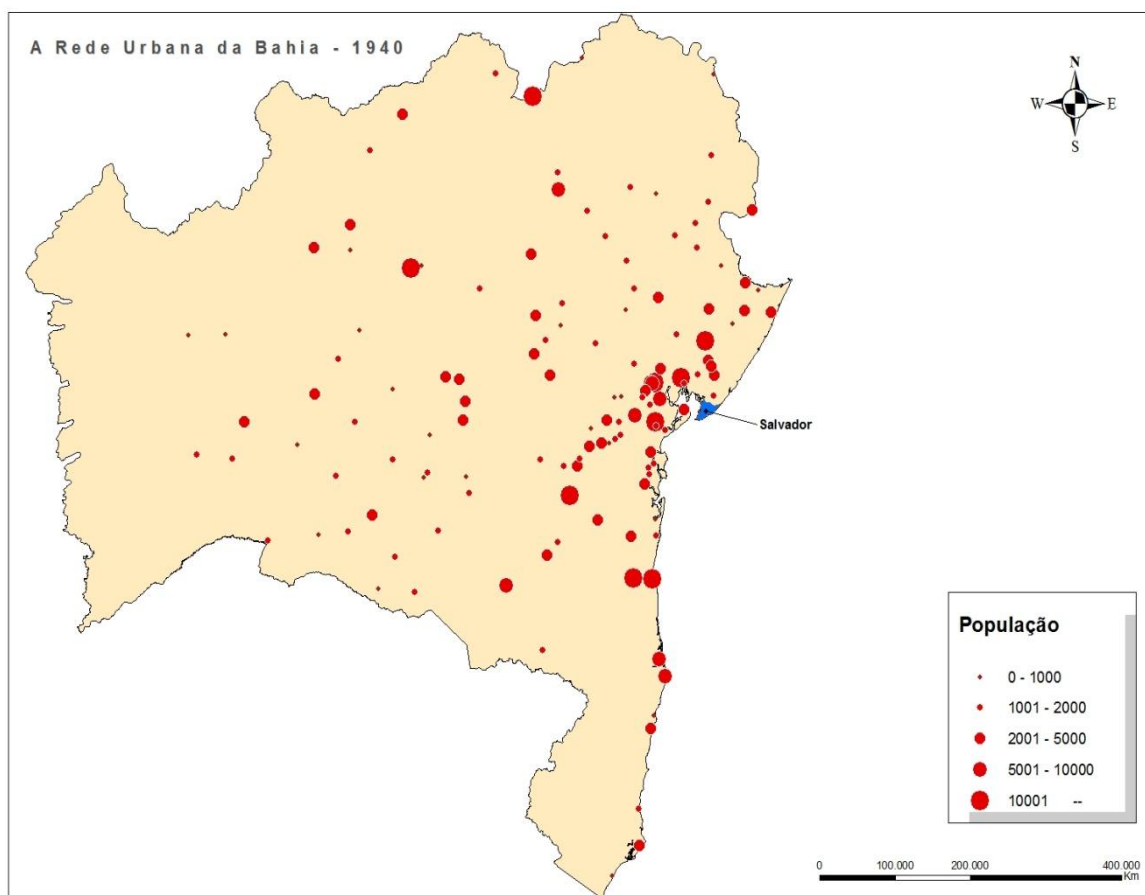
O que há de novo para o período que nasce com a Revolução de 30 é a conjugação entre uma economia desaquecida por não conhecer uma industrialização moderna e um elevado crescimento populacional sofrido por Salvador a partir dos anos 30.

O que ocorre é uma reconfiguração dos fluxos migratórios devido a uma transformação importante na economia regional. A estabilização da cultura do cacau e a elevação do preço do produto no mercado externo fizeram com que a região sul do estado cessasse o seu papel de atração das correntes migratórias provenientes das regiões agrícolas estagnadas⁵².

Então, essa mão-de-obra agrícola dirigiu-se em grande medida para Salvador, visto que esta era a única cidade da região que, de qualquer modo, poderia absorver esse excedente pobre. Ao se observar a estrutura da rede urbana baiana no ano de 1940, perceberemos que a região de influência de Salvador é carente de cidades médias.

⁵² SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusp, 2008, p. 50-51.

Fig. 4: A Rede Urbana da Bahia - 1940



Fonte: Desenhado pelo autor com base no Censo Demográfico de 1940.

Na medida em que percorremos nosso olhar sobre o mapa da Rede Urbana da Bahia no ano de 1940 no sentido leste-oeste percebemos a existência de apenas duas cidades com população superior a 10 mil habitantes no alto sertão da Bahia: Campo Formoso (23.250 hab.) e Juazeiro (10.831 hab.). Na medida em que nos aproximamos do litoral, o número de cidades com população superior a 10 mil habitantes aumenta bastante: Jequié (13.268), Alagoinhas (13.317), Ilhéus (15.566), Itabuna (15.712) e cidades do Recôncavo tais como Nazaré (13.382), Cachoeira (10.374) e Santo Amaro (10.929). A estrutura dessa rede urbana nos revela que Salvador com pouco mais de 290 mil habitantes fatalmente era o único núcleo urbano de sua enorme região capaz de atrair consideravelmente os migrantes.

A condição de vida do camponês no sertão do estado foi sensivelmente impactada pela crise econômica internacional de 1929, pela ação desestabilizadora da Revolução de 30 e por uma

seca prolongada que castigou quase todo o território baiano.⁵³ Acossados das terras do interior pelos efeitos nefastos da seca, da violência e da servidão aos potentados rurais, os sertanejos moveram-se para as margens do São Francisco, para o litoral e, principalmente, rumo à capital que estava despreparada para receber os flagelados que chegavam diariamente.

A Bahia foi sendo inserida à malha rodoviária federal que certamente fez intensificar as relações de dependência entre um estado rural e a região Centro-Sul industrializada e mais desenvolvida. Consuelo Novais nos ensina que apesar do sertanejo não dispor nos anos 1930 de condições materiais necessárias para cobrir a grande distância que o separava de São Paulo, essa migração para o sul

*“continuou nos mesmos moldes de meados do século XIX, quando o tráfico de escravos foi abolido e o contratador paulista vinha buscar no reservatório do Nordeste a mão-de-obra necessária para impulsionar a lavoura do café”*⁵⁴

Segundo a mesma historiadora, “Levas de flagelados, que enchiam as ruas de Salvador, eram transportadas para S. Paulo, a fim de trabalhar nos sertões paulistas, onde o imigrante europeu se recusava a ir”.⁵⁵ Em 1934, o governo federal impôs restrições à imigração estrangeira, reduzindo drasticamente o fornecimento de mão-de-obra europeia para o cultivo do café. Então, o governo paulista através de contratadores vinculados ao seu Departamento de Agricultura do Estado “voltou-se novamente para as regiões deprimidas do Nordeste e para a Bahia em especial”.

A partir de 1934, “dezenas e centenas” de camponeses deixavam a Bahia, diariamente, em direção ao sul do país. Fora calculado que, em 1936, cerca de 20% dos trabalhadores rurais do Vale do São Francisco (Bahia) migraram para São Paulo. Entre 1919-20, 300 mil camponeses baianos engrossaram o exército de trabalhadores rurais dos cafezais do São Paulo. Segundo Novais, a drenagem de mão-de-obra rurícola e baiana nos anos de 1934 a 1937 excederam e muito àquela quantia⁵⁶.

Em 1940, Salvador possuía 294.397 habitantes e em 1950, 424.142, segundo dados do IBGE. Em uma década, Salvador viu sua população acrescida em 129.745 pessoas. A título de

⁵³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder & Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992, p. 50.

⁵⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. Cit. p. 51.

⁵⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. Cit. p. 51.

⁵⁶ Sampaio, Consuelo Novais. Op. Cit.

comparação, em duas décadas, 1900 a 1920, a população de Salvador aumentou em 77.609 pessoas. Entre 1940 a 1950, Salvador recebeu cerca de 89.671 imigrantes, representando algo em torno de 70% do incremento populacional.⁵⁷

O excedente demográfico que chegava a capital não encontrava emprego porque o setor secundário era reduzido e o terciário “quase inelástico”.⁵⁸ Diante disso, uma enorme pressão se exercia sobre os órgãos de governo que admitiam um número desnecessário de funcionários.

A classe média era composta por funcionários públicos (a maioria dos profissionais liberais e ocupados em atividades sociais), pequenos e médios comerciantes e agricultores que ganham uma renda média. Os ricos fizeram fortuna com o comércio de importação e exportação (a maioria estrangeiros), com o financiamento da agricultura comercial da região, através da grande empresa agrícola capitalista e, em menor número, com a indústria.

Em 1931, existiam na Bahia 2.202 fábricas das quais mais da metade (1.323) estavam classificadas como “fábricas gratuitas”, porque não pagavam impostos.⁵⁹ Nestas fábricas isentas de tributação trabalhavam apenas a própria família do industrial. A outra categoria de fábricas também empregava pouco: 660 registravam entre 1 a 6 operários; 158, entre 7 a 12 operários e apenas 61 mais de 12 operários.⁶⁰ No início da década de 1940, Salvador tinha 3.800 estabelecimentos comerciais, com um total de 25 mil empregados e 750 fábricas com 21 mil assalariados o que dá uma média baixa de 28 operários por fábrica que denuncia o pequeno porte dos estabelecimentos industriais⁶¹.

A indústria baiana voltou-se principalmente ao atendimento de necessidades muito elementares das populações mais pobres. A forte competição da indústria paulista associada à implantação do sistema rodoviário federal interligando as diversas regiões do país contribuíram, entre outros fatores, em dificultar a consolidação de uma autêntica industrialização na Bahia. A pequena indústria e o artesanato local não resistiam à entrada cada vez maior de manufaturas paulistas que, por sua vez, por serem mais caras, fizeram aumentar o custo de vida regional empobrecendo ainda mais as regiões não industrializadas.

⁵⁷ SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusp, 2008, p. 51.

⁵⁸ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 53.

⁵⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. Cit. p. 37.

⁶⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. Cit.

⁶¹ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformação e permanência (1549-1999)*. Ilhéus: Editus (Editora da UESC), 2002, p. 268.

Portanto, grande parte da população estava empregada no setor terciário em atividades muito mal remuneradas ou no setor informal. Mattedi⁶² nos informa que, em 1940, cerca de 60 mil pessoas economicamente ativas em Salvador, com mais de 10 anos de idade, exerciam atividades no terciário e, em 1950, esse número subiu para 110 mil. Certamente o que se dá é aquilo que a literatura soe chamar de “inchamento do setor terciário” e que se deu em virtude da combinação de elevado crescimento populacional a partir da segunda metade dos anos 1930 e a falta de dinamismo da economia urbana de Salvador.

Ainda a mesma autora⁶³, lançando mão de pesquisas realizadas nos anos 40 pelo EPUCS, nos informa que apenas 0,58% da população estava empregada na indústria; enquanto 2,5% em serviços públicos; 6,26% no comércio; 14,51% em serviços domésticos para outros e 21,57%, em serviços avulsos, tais como biscates.

O contexto sócio-econômico e político da Bahia nos primeiros anos da Segunda República são profundamente impactados pela Crise Econômica de 1929, por uma revolução política em 1930, por uma seca prolongada e pela enorme dívida externa contraída pelos governadores da Primeira República.

A Crise de 29 atingiu frontalmente a economia agro-exportadora do estado da Bahia. A cotação dos nossos principais produtos de exportação (cacau, fumo e café) sofreu progressiva desvalorização no mercado internacional. Comparando-se os dados do ano de 1928 e 1932 relativos ao volume e valores das mercadorias exportadas podemos vislumbrar o impacto da crise econômica internacional sobre a periférica economia agro-exportadora da Bahia. Assim, em 1928, a exportação de 141.085 toneladas de mercadorias valeu 8.238 mil libras esterlinas, em 1932 o total de 146.730 toneladas exportadas valeu 2.888 mil libras esterlinas.⁶⁴ A produção aumentou, todavia o seu valor diminuiu três vezes. Em 1933, a Bahia conheceu a maior desvalorização de sua produção quando o valor das exportações despencou para 2.169 mil libras esterlinas. Em 1935, o valor de 192.535 toneladas foi de apenas 2.343 mil libras esterlinas o que demonstra a permanência na defasagem da relação tonelagem/valor de exportação.

⁶² MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *As Invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. 1979. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador (mimeo.), p. 64.

⁶³ MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Op. Cit. p. 65.

⁶⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. Cit. p. 37.

A saúde fiscal do estado mostrava-se abatida ao longo dos anos 30. Em 1928, o estado arrecadou 70.722 contos de réis caindo para 56.322 contos de réis em 1931.⁶⁵ Em 1933, a receita estatal atingiu o ponto mais baixo, a saber 55.309 contos de réis. Os encargos do endividamento externo também pesaram sobre o orçamento do estado. Segundo Consuelo Novais⁶⁶, em 31 de dezembro de 1935, o estado da Bahia devia 48.186.000,00 francos relativos a empréstimos contraídos na França em 1888 e 1910, e 3.028.848 libras esterlinas relativas a empréstimos realizados na Inglaterra, no período de 1904 a 1908.

Ao lado dos reveses econômicos, a Revolução de 1930 provocou grande instabilidade político-institucional na Bahia. Os tenentes quando assumiram o poder empreenderam um movimento de “caça as bruxas” responsável por banir da vida pública grandes chefes políticos que construíram suas trajetórias políticas na Primeira República tais como José Joaquim Seabra. Isso desequilibrou o frágil equilíbrio político no estado.

É necessário que se diga que a Bahia não aderiu o movimento revolucionário e em virtude do mesmo perdeu a rara oportunidade de ver empossado no cargo de vice-presidente da República o político baiano Vital Soares. Para que se tenha noção do caos político inaugurado pela revolução, basta ter em mente que na década de 1930 a Bahia conheceu 7 governadores e Salvador, 11 prefeitos !

Apesar da crise financeira e política, a periferia da cidade do Salvador continuava se expandindo. Como veremos adiante, pouco a pouco os arrabaldes de Salvador vão ganhando destaque no discurso urbanístico e o centro antigo, apesar de ser ainda muito visado no discurso técnico, gradativamente, enquanto área problema, dá lugar aos subúrbios que enseja nova seara de investimentos especulativos. A partir de 1930 Salvador passa por uma febre de loteamentos. Nos anos 30 foram aprovados 51 loteamentos e nos anos 40, 30 loteamentos.⁶⁷

⁶⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. Cit.

⁶⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. Cit. p. 37-38.

⁶⁷ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979. p. 85-88.

4. A BELLE ÉPOQUE BAIANA (1900-1930)

4.1 Planos de Embelezamento ou Melhoramentos: características e principais agentes

4.1.1. Formação Institucional e Profissional

Desde os tempos coloniais, as epidemias forçavam as autoridades de Salvador a normatizar e fiscalizar as ações dos particulares. Porém, a partir de meados do século XIX, as condições higiênicas críticas da cidade forçaram a municipalidade a se estruturar administrativamente para enfrentar os surtos epidêmicos cada vez piores. Os surtos de febre amarela (1849-50) e de cólera (1855-56) impulsionaram o aparelhamento institucional por parte do poder público ao mesmo tempo em que se formava um novo tipo de profissional para preencher esses novos quadros da administração pública.

Como dizem certos autores⁶⁸, “no plano institucional, uma série de responsabilidades face às condições de salubridade [...] vão sair da esfera privada e passar para a esfera pública, materializadas no regulamento do Serviço Sanitário Municipal em 1907. Atitudes que antes recaíam sobre os particulares, e outras mais, tornaram-se atribuições da municipalidade que passa a contar também, desde 1891, com uma Diretoria de Obras Públicas, destinada, dentre outras coisas, a analisar os pedidos de construção e reformas na cidade”.

O combate às epidemias que assolavam Salvador serviu de estímulo a equipagem do aparelho de Estado (principalmente municipal) no tocante à gestão da vida urbana. A população de Salvador teve grandes baixas com essas epidemias: em 1850, morreram cerca de 3.000 pessoas de febre amarela e em 1855 foram cerca de 8.000 almas ceifadas com o surto de cólera⁶⁹.

Como resposta à crise sanitária que se alastrava pela cidade, o Município encampa, em 1905, o patrimônio da Cia. do Queimado ficando encarregado pelo abastecimento de água. Também em 1905, foi contratada a empresa de Theodoro Sampaio para projetar o serviço de esgoto e ampliação do serviço de abastecimento de água. Em 1907 foi criado o Instituto Bacteriológico em Salvador iniciando a pesquisa médica baiana em epidemiologia. Em 1921, foi publicado o

⁶⁸ FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F; SAMPAIO, Heliodoro. A Constituição do Urbanismo Moderno na Bahia, 1900-1950: construção institucional, formação profissional e realizações. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005.

⁶⁹ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformação e permanência (1549-1999)*. Ilhéus: Editus (Editora da UESC), 2002. p. 228.

Código de Posturas Municipais e em 1925 a Intendência Municipal aprova o primeiro loteamento na cidade com 123 lotes no bairro do Bonfim.

A modernização administrativa tinha como par a reforma educacional nas últimas décadas do século XIX. A influência do positivismo logo se vê no processo modernizador da educação no país através da criação de instituições educacionais “leigas e livres”⁷⁰ em que a objetividade e racionalidade científica vigoravam como dogmas. As Escolas Politécnicas condensavam as aspirações reformistas na educação desde os fins do II Império formando engenheiros segundo o ideal de cientificidade. A formação científica dos engenheiros dava-lhes credibilidade, diante da sociedade, para enfrentar os desafios técnicos, econômicos e sociais da sociedade brasileira.

As antigas Escolas Militares que formavam engenheiros militares foram substituídas pelas Escolas Politécnicas ao longo da segunda metade do século XIX. No ano de 1862, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro é fundada; em 1876 é criada a Escola de Minas de Ouro Preto; em 1894 é a vez da Escola Politécnica de São Paulo ser criada e, em 1896, a Escola Politécnica da Bahia.

Os engenheiros politécnicos formavam um novo tipo de profissional cuja formação científica ia ao encontro do pensamento positivista dominante em meio às nossas elites. A influência europeia era notória na constituição dessas escolas. A Politécnica do Rio e da Bahia foram bastante influenciadas pelas escolas francesas, ao passo que a Politécnica de São Paulo teve uma forte influência alemã⁷¹.

Os engenheiros ocuparam cada vez mais posições de destaque nos quadros administrativo e político do município. De 1896 (ano de fundação da Escola Politécnica da Bahia) a 1930 (fim da 1ª República) identificamos quatro engenheiros entre os 22 intendentos empossados nesse período. Todavia, quando analisamos o período que vai de 1930 a 1947, dos 14 prefeitos que governaram 10 eram engenheiros! Além do que, homens como Saturnino de Brito e Theodoro Sampaio eram figuras expoentes na sociedade técnica e política nacional.

Gradativamente, a temática urbana foi inserida na formação desses engenheiros politécnicos na medida em que as condições materiais da cidade exigiam. Já em 1896, no curso de

⁷⁰ FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F; SAMPAIO, Heliodoro. Op. Cit. p. 170.

⁷¹ LEME, Maria Cristina da Silva. A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005.

engenharia da Escola Politécnica da Bahia “a cadeira de arquitetura era oferecida conjuntamente com engenharia sanitária”⁷². Fato que indica a preocupação conjunta em sanear uma cidade insalubre e adequar a forma física da cidade às novas tendências de estilos arquitetônicos em voga nas cidades “civilizadas” e adequar a estrutura física colonial (com suas ruas estreitas e tortuosas ladeadas por construções compactamente) às inversões das empresas nacionais ou estrangeiras de serviços urbanos⁷³ (energia, água, esgoto, bondes etc.) e do incipiente capital financeiro-imobiliário.

Ainda segundo os mesmos autores⁷⁴, em 1922, aquela cadeira mencionada no parágrafo anterior “[...] sofreu uma ampliação e uma especialização, passando a agregar arquitetura civil, higiene dos edifícios e saneamento das cidades”. Como tema de pesquisa mais acurada, seria interessante estudar como o tipo de Urbanismo apregoado a partir dos anos 1930 na Bahia juntamente com a ideologia do plano diretor foram inseridos na formação acadêmica desses engenheiros. Por enquanto, suspeitamos que as novas leituras sobre Urbanismo e plano diretor (leituras sobre o modelo cidade-jardim e sobre as idéias de Patrick Geddes) foram introduzidas em disciplinas de Higiene e Saneamento de Cidades.

Como técnicos ou políticos no exercício da administração pública ou como consultores, os engenheiros politécnicos foram os principais agentes sociais divulgadores e executores, primeiramente, dos planos de embelezamento e, a partir dos anos 1930, dos planos diretores. O tradicional domínio dos médicos no campo do tratamento dos problemas urbanos é substituído ao longo das primeiras décadas do século XX pelo domínio do engenheiro. Devido à formação artística, técnica e científica do engenheiro politécnico, ele apresenta maior aptidão e credibilidade em produzir discurso e práticas sobre o urbano e seus problemas.

O que veremos na terceira parte deste trabalho é a presença maciça dos engenheiros na divulgação do Urbanismo com suas características metodológicas e conceituais provenientes da leitura de clássicos da literatura anglo-saxônica (Howard-Geddes) na Bahia dos anos 30. Veremos que a presença deste profissional é numérica e qualitativamente superior a de qualquer outro profissional na Comissão de Organização do Plano de Urbanismo da Cidade

⁷² FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F; SAMPAIO, Heliodoro. Op. Cit. p. 170-171.

⁷³ Para aprofundar este ponto recomendo o livro “Memória da Sé” de Pedro Peres.

⁷⁴ FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F; SAMPAIO, Heliodoro. Op. Cit.

na primeira metade dos anos 30 e no Escritório do Plano de Urbanização da Cidade do Salvador (EPUCS) de 1943 a 1947.

4.1.2 Modernização das Cidades Latino-Americanas

A partir de meados do século XIX e principalmente nas duas primeiras décadas do século XX, as principais cidades latino-americanas receberam um tipo de tratamento urbanístico que respondia à renovação ideológica reclamada pelos novos tempos republicanos no seio das elites nacionais e também a questões de ordem material tais como o combate às epidemias e adequação das urbes coloniais à instalação dos modernos serviços urbanos e ao incipiente capital imobiliário.

A modernização das cidades latino-americanas, em boa parte financiada pelo capital europeu, revela como referência maior as obras realizadas em Paris dos anos 1860 por Napoleão III e o prefeito barão de Haussmann. A América Latina independente aderiu à cultura francesa como referencial simbólico no processo modernizador de suas sociedades. Como nos diz A. Almandoz⁷⁵ “o exemplo ‘haussmannico’ foi usado pelas elites locais para demonstrar a transformação cultural de suas cidades pós-coloniais em cidades burguesas”.

O ideal urbano europeu, principalmente o francês, dominava o imaginário das elites latino-americanas do final do século XIX ao início do século XX. Dos princípios urbanísticos empregados por Haussmann na reforma urbana de Paris, o “traçado barroco em novas vizinhanças, bem como os grandes parques públicos e as avenidas arborizadas”⁷⁶ foram, em parte, empregadas na remodelação das cidades latino-americanas mais importantes por “Haussmanns crioulos”⁷⁷ tais como Pereira Passos (1903-1906) no Rio de Janeiro, Torcuato de Alvear (1883-1886) em Buenos Aires, Benjamín Vicuña Mackenna em Santiago, Guzmán Blanco (anos 1870 e 1880) em Caracas, José Joaquim Seabra (1912-1916) em Salvador da Bahia etc. Alguns exemplos tradicionais⁷⁸ da influencia de Haussmann na América Latina são o Paseo de la Reforma na Cidade do México, considerado a primeira réplica de um boulevard parisiense no Novo Mundo; o Parque de Palermo e a Avenida de Mayo em Buenos Aires; o Paseo del Prado e a Avenida Agraciada em Montevidéu; o Parque Forestal em

⁷⁵ ALMANDOZ, Arturo. *The Emergence of Modern Town Planning in Latin America*. (tradução do autor).

⁷⁶ ALMANDOZ, A. Op. Cit.

⁷⁷ Expressão usada pelo urbanista venezuelano Arturo Almandoz Op. cit.

⁷⁸ ALMANDOZ, A. Op. Cit.

Santiago e o boulevard Paseo El Calvario em Caracas. O fato é que as elites latino-americanas queriam replicar em suas cidades o modelo “Bois-de-Boulogne”.

Além do afrancesamento dos espaços públicos, as normas de construção respondiam as influências européias no tocante à Saúde Pública. Em 1898, em Madrid, ocorreu o “Congresso de Higiene e Demografia” que incluiu seções de higiene urbana, arquitetura e engenharia urbana representando uma oportunidade para os países de língua espanhola atualizar suas políticas sanitárias. Conferências Interamericanas ocorreram na Cidade do México nos anos de 1897 e 1902 onde se discutiu higiene urbana e se encorajou os participantes a seguir os tratados internacionais. Tais seminários interamericanos promoveram o intercâmbio urbanístico na virada de século entre os países latino-americanos e os programas sanitários das principais cidades do continente tais como Rio, Buenos Aires, Havana e Montevideu serviram de estímulos para as capitais menos avançadas tais como Lima, Caracas e Salvador⁷⁹.

4.1.3 Os Planos de Melhoramentos e a Ideologia do Progresso em Salvador

Plano de melhoramento ou embelezamento é o nome dado, no Brasil, aos planos cuja maior influência metodológica foi o urbanismo praticado pelo Barão de Haussmann na grande reforma de Paris no século XIX.

Os planos de melhoramentos, enquanto instrumental de ação das elites sobre o espaço urbano, dominaram, grosso modo, do período que vai de meados do século XIX à década de 1920. Como veremos adiante, no final dos anos 1920, o *plano diretor* começa a ser introduzido no vocabulário técnico e no discurso dos políticos brasileiros como sendo o instrumento técnico-científico capaz de resolver os problemas urbanos. Embora muitas das ações das elites na organização espacial de nossas cidades permaneceriam semelhantes àquelas contidas nos velhos planos de embelezamento até meados do século XX.

Planos tipicamente físicos⁸⁰, os planos de melhoramentos apresentavam-se na forma de plantas para execução de obras diversas tais como construção de eixos viários, alargamento ou retificação de ruas, imposição de novo alinhamento predial, proposição de novos espaços

⁷⁹ ALMANDOZ, A. Op. Cit.

⁸⁰ Por sua própria natureza, assemelhavam-se mais com projetos urbanos do que aquilo que hoje consideramos plano.

abertos tais como praças ou jardins, aformoseamento de áreas públicas, proposta de novos bairros etc.

Os planos de melhoramentos normalmente expressavam-se pontualmente no espaço urbano e, ao contrário da ideologia do plano diretor, não traziam em si a audaciosa missão de “resolver” conjuntamente todos os problemas urbanos. Em Salvador, foram elaborados alguns planos dessa natureza tais como “Melhoramentos da Cidade – trecho Catedral à Praça Castro Alves” em 1910, “Melhoramentos Municipais – parte do Distrito de Sant’ana” em 1912 e “Melhoramentos Municipais – Distrito da Sé (Rua Chile e Ajuda)” também em 1912⁸¹. Tais exemplos comprovam a limitação espacial de tais planos.

A elite agro-exportadora mesmo após o fim do período colonial mantém-se como classe dominante na sociedade baiana. O fino comércio de importação e exportação exercido principalmente por estrangeiro e a atividade bancária financiadora da agricultura comercial da região de Salvador formavam os quadros dominantes da sociedade soteropolitana ao lado dos grandes fazendeiros capitalistas que faziam de Salvador residência durante a maior parte do ano. Esta elite repleta de europeus ou seus descendentes e nativos que consumiam a cultura europeia preocupou-se em reproduzir um cenário europeu nos novos bairros luxuosos do sul tais como o bairro do Campo Grande, Barra e Corredor da Vitória.

O tratamento paisagístico dado ao espaço público e o estilo europeu da arquitetura dos prédios públicos e das mansões particulares pareciam esconder o passado colonial escravista ao produzir um arquétipo de cidade “civilizada” e branca. A cenografia monumental da Salvador republicana expressa mais do que o deslumbramento da elite comercial de uma região periférica, mas também a crença determinista de produzir uma sociedade civilizada a partir de um belo espaço físico.

A origem desse processo modernizador da cidade do Salvador pode ser identificada na década de 1810 quando da abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal. Como dizem FERNANDES & GOMES⁸²:

⁸¹ LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005, p. 316.

⁸² FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. *Idealizações Urbanas e a Construção da Salvador Moderna: 1850 – 1920*. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F (orgs.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA (Faculdade de Arquitetura), 1º Ed., 1992, p. 55.

“A abertura dos portos [...] potencializa a ampliação das trocas, dos contatos e das alianças internacionais, alicerçando concretamente um veio de ruptura com o passado colonial. Consolidam-se novas aspirações sociais, delineadas já desde as últimas décadas do século XVIII, e ampliam-se o horizonte de referências da sociedade local”.

Desse estreitamento de relações entre Salvador e o mundo europeu não-ibérico durante o decorrer do século XIX é nutrida a aspiração de transformar Salvador que era ainda uma “cidade eminentemente colonial e tímida em suas características físicas, dominado pelo espaço privado, gerida por precária estrutura administrativa e dependente do braço escravo para o seu funcionamento” numa “cidade mundial, civilizada, cidade onde o europeu poderia perceber alguns de seus próprios elementos de referência.”⁸³

Certamente, os planos de embelezamento desenhados pelos engenheiros a partir do final do século XIX carregam as marcas desse trânsito de informações entre Salvador e Europa com a abertura do porto inclusive através da passagem de viajantes europeus permitida por aquela abertura. Todavia, nem todas as ações das elites sobre o espaço urbano de Salvador foram movidas por simbolismos e ideais civilizatórios eurocêntricos.

Condições materiais de existência na cidade impunham aos dirigentes o dever de agir. Com já relatamos, as péssimas condições sanitárias da cidade se revelavam por meio das epidemias que afligiam os soteropolitanos especialmente desde meados do século XIX. A cólera, em alguns meses, ceifou 16,8% da população de Salvador espalhando o medo e a desordem na cidade. Durante os vinte primeiros anos do século XX, além da cólera, a peste bubônica, a febre amarela, a varíola, gripes e a tuberculose deram demonstrações de seu poder epidêmico na Salvador republicana ameaçando a ordem social e econômica.

As epidemias dizimavam a reserva de mão-de-obra e adoeciam os trabalhadores prejudicando os negócios do município. A imagem da praça comercial de Salvador era maculada no exterior, afugentando os investidores que, naturalmente, evitariam os chamados “portos sujos”. As epidemias, portanto, prejudicando o comércio exterior matava a galinha dos ovos de ouro da economia baiana. Além dos motivos econômicos, as elites sabiam que a pestilência não fazia discriminação entre os homens podendo muito bem visitar os bairros nobres a partir dos bairros sujos do proletariado.

⁸³ FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. Op. Cit.

A necessidade de adequar o tecido urbano de estrutura física colonial com seus becos e vielas, ruas estreitas e sinuosas às necessidades operacionais das concessionárias dos modernos serviços urbanos tais como bondes⁸⁴, energia elétrica e canalização de água e esgoto além do uso crescente dos auto-ônibus e automóveis explica, em parte, as reformas urbanas das primeiras décadas do século XX. Por isso, os planos de melhoramentos, seguindo os princípios demolidores do urbanismo de Haussmann, foram pródigos em demolir casarios antigos para alargamento e abertura de ruas, principalmente nos distritos centrais, até meados do século XX. Além de atender aos reclames das empresas que implantavam os modernos serviços urbanos, os planos de melhoramentos atendiam aos conselhos do saber médico em erradicar quarteirões insalubres, focos de epidemias.

O incipiente capital imobiliário também exercia influência na ação do poder público sobre a organização do espaço do município desde as primeiras décadas do século XX. O loteamento da Cia. Comercial Imóveis e Construções fora aprovado nos arrabaldes do Bonfim, em Itapagipe, no ano de 1925 onde foram produzidos 123 lotes⁸⁵. A ação do capital imobiliário se fez em dois fronts: o primeiro estimulando a remodelação urbana dos distritos centrais com o fito de valorizar o antigo centro urbano em processo adiantado de degradação sócio-espacial; e segundo lançando novos empreendimentos imobiliários para os arrabaldes mais longínquos do município de Salvador estendendo, portanto, a malha urbana.

A ação reformadora do poder público privilegiou o centro da cidade até meados do século XX. Tamanha fora a obsessão do poder público em remodelar o centro antigo que gerou em um cientista e político baiano a seguinte declaração num jornal famoso:

“[...] Aos remodeladores, não seria preferível traçar na vastidão das terras brasileiras, próximas a esta capital, uma Bahia Nova, de avenidas e alamedas retas, numeradas com todos os requisitos aconselhados pela hygiene moderna e arquitetura futurista? Será possível que as nossas aspirações urbanísticas só se restrinjam ad eternum ao quarteirão da Sé, forçadamente implantado no cimo desta collina de granito? Será remodelado e modernizado o resto da cidade? [...]”. (Pirajá da Silva, “A Tarde”, 16 de agosto de 1928).⁸⁶

⁸⁴ Recomendo a leitura da obra “Memória da Sé” de Fernando Peres que se trata de ótimo livro de micro-história que relata a derrubada da Antiga Sé de Salvador para atender às exigências de uma linha de bonde no centro da cidade.

⁸⁵ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformação e permanência (1549-1999)*. Ilhéus: Editus (Editora da UESC), 2002, p. 269.

⁸⁶ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979, p. 60.

O núcleo antigo da cidade, desde o século XIX, passava por uma reconfiguração funcional e de sua composição social. Deixava gradativamente de ser o lócus da moradia burguesa para abrigar famílias pobres que trabalhavam no comércio central. Os imóveis luxuosos ou cediam lugar para novas casas comerciais ou eram subdivididos entre famílias pobres transformando-se em cortiços. Ao longo da década de 1910, sob a liderança de José Joaquim Seabra (1855-1942), poderoso político baiano no exercício do seu primeiro mandato enquanto governador do estado, vários planos de melhoramentos urbanos foram gestados por engenheiros a serviço da Intendência Municipal com o fim de desenhar um novo esquema viário para os distritos centrais demolindo-se casarios e prédios de grande valor histórico. Neste período, se pronuncia um intelectual baiano sobre o valor dos projetos remodeladores no centro da cidade e dos necessários sacrifícios ao patrimônio arquitetônico da cidade que, por sua vez, serão compensados pelos fins a que se destinam:

“O projecto de remodelação desta cidade, intentando com intelligencia e energia pelo actual intendente que parece tomar pelas cousas do município o interesse sincero, que de ordinario somente se costuma ver entre os administradores da própria fazenda, que não da República, quasi sempre deixados estes em plano secundário, pelos patrocínios de partido, senão preferidos pelos de especuladores ávidos, traz, nas suas linhas geraes o sacrificio de uns tantos edifícios, que são memoráveis na nossa historia.

Não é razão para que perdurem elles deante da civilização, da hygiene e da boa fama de uma cidade, que poderia ser belíssima, mas que, entretanto, muito prejudicada é na sua esthetica, por effeito da collocação irregular dos edifícios [...].

Entre os edifícios que têm de ser demolidos está a capellinha da Ajuda, que, realmente, não pode permanecer, onde está, assim como a igreja da Sé, pois, collocadas como se acham, servem de obstáculo à circulação, à ventilação e à esthetica das ruas que as circundam” (Braz do Amaral; Jornal de Notícias, 1/06/12)⁸⁷.

Por detrás do discurso estético-higienista se escondem os interesses dos “especuladores ávidos”, do capital imobiliário querendo reabilitar o centro da cidade para que seus empreendimentos acontecessem.

⁸⁷ PERES, Fernando da Rocha. Op. Cit. p. 41-42.

Tais planos, quando executados⁸⁸, provocavam uma remoção sistemática de pobres das áreas centrais para os distritos periféricos como Brotas, Santo Antônio ou Vitória. Enquanto aos arrabaldes receberam projetos de novos bairros tais como Monte Serrat (1924-27) e o projeto do engenheiro Theodoro Sampaio, Cidade Luz (1919), atual bairro da Pituba.

O projeto do bairro de Monte Serrat foi realizado pelo engenheiro Américo Furtado de Simas no governo estadual de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-28) em terras pertencentes ao Estado. Em mensagem à Assembléia Legislativa no ano de 1925, Góes Calmon⁸⁹ faz menção dos trabalhos realizados nesse arrabalde:

“Algumas chácaras, como a de Monte Serrate, estavam em poder de alguns indivíduos, uns por simples ordens verbaes, a título gratuito, outros em virtude de arrendamento de prestações atrazadíssimas e esquecidas [...] A chacara de Monte Serrate foi também desocupada e por ordem do governo os seus terrenos estão sendo divididos em ruas e lotes para a venda [...].

As obras de Mont-Serrat iniciadas pelo governo do Estado no intuito de prover a cidade do Salvador de adaptações convenientes para o desembarque e hospedagem de imigrantes, foram depois ampliadas pelas construções de pavilhões de Serumtherapia, do Hospital de Isolamento e execução das obras de vulto do novo bairro, que vieram a dotar a cidade de um confortável e saudável arrabalde próprio para construções.

Todas as obras executadas no bairro de Monte Serrat foram feitas em terrenos pertencentes ao Estado, sendo apenas desapropriadas cinco casas para o perfeito alinhamento de certas ruas novas que foram abertas.

Não estamos longe da verdade, afirmando que Monte- Serrat, para o futuro, com as possibilidades que possui e com os melhoramentos executados pelo governo, será um dos bairros mais procurados na cidade”.

O projeto do loteamento nas chácaras de Monte Serrat fora realizado no entorno do Hospital de Isolamento em um arrabalde que, por causa das belezas naturais do sítio, apresentava-se como um confortável e saudável arrabalde próprio para construções.

As obras do porto (1891-1930) também produziram excelentes negócios fundiários para a empresa concessionária responsável pelas obras do porto e aterros. Juntamente com a modernização do equipamento portuário foi produzido um sítio urbano “novo em folha”

⁸⁸ Muito do que foi proposto não foi realizado em virtude do impacto da Primeira Guerra Mundial na economia baiana.

⁸⁹ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979, p. 49-50.

através de aterros expandindo enormemente a área da cidade baixa, historicamente uma estreita faixa de terra junto ao promontório dedicada ao comércio e a atividade de embarque e desembarque no antigo porto.

As obras do porto e do novo bairro comercial sob aterros ganharam novo fôlego quando J. J. Seabra assumiu o governo da Bahia no ano de 1912. Em mensagem à Assembléia descreve os cuidados que seriam tomados na remodelação da área adquirida do mar:

“Esta área será dividida em quarteirões separados entre si por espaçosas ruas, que facilitarão a pronta saída das mercadorias. Isto, porém, de nada serviria se a nossa cidade baixa, com ruas estreitas e sinuosas, não fosse igualmente modificada, de forma a corresponder ao plano aprovado, apresentado, por sua vez, ruas largas correspondentes àquellas.

Sob o influxo deste cuidado é que prometi o melhoramento desta parte da cidade, melhoramento, esse, afirmado por um decreto do Governo da República, e log puz à disposição da Comissão Fiscal da Bahia a quantia precisa para as diversas desapropriações que lhe eram necessárias. O plano adotado está em plena execução, às demolições dos prédios fora dos alinhamentos aprovados estão sendo feitas, estudam-se as condições dos novos prédios e, até o fim do corrente mês, é de esperar que esteja este projeto livre de toda e qualquer dificuldade.

Tão grande melhoramento não ia, entretanto, além da Praça do Ouro, hoje Marechal Deodoro, de modo que as comunicações entre a Cidade Baixa e o bairro populoso e comercial de Itapagipe continuariam a ser feitas pela única via existente, de dimensões muito exíguas e que contorna a montanha, caracterizada por suas habitações escuras e insalubres, e onde o trânsito dos bondes e carroças é paralisado a cada instante, pela obstrução da via pública.

Como completamente indispensável ao plano de melhoramentos da Cidade Baixa, fiz organizar e aprovei o projeto da abertura de uma grande Avenida, de 20 metros de largura, entre o Mercado do Ouro e Jequitaia, cujos trabalhos já foram iniciados, estando desapropriados, desde o dia 8 de Março deste ano, os primeiros prédios.

Todos estes melhoramentos fazem parte hoje do plano de preparação do porto”⁹⁰.

As areias da dragagem foram utilizadas nos aterros necessários a produção de terrenos conquistados ao mar. A Companhia francesa que realizou as obras do porto vendera os terrenos que vão do 7º armazém a Alfândega à Companhia Imobiliária da Bahia, sendo esta obrigada a realizar as obras de calçamento, jardins, arborização, água, esgoto e iluminação no trecho acima. Em 1930, estavam aterrados e urbanizados 80 hectares de área conquistada da

⁹⁰ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979, p. 42-43.

baía de Todos os Santos.⁹¹Sobre esta planície, fruto dos diversos aterros, estabeleceram um desenho urbano quadriculado com largas avenidas adaptadas ao tráfego motorizado e prédios modernos.

Figura de proa no processo de reformas urbanas em Salvador nas duas primeiras décadas do século XX, José Joaquim Seabra (1855-1942) exerceu liderança política decisiva e foi o maior promotor da “remodelação da cidade”.

J. J. Seabra nasceu em Salvador diplomando-se em Direito em 1877 pela conceituada Faculdade de Direito de Recife. Iniciou sua carreira política na Bahia ao tentar eleger-se, sem sucesso, a deputado para a Câmara Baixa nas últimas eleições do Império, em 1889. No ano seguinte, elegeu-se deputado para a Constituinte Republicana. Devido à forte oposição que fizera ao governo presidencial de Floriano Peixoto fora exilado no estado do Amazonas e em Montevidéu, retornando ao país em 1895 através de anistia política.

Na presidência de Rodrigues Alves Seabra ocupou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1902-1906) e no governo de Hermes da Fonseca exerceu o ministério da viação e obras públicas (1910-1912). Em 1912, Seabra assumiu o governo do Estado da Bahia depois da resistência dos políticos locais contando com o apoio político e militar do Governo Federal que usou o expediente do bombardeio do centro da Cidade do Salvador para assegurar a posse do seu protegido. A partir de então, inaugura-se na Bahia a era seabrista marcada pelo controle do grande líder sobre as oligarquias do interior e sobre a Assembléia Legislativa do Estado.⁹²

Líder político de forte personalidade e de grande poder carismático, Seabra estendeu o seu domínio acima do complicado jogo de poder entre as diversas oligarquias do interior do estado sabendo ser flexível e maleável quando as circunstâncias assim o pediam. Este comportamento “camaleônico” o manteve no poder do estado por 12 anos.⁹³Depois de exercer o governo do estado entre 1912 a 1916, Seabra colocou no governo do estado um dos seus muitos “afilhados” políticos, Antônio Muniz, para sucedê-lo no período de 1916 a 1920. Em seguida, ele reassume o governo do estado no período que vai de 1920 a 1924. Apesar de perder o controle da máquina pública após a posse de Góes Calmon (1924-28) no governo do

⁹¹ ⁹¹ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformação e permanência (1549-1999)*. Ilhéus: Editus (Editora da UESC), 2002, p. 288-289.

⁹² SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Uma Política de Acomodação*. Salvador: UFBA (série Estudos Baianos, nº 10), 1978.

⁹³ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. Cit. p.77.

Estado, Seabra manteve-se politicamente ativo até 1930 quando a Revolução de 30 remove-o da arena política do estado definitivamente para iniciar a era do tenentista Juracy Magalhães, a liderança política mais importante no estudo da próxima fase do urbanismo na Bahia que se inaugura nos anos 30.

Detentor da máquina administrativa e do Legislativo do Estado, J. J. Seabra, principalmente em seu primeiro governo, realizou os “melhoramentos urbanos” mais importantes na Primeira República baiana. Quando ministro da justiça na presidência do Sr. Rodrigues Alves, Seabra não apenas presenciou como residente as reformas do prefeito Pereira Passos (1902-1906) na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Seabra participou ativamente na administração da remodelação da capital federal inclusive conduzindo o famoso e jovem higienista Oswaldo Cruz a presença do Presidente da República. Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz logo se entenderam e o cargo de Diretor-Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro foi entregue a Cruz⁹⁴. A título de hipótese, o tempo em que Seabra viveu em Montevidéu pode ter permitido ao político baiano presenciar as reformas urbanas da capital uruguaia tão pioneira na América do Sul em matéria de urbanismo.

J. J. Seabra foi aluno e professor da Faculdade de Direito de Recife, grande centro irradiador da filosofia positivista no Brasil. Em consonância com o seu tempo, Seabra foi bastante influenciado pelo positivismo. A visão positivista pode ser facilmente identificada nesses discursos seabristas na recusa do legado urbano colonial e na perspectiva civilizadora da ação sobre a cidade:

“Obras e melhoramentos, de modificação desta cidade, cujo aspecto colonial assinalava, depois da independência, em dois regimes diferentes, nas contrárias atuações da política, sucedendo-se no poder vontades e opiniões de todos os partidos, e descuido simultâneo das administrações deste Município e dos Governos da Bahia [...] os projetos e as obras que sabeis, os tratados que impulso, às vezes melhoramentos que, como símbolos de nosso caminhar para civilização, e interrompendo a inércia do passado, se levantam do nada, e crescem, e se adiantam, e hão de ser, em próximo futuro, a irrecusável prova do documental da criadora e patriótica atividade desta época” (grifos nossos)⁹⁵.

“Benditas as revoluções que mudam a face obsoleta e anacrônica das cidades, presas, até então, à rotina e ao sórdido capricho de seus dominadores; felizes as revoluções que despertam as forças vivas dos recursos econômicos; que drenam os campos, que impulsionam as vias de comunicação, que levantam templos à ciência e vão ao

⁹⁴ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979, p. 16.

⁹⁵ OCEPLAN. Op. Cit. p. 28.

encontro das aspirações artísticas, amparando, protegendo como uma necessidade social [...]

Não cessarei de vos dizer que o movimento, a inquietação de melhorar, o forte desejo de progresso, a que não mais refogem os desanimados de outrora, convertidos em operários da grande transformação, que somente a inveja não aplaude e a maldade não festeja, sintetizam-se nas avenidas que se rasgam, nas ruas que se alargam, nas casas novas que se erguem, nas cúpulas e torres que se erigem, na ânsia de renovar e progredir [...] E vos confesso que tudo farei para dar à Capital do Estado novos melhoramentos, a que faz jus a sua população ordeira e operosa” (grifos nossos)⁹⁶.

Pereira Passos influenciou uma geração de urbanistas e políticos com as reformas do Rio. Passos viveu em Paris quando Haussmann executava a grande reforma de Paris rasgando a velha cidade medieval com largas avenidas. O próprio Seabra presenciou e, em parte, participou da remodelação de Passos quando ele exercia o ministério da justiça na capital. Percebemos o casamento entre o pensamento social positivista e o modelo de urbanismo inspirado em Haussmann que entrou no vocabulário técnico e político no Brasil sob a rubrica de planos de melhoramentos ou planos de embelezamentos ou remodelação urbana.

Um urbanismo que tem por referência Haussmann cujos princípios foram praticados, guardadas as devidas proporções, por Passos e Seabra. Esse “urbanismo demolidor”⁹⁷ se expressa em Salvador nos primeiros vinte anos do século XX através de obras de alargamento das ruas da Misericórdia e Chile e a construção da Av. Sete de Setembro tendo como principais vítimas prédios religiosos de grande relevância ao patrimônio arquitetônico nacional tais como as igrejas da Ajuda, São Pedro, São Raimundo e Mercês. O geometrismo impenitente das propostas de alargamento e abertura de ruas, desrespeitoso em relação ao tecido urbano construído ao longo de séculos pode ser visto nas figuras a seguir. Nesses casos, foram à régua e o esquadro que comandaram o espírito dos desenhistas urbanos. Trata-se de melhoramentos que, quando realizados, contaram com empréstimos estrangeiros e nacionais (Credit Mobilier, Eduardo Guinle e Apólices Populares) e com a receita ordinária proveniente da exportação do cacau do sul do estado.

A Figura 4 nos apresenta o que foi proposto ao longo do primeiro governo estadual de Seabra em termos de remodelação urbana e o que foi, realmente, executado incluindo a construção da Avenida Sete de Setembro (Fig. 5) que ficou notabilizada na época como a maior obra viária do estado da Bahia. Apesar do prejuízo ao patrimônio histórico-arquitetônico do país em virtude das demolições promovidas pelos planos de melhoramentos seabristas, temos que

⁹⁶ FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. Op. Cit. p. 58.

⁹⁷ Termo do historiador francês Pierre Lavedan.

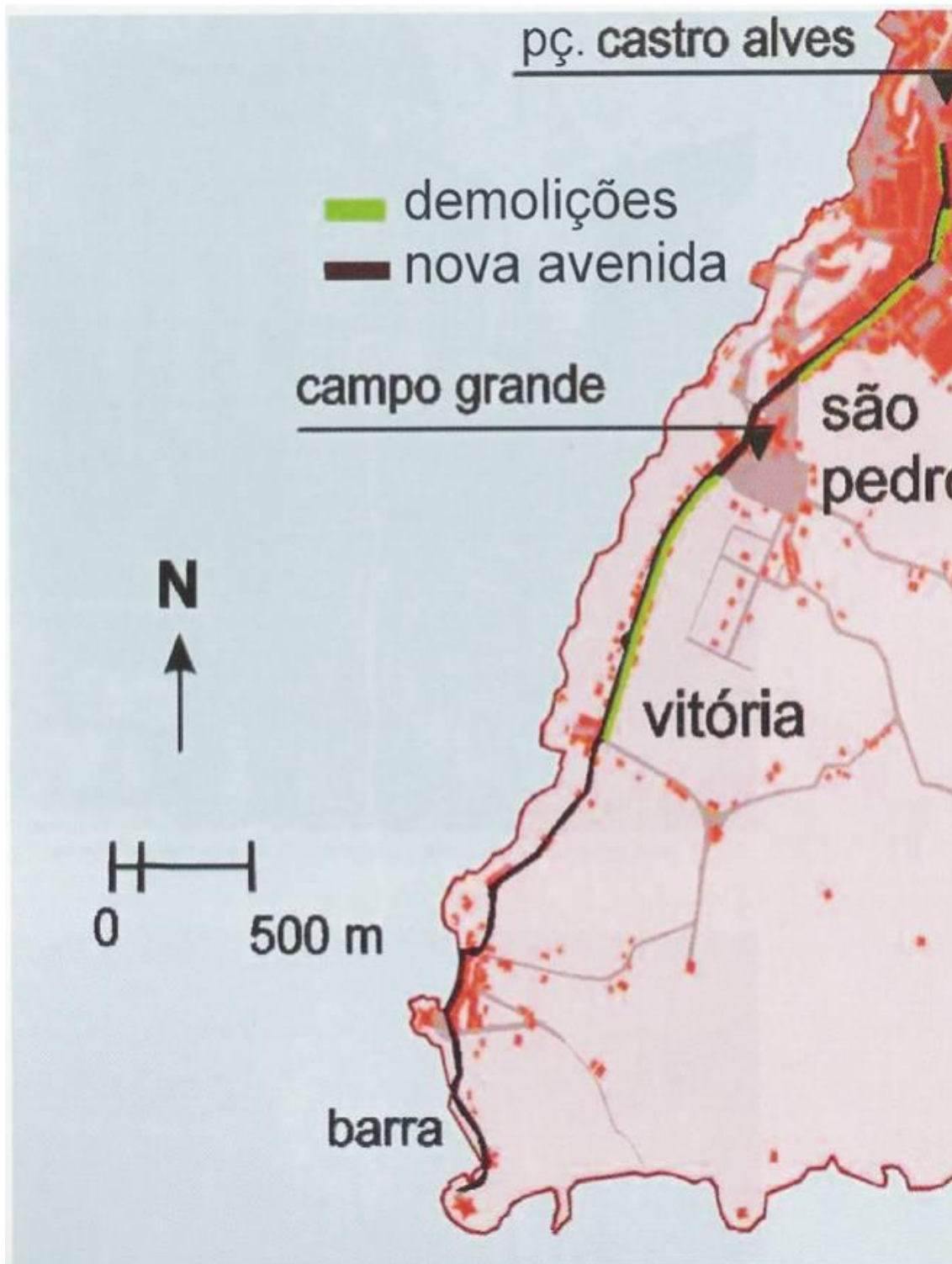
ressalvar que a falta de recursos fez com que o processo de demolições ficassem muito aquém do pretendido pelas autoridades políticas e profissionais da época. O fato é que a *Belle Époque* baiana foi modesta se comparada a cidades como Rio e Buenos Aires.

Fig. 5: Melhoramentos Urbanos em Salvador (1912-1916)



Fonte: CAMPINHO, Milena P. *O Centro Histórico de Salvador – 460 anos.* p. 62

Fig.6: Avenida Sete de Setembro - 1915



Fonte: CAMPINHO, Milena P. *O Centro Histórico de Salvador – 460 anos.* p. 65.

4.1.4 Planos de Melhoramentos em Salvador nos anos 30

Na década de 1930 a Bahia presencia a introdução de outro modelo de urbanismo cujas raízes conceituais e metodológicas estão em Patrick Geddes e no ideal de cidade-jardim e não mais em Haussmann. Todavia, o que percebemos é que, na prática, o urbanismo de Seabra continuava sendo praticado pelos prefeitos da cidade, ao passo que o urbanismo cujas bases estão numa combinação de Geddes e Howard permanece a nível de discurso ideológico nas décadas de 30 e 40.

A prática urbanística dos anos 30, a despeito de outro paradigma de urbanismo debatido no meio profissional, muito se assemelhou ao urbanismo de Seabra centrado em alargamento e abertura de vias visando a fluidez do tráfego urbano e demolição de cortiços nas áreas centrais atendendo aos interesses da higiene e do capital imobiliário.

Prefeitos como o eng.º José Americano da Costa (1932-1937) e o eng.º Durval Neves da Rocha deram continuidade às obras de alargamento de ruas propostas pelo famoso plano seabrista de melhoramentos urbanos do distrito da Sé de 1912 estendendo, contudo, a ação de alargamento-demolição para logradouros periféricos. A preocupação em adaptar o velho sistema viário ao uso do automóvel deu a tônica da ação desses governos sobre a cidade.

Fig.7: Praça Municipal nos anos 30 e a presença do automóvel em Salvador



Fonte: Arquivo Público Municipal

Em seu relatório de governo destinado ao interventor federal Landulfo Alves, o prefeito Neves da Rocha⁹⁸ ao tratar do quesito “desapropriações” diz fazer estas parte da “solução desse problema, dos mais interessantes para a vida urbana de nossa capital, logo aos primeiros dias da atual administração passou a constituir objeto de constante preocupação, dada a sua urgência, tanto melhorar as condições de tráfego geral do centro da cidade como para emprestar melhor feição a velhos aspectos locais, não condizentes com a fisionomia que deve apresentar uma cidade moderna”.

Segue o prefeito-engenheiro dizendo que “o primeiro prédio da série de demolições em 1933, desapareceu o que se achava em ruínas, em meio, por assim dizer, do início da Av. Joana Angélica, no antigo bêco do Senado. Essa desapropriação custou a Prefeitura Rs. 44:000\$000. Em seguida, voltaram-se as vistas da Prefeitura para os velhos pardieiros aos fundos do seu próprio edifício, que deviam desaparecer, não só para continuação do alargamento da Rua Tomé de Sousa, como para que se pudessem construir ali edifícios de linhas modernas, em acordo com o local, conforme está acontecendo”.⁹⁹

Ao lado da preocupação em dotar o tráfego urbano de maior fluidez através do alargamento das velhas ruas, afirmações tais como “velhos pardieiros [...] que deviam desaparecer [...] para que se pudessem construir ali edifícios de linhas modernas, em acordo com o local” revelam que os interesses do capital imobiliário eram subjacentes ao processo de alargamento-demolição no centro da cidade nos anos 30.

No tocante a Rua Silva Jardim (Taboão), ainda no núcleo central, Neves da Rocha empreende seu alargamento e assim se justifica no supracitado relatório endereçado ao interventor do Estado: “Rua Silva Jardim (antiga ladeira do Taboão) – dentre os Melhoramentos ora em execução, com o fim de descongestionar o tráfego urbano, convém destacar o que compreende o alargamento e calçamento, a paralelepípedos rejuntados por parte dos nossos trabalhadores, entre as chamadas cidades altas e baixa desta capital [...] essa artéria ficará com 10 metros de largura e já está com os respectivos serviços quasi concluídos, faltando, apenas, a demolição dos prédios números 1 e 5 [...]”¹⁰⁰.

⁹⁸ PMS. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. dr. Landulfo Alves de Almeida, interventor federal no Estado, pelo eng.º civil Durval Neves da Rocha, prefeito, período de 12 de abril de 1938 a 12 de abril de 1940*. Bahia, S/E, 1940. p. 73.

⁹⁹ PMS. Op. Cit. p. 73.

¹⁰⁰ PMS. Op. Cit.

Além da Rua Silva Jardim, a gestão Neves da Rocha realizou, ainda que completado na gestão do eng.º Elysio Lisboa (1942-1945), tais obras: alargamento da Rua Carlos Gomes, Alargamento da Rua Joana Angélica, construção da Rua Visconde de Mauá (ligação entre cidade alta e baixa), construção (parcial) da Rua Botelho Benjamin e pavimentação e alargamento da Rua Dendezeiros em Itapagipe.¹⁰¹ A seguir, a tabela mostra a quantidade de demolições totais e parciais na administração de Neves da Rocha até o ano de 1940.

Tab. 5: Demolições Realizadas no Governo Municipal de Neves da Rocha (1937-1942)

Rua	Totais	Parciais	Distrito
Av. Joana Angélica	2	2	São Pedro
Av. Carlos Gomes	4	1	São Pedro
Rua Juliano Moreira	1	-	Sé
Rua Botelho Benjamin	3	-	Santo Antônio
Av. Fernandes da Cunha	1	-	Mares
Rua da Conceição	6	-	Brotas
Rua Prado Valadares	1	-	Nazaré
Rua Rui Barbosa	1	-	Sé
Rua Visconde de Mauá	6	5	Conceição
Rua Pires de Carvalho	1	-	Nazaré
Rua Tomé de Sousa	-	5	Sé
Rua José Gonçalves	-	2	Sé
Av. Bonfim (Dendezeiros)	3	10	Mares
Ruas Visconde do Rio Branco	4	9	Sé
Rua Silva Jardim	7	5	Sé
Rua Pires de Carvalho	1	-	Nazaré

Fonte: PMS (1940).

¹⁰¹ ¹⁰¹ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979, p. 66.

Fig. 8: Edificações a Demolir na Av. Bonfim na administração Neves da Rocha



Fonte: PMS, 1940

Fig. 9: Edificação a Demolir na Rua José Gonçalves no Distrito da Sé - administração Neves da Rocha



Fonte: PMS, 1940

Fig. 10: Edificação Demolida – Av. Joana Angélica- administração Neves da Rocha



Fonte: PMS, 1940

Fig.11: Alargamento e Pavimentação da Rua da Ajuda no Distrito da Sé - administração Neves da Rocha



Fonte: PMS (1940)

Fig. 12: Assinatura do Empréstimo para Remodelação do Bairro da Sé



Fonte: PMS (1940)

No centro, assinando o contrato, o Prefeito Neves da Rocha.

5. URBANISMO NA BAHIA (1930-1950)

5.1 Plano Diretor: principais características e influências

5.1.1 Introdução ao Plano Diretor na América Latina

A partir de meados da década de 1920, no entre - guerras, a América Latina passa a conhecer, mais no discurso do que na prática, o plano diretor, instrumento de um urbanismo cujas raízes filosóficas, através da Sociedade Francesa de Urbanistas, estão fincadas em teóricos tais como Patrick Geddes (1854-1932) , Ebenezer Howard (1850-1928) e Camillo Sitte (1843-1903).

Para se entender esta nova fase do urbanismo na América Latina, precisamos, antes, considerar, *en passant*, a renovação por que passara as bases filosóficas, as instituições profissionais e de ensino do urbanismo francês nas primeiras décadas do século XX. Rompendo com a tradição do urbanismo de Haussmann, uma nova geração de urbanistas franceses articulava-se, no início do século XX, em torno de novas instituições tais como o Museu Social (1894) e a Sociedade Francesa de Urbanistas (1914) e abraçavam novas referências tais como Patrick Geddes e o seu *regional survey*; E. Howard e Raymond Unwin e suas propostas de cidades-jardim; Camillo Sitte e Josef Stübben e a compreensão artística dos planos de cidades.

Novas influências passam a ser pescadas pelos novos urbanistas franceses no mundo anglo-saxônico (Grã-Bretanha e EUA) e no mundo germânico (Alemanha e Áustria).¹⁰² Além do resgate de princípios do desenho urbano francês dos antigos engenheiros militares tais como as vias monumentais e o modelo radial-concêntrico do sistema viário tal qual identificamos na Washington desenhada por L'Enfant, foram acrescentados ao cardápio literário as leituras dos reformadores sociais britânicos como Robert Owen, E. Howard, Raymond Unwin e P. Geddes etc.

Em 1908, o Museu Social, em sua Seção de Higiene, presida por Georges Risler, agrupava profissionais como Hérnard, Forestier, Prost, Jaussely, Louis Bonnier, Auburtin, Robert de Souza, Benoit-Levy (divulgador das cidades-jardins na França) dentre outros. Em 1914, funda-se a Sociedade Francesa dos Urbanistas (SFU) com D. A. Agache, André Bérard, J.C.N. Forestier, Jaussely, Parenty, Prost e Redont, sob a presidência de Eugène Hérnard¹⁰³.

¹⁰² BARDET, Gaston. *O Urbanismo*. Campinas: Ed. Papirus, 2001 p. 17-26.

¹⁰³ BARDET, Gaston. *Op. Cit.* p. 24.

Em 1924, o Instituto de Urbanismo de Paris é criado por Marcel Poëte, “que quis fazer do urbanismo uma verdadeira ciência de observação”.¹⁰⁴

A SFU foi fundada sob os auspícios do Museu Social quando presidido por E. Hérnard e Georges Risler.¹⁰⁵ Alguns desses novos urbanistas envolveram-se cedo com a reforma social na França por meio da Seção de Higiene Urbana e Rural do Museu Social francês. Portanto, o pensamento urbanístico de Donat Alfred Agache e de outros foi fortemente influenciado pela missão reformadora das primeiras décadas do século XX na Europa e cruzou o Atlântico para aportar na América Latina a partir da segunda metade da década de 1920 através da visita desses técnicos franceses.

Segundo Christian Topalov¹⁰⁶, a idéia de que existem “problemas urbanos” é recente. A questão urbana surge na Europa e na América do Norte nos primeiros anos do século XX como uma especificidade da questão social “com os reformadores de moradias e os primeiros urbanistas, os filantropos e os assistentes sociais, que tinham de enfrentar a realidade de grandes metrópoles do mundo industrial”.

O movimento de reforma urbana que se inicia na Europa e nos Estados Unidos estava integrado “a um projeto multiforme de reforma social que se definirá e ampliará a partir de 1880”.¹⁰⁷ Mudar a cidade para mudar a sociedade. Esta afirmativa resume a missão dos reformadores urbanos europeus e norte-americanos do começo do século. O testemunho do socialista francês, Henri Sellier, em 1910, é uma prova desta missão:

*“A cidade [...] e as condições de moradia exercem uma influência decisiva sobre a mentalidade e a educação do povo. É preciso afastar trabalhadores dos prazeres grosseiros da cidade e da fascinação da rua, dos bares e boates”.*¹⁰⁸

Em 1895, a tese de Izoulet intitulada “Citté Moderne” versou sobre a questão social e se tornou uma obra bastante influente em sua época. Ele apresenta a idéia que já se tornara

¹⁰⁴ BARDET, Gaston. *Op. Cit.* p. 27.

¹⁰⁵ BRUANT, Chaterine. Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

¹⁰⁶ TOPALOV, Christian. Da Questão Social aos Problemas Urbanos. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

¹⁰⁷ TOPALOV, Christian. *Op. Cit.* p. 23.

¹⁰⁸ TOPALOV, Christian. *Op. Cit.* p. 23.

clássica dentre os autores positivistas tais como Comte, Spencer e Le Play de que o homem é fruto da sociedade, portanto, filho da “citté”. O texto de Izoulet é iniciado com uma citação de Alfred Fouillée que expressa o medo das elites européias em relação à notoriedade da presença das massas proletárias nas grandes cidades e o desejo de reformas urbanas administradas pelas próprias elites visando ao apaziguamento:

*“Não saberia desviar meus olhos dessa linha inquietante que começa a riscar o horizonte, que não é outra coisa senão a maré crescente das massas, capaz de devastar a elite e arrastar a civilização como um cisco [...] Há necessidade de proclamar-se a Citté em perigo. Sobretudo, há necessidade de indicar-se o caminho da salvação, por menos que se possa vislumbrá-lo”.*¹⁰⁹

Os urbanistas desde então passaram a integrar o círculo profissional responsável em indicar o “caminho da salvação” para as cidades. Cabe aos urbanistas conceber planos reguladores capazes de controlar o futuro desenvolvimento sócio-espacial das cidades. Segundo Topalov, a “questão social” e, por consequência, a “questão urbana”, na Europa e nos Estados Unidos é desmembrada em vários problemas específicos (violência, desemprego, alcoolismo, moradia etc.) sendo que cada uma dessas facetas passou a ser tratada por uma profissão e não mais pela clássica figura do reformador social. O urbanismo é uma dessas profissões que trata dos problemas da organização sócio-espacial das cidades. Podemos adiantar que a ciência urbanística ao ser introduzida no meio técnico latino-americano, no período entre – guerras, principalmente através dos profissionais franceses, veio impregnada por essa visão reformista que não encontrou eco no meio político da região e cujas bases metodológico-conceituais estão em Patrick Geddes e no modelo cidade-jardim.

Seguindo essa linha de pensamento reformista, o progresso social exige a educação do povo e essa ação pedagógica se faz não apenas por meio de uma moradia adequada, mas também através das condições gerais da vida urbana. Importante notar o casamento entre a utopia “cidade-jardim” e o movimento reformista europeu e americano quando aquela fornecia as novas bases espaciais capazes de ser “um fator essencial para a educação popular na luta contra moradia insalubre, a tuberculose, o alcoolismo”.¹¹⁰ Segundo Topalov¹¹¹, “difunde-se a convicção de que o meio produz a degeneração e que é possível transformá-lo mediante a reforma urbana”.

¹⁰⁹ BRUANT, C. Op. Cit. p. 180.

¹¹⁰ TOPALOV, Christian. Op. Cit.

¹¹¹ TOPALOV, Christian. Op. Cit. p. 38.

Cedo o pensamento reformista expressado na concepção pedagógica do espaço físico ganha pretensões científicas no meio intelectual francês. Um saber científico capaz de enunciar objetivamente as necessidades dos indivíduos e da sociedade: o ar, a luz, a beleza e novas relações sociais.¹¹² Alfred Agache e companheiros da SFU passavam a discutir as bases epistemológicas de uma ciência urbanística. Uma ciência capaz de investigar metodicamente causas e efeitos e que procurasse formular previsões. Por mais científico que se pretendesse, o urbanismo andou de mãos dadas com o moralismo e a tendência em disciplinar o povo através das prescrições esclarecidas dos urbanistas.

Interessa-nos apresentar a visão de Alfred Agache sobre urbanismo visto que ele representou a maior influência do pensamento urbanístico brasileiro até o final da Segunda Guerra Mundial. Quando palestrava no Rio de Janeiro no ano de 1927 a convite do prefeito Antônio Prado Jr., Agache diz que urbanismo é uma ciência e uma arte e, sobretudo, uma filosofia social. Antes de tudo, uma filosofia social, “pois é fato que o econômico e o social intervêm nitidamente na criação, no desenvolvimento e na evolução das cidades”.¹¹³

Ciência de aplicação, para D. A. Agache, o urbanismo é uma ciência social, “visto que hoje nos damos conta dos elementos sociais que fazem parte da composição das cidades, que determinam seu nascimento, seu crescimento e sua decadência”.¹¹⁴ Agache compreendia o urbanismo como uma ciência concreta que se apóia sobre o conhecimento histórico e monográfico da cidade e da região. No dizer do urbanista francês “todo estudo urbanístico [...] começa por uma análise monográfica da cidade em questão”.¹¹⁵

Para Agache, a atividade urbanística teria por base “um rigoroso método de observação que analisa o fato urbano em suas relações com o fato humano, ou seja, que por meio da busca das repercussões do econômico e do social sobre a expressão urbana, chegar-se-á ao diagnóstico necessário”.¹¹⁶ Busca-se examinar, minuciosamente, os fatos; “busca-se, na história, sua origem e, na longa duração, suas causas. Em seguida, com uma análise rigorosa, procura-se determinar, por meio de sínteses sucessivas, se não leis de evolução do fenômeno urbano, ao menos os princípios que os orientam”.

¹¹² TOPALOV, Christian. Op. Cit. p. 26.

¹¹³ BRUANT, Catherine. Op. Cit. p. 174.

¹¹⁴ BRUANT, Catherine. Op. Cit.

¹¹⁵ BRUANT, Catherine. Op. Cit. p. 175-176.

¹¹⁶ BRUANT, Catherine. Op. Cit. p. 175.

O urbanismo na concepção de Agache é uma filosofia que se lança ao conhecimento da realidade urbana e regional em suas manifestações naturais, técnicas e sociais. O resultado da pesquisa multidisciplinar deve ser apresentado sinteticamente para municiar a ação. Agache defende que o urbanista deve fazer um estudo monográfico da situação urbana valendo-se dos diversos meios de informações no sentido de montar um cenário multidisciplinar (econômico, geográfico, demográfico, histórico e sociológico) e sintético da realidade urbana e regional. Segundo ele o urbanista deve “estudar, relativamente ao passado e ao presente, a criação, a evolução, a organização e o funcionamento das cidades para daí extrair as melhores condições do ponto de vista do urbanismo”.¹¹⁷

Torna-se evidente que Alfred Agache bebe do amigo Patrick Geddes, biólogo darwinista que pensou o town planning como uma ciência cuja ação estaria embasada no regional survey. Ainda diz Agache que o urbanismo é “pesquisa de todos os elementos que fazem parte da organização de uma aglomeração urbana. Não é apenas uma ciência e uma arte, é também uma adaptação sociológica”, um meio de intervir no social.¹¹⁸ O urbanismo apresenta-se a Agache como uma espécie de engenharia urbana e social capaz de intervir e controlar o desenvolvimento territorial e social da cidade.

No pensamento de Agache, o urbanista seria mais do que um técnico a desenhar planos e compilar dados. Em 1935, ele diz que “o urbanismo é principalmente uma filosofia social [...] o filósofo social redefine os dados do problema, e o urbanista de certa forma, será um político da ordem urbana, que é também uma ordem social”.¹¹⁹

O Museu Social produziu em 1912 a famosa Lei Cornudet que só foi aprovada em 1919, sendo modificada em 1924. Segundo essa lei, “todas as cidades de mais de 10 mil habitantes; as comunidades do departamento do Sena; as comunidades em vias de crescimento cuja lista seria estabelecida de acordo com uma proposição da Comissão Departamental de Planejamento, Embelezamento e Extensão das cidades e aldeias; as estações balneárias, marítimas, hidrominerais, climáticas, esportivas e outras; as aglomerações de qualquer importância, apresentando um caráter pitoresco, artístico ou histórico inscritas numa lista estabelecida pela Comissão de Terrenos e Monumentos Naturais; os grupos de habitações e loteamentos, enfim, as comunidades total ou parcialmente destruídas em consequência de

¹¹⁷ BRUANT, Catherine. Op. Cit. p. 176.

¹¹⁸ BRUANT, Catherine. Op. Cit. p. 179.

¹¹⁹ BRUANT, Catherine. Op. Cit.

acidentes de guerra, tremores de terra ou outros cataclisma, seriam obrigadas a ter um projeto de planejamento, embelezamento e extensão”.¹²⁰

Numa avaliação da Lei Conurdet em 1939, G. Bardet, herdeiro da tradição do Instituto de Urbanismo de Paris, revela o quanto à aplicação dessa lei deixou a desejar.¹²¹ “De um total de 9.139 planos que apareceriam, conforme a lei, 273 estavam aprovados e 158 em preparação, ou seja, 22%. Os três quartos de projetos aprovados (ou seja, 197), eram concernentes a cidades de menos de 10 mil habitantes, em grande parte estações balneárias, climáticas, termais e turísticas”. E, em seguida, conclui: “Nas municipalidades, o descaso, a negligência, reinam como mestres, e os “bens comuns” mais preciosos permanecem como presas dos especuladores ou dos egoístas. As leis de 1919 (Lei Cornudet), 1932 e 1935 são praticamente inoperantes”.

Diante da escassa aplicação das principais leis francesas de urbanismo no entre – guerras, houve uma diáspora dos principais representantes da SFU para outros países europeus, Ásia, África e América Latina. Como nos ensina Leme, “esta extensão de atividades além-mar pode ser interpretada como a procura de novos mercados de trabalho e também pela possibilidade que países como Brasil, com legislações urbanísticas menos consolidadas representavam para a experimentação de novos instrumentos urbanísticos”.¹²²

As principais cidades latino-americanas passavam por um grande crescimento populacional e por um processo incipiente de industrialização. Buenos Aires saltou de 663.000 habitantes em 1895 para 2.178.000 em 1932; Santiago, de 333.000 em 1907 a 696.000 em 1930; Cidade do México, de 328.000 em 1908 a 1.049.000 em 1933; São Paulo passou de 240.000 habitantes em 1900 a 579.000 em 1920 e 1.075.000 em 1930.¹²³

Necessário que se diga que este grande crescimento demográfico das principais cidades latino-americanas se deve mais ao êxodo do camponês pobre do que à força do processo de industrialização. O inédito gigantismo das capitais revelou-se às elites urbanas da região como um verdadeiro “caos urbano” e para fazer frente à “desordem urbana” que se estabelecia as classes dominantes recorrem, novamente, a França. A reincidência da tutela francesa nós

¹²⁰ BARDET, Gaston. Op. Cit. p. 24-25.

¹²¹ BARDET, Gaston. Op. Cit. p. 31.

¹²² LEME, Maria Cristina da Silva. A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005, p. 29.

¹²³ ALMANDOZ, Arturo. *Modernización Urbanística en América Latina. Luminarias extranjeras y cambios disciplinares, 1900-1960*. Revista Iberoamericana, VII, 27 (2007), p. 61.

atribuímos não apenas ao pioneirismo francês em matéria de urbanismo, mas também a atração cultural que a França ainda exercia sobre as elites latinas.

Ao lado da incipiente industrialização e urbanização latino-americana, diversos países da região conheceram nos anos 1930 e 1940 regimes políticos de orientação ideológica fascista tais como o varguismo e o tenentismo no Brasil, o peronismo na Argentina e outros governos republicanos latino-americanos simpatizantes do governo Franco na Espanha que, por sua própria lógica, eram adeptos da idéia de controle e planejamento social. Essa influência fascista na região andou de mãos dadas com os efeitos negativos da Crise de 29 nas economias agro-exportadoras dos países latinos que forçou intervenções mais austeras dos Estados na economia e na sociedade. Portanto, abre-se uma brecha para a idéia do urbanismo e do seu instrumento (plano diretor) na região.

Podemos identificar seis fatores que contribuíram para divulgar no meio profissional latino o modelo de urbanismo cujas bases ideológicas se aproximam da SFU e, portanto, se afasta do urbanismo de Haussmann. São eles os congressos nacionais e interamericanos de urbanismo a partir de meados dos anos 1920; as primeiras publicações de manuais de urbanismo; publicação e tradução de revistas sobre urbanismo; visita de especialistas estrangeiros, principalmente urbanistas franceses associados à SFU; formação da primeira geração de urbanistas autóctones através dos primeiros cursos de urbanismo em seus países, ou através de estudos no exterior e ainda através do conhecimento prático em recém-criados escritórios ou comissões destinados a organizar o primeiro plano diretor em suas cidades; e a modernização administrativa do Estado, principalmente a esfera local, que passou a incluir secretaria ou diretoria especializada em urbanismo.

Algumas revistas foram publicadas divulgando temas urbanos e o urbanismo. Em 1929, a revista “A Cidade” em Buenos Aires; “Planificación” (1927), “Casas” (1935) e “Arquitectura y Decoración” no México; “Ciudad y Campo” em Lima; “Zyg-Zag” e “Urbanismo y Arquitectura” (1939) no Chile; a “Revista Municipal del Distrito Federal” (1939) em Caracas¹²⁴; e a “Revista Municipal de Engenharia” (1932) no Rio de Janeiro. A revista do Instituto de Urbanismo de Paris, “La Vie Urbaine”, publicada a partir do ano 1919, teve grande influência na formação dos primeiros urbanistas latinos.

¹²⁴ ALMANDOZ, Arturo. Op. Cit. p.66

Observamos a lista de títulos publicados pela Revista Municipal de Engenharia e consideramos que algumas publicações são do nosso interesse. A engenheira Carmen Portinho assinou os artigos de maior relevância do ponto de vista da divulgação da ideologia do urbanismo ciência já nos anos 1930. Em um artigo de 1934 intitulado “O Critério Científico do Urbanismo” ela analisa o que é ser um urbanista e a ciência do urbanismo dentro do todo um contexto interdisciplinar. A autora afirma que o projeto de um plano de uma cidade não pode ser elaborado sem uma profunda pesquisa das condições locais e se não se empregar no trabalho métodos científicos. O urbanista não pode dispensar os conhecimentos gerais de sociologia, psicologia, história e geografia; sem esse conhecimento, o desenvolvimento futuro da cidade estará comprometido.

Em outro artigo de 1934, intitulado “O Ensino do Urbanismo”, Carmem Portinho descreve as condições do ensino do urbanismo na Europa e nos Estados Unidos. Em um artigo de 1934, sob o título de “Elementos Funcionais do Plano Diretor” é transcrito o capítulo III do plano de Alfred Agache para o Rio. Outro artigo, assinado por Mário de Souza Martins, em 1937, tratou dos “Os Problemas das Cidades e a Organização do Plano Diretor” e, em 1936, o engenheiro baiano Paulo Peltier assina um artigo intitulado “Considerações em torno dos Planos Gerais de Remodelação e Expansão das Cidades” que, em verdade, fora um resumo de uma conferência ministrada pelo mesmo no I Congresso Municipal da Bahia onde, dentre outras coisas, o autor explica ao público de prefeitos a necessidade imperiosa e as vantagens dos planos gerais de melhoramentos e discorre sobre as experiências nacionais e francesas sobre planos urbanísticos.

A partir da década de 1920, alguns manuais de urbanismo começaram a circular na América Latina tais como “L’Urbanisme en Pratique” (Ford, 1920); “Traité D’Urbanisme” (Joyant, 1923); “L’Urbanisme à la Portée de Tours” (Raymond, 1925); “La Science des Plans des Villes” (Bardet, Pidoux, Rey, 1928) etc.¹²⁵ Os congressos latino-americanos de urbanismo e arquitetura permitiram o intercâmbio a respeito do que havia de mais moderno em urbanismo atualizando as políticas urbanas dos países mais periféricos. Em 1934 houve um Congresso de Arquitetura e Urbanismo no Chile, seguido do Primeiro Congresso Internacional de Urbanismo em 1935 em Buenos Aires. O Primeiro Congresso Panamericano de Municipalidades ocorreu em Havana e o segundo em Santiago em 1941. O primeiro encontro

¹²⁵ RIBEIRO, Luiz César Queiroz. Transferências, Empréstimos e Traduções na Formação do Urbanismo no Brasil. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 16.

latino-americano para discutir moradia popular ocorreu em Buenos Aires em 1939 e o 16º Congresso Internacional de Planejamento e Moradia ocorreu na Cidade do México em 1938.¹²⁶ O primeiro seminário de discussão do urbanismo no Brasil ocorreu em Salvador, a “Semana de Urbanismo” em 1935 e o Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo foi realizado no Rio de Janeiro em 1941.

A modernização da estrutura administrativa urbana foi um fator importante na divulgação das idéias do urbanismo e do plano diretor em toda América Latina assim como o foi na Europa antes de 1914. Como nos lembra A. Almandoz, as cidades latino-americanas consolidaram seu aparato técnico em urbanismo a partir da metade da década de 1920 quando os problemas urbanos passam a ser visto como problemas de ordem pública. Em 1938, Salvador, na gestão do engº Neves da Rocha (1938-42), conhece sua primeira Diretoria de Urbanismo para realizar o futuro plano de remodelação e expansão da capital baiana. Em 1937, é criada a Diretoria de Urbanismo do Distrito Federal em Caracas. Em 1935 o estado do Rio Grande do Sul contava com a Diretoria de Saneamento e Urbanismo e Recife desde 1934 possuía a Diretoria de Arquitetura e Urbanismo dentre muitos outros exemplos. Em 1927, surgiu a efêmera Associação Brasileira de Urbanismo e, ainda nos anos 1930, o governo federal brasileiro sob a presidência de Getúlio Vargas cria o IBAM e o Departamento de Administração Municipal com o objetivo de oferecer assistência técnicas aos municípios na administração do urbano.

A contribuição dos especialistas estrangeiros se deu de três formas diferentes: ministraram cursos, palestras e disciplinas acadêmicas; organizaram os primeiros cursos acadêmicos de urbanismo; e participaram dos primeiros escritórios de urbanismo como consultores ou coordenadores visando à elaboração dos primeiros planos diretores das principais cidades latino-americanas.

Em 1924, a prefeitura de Buenos Aires convida o urbanista francês Jean Claude Forestier elaborou o Plano de Reforma y Extensión para a capital argentina. Em seguida, Forestier fora chamado pelo presidente Gerardo Machado (1925-31) com o objetivo de preparar um plano de embelezamento e expansão para Havana.¹²⁷ Também em 1926, Antônio Prado Jr., prefeito do Rio de Janeiro, convida Alfred Agache para coordenar o Plano Diretor de Remodelação, Expansão e Embelezamento da capital federal o qual ficou pronto em 1930 e serviu de

¹²⁶ ALMANDOZ, Arturo. Op. Cit. p.65.

¹²⁷ ALMANDOZ, Arturo. Op. Cit.

modelo ao resto do país até o final da Segunda Grande Guerra. Em 1939, Henri Prost, representante da Sociedade Francesa de Urbanistas, coordenou o primeiro plano diretor de Caracas.

Alfred Agache, em sua longa temporada no Brasil, proferiu palestras no Rio de Janeiro em 1927 aos funcionários da Prefeitura do Rio, em 1941 foi a vez de Salvador receber o secretário da Sociedade Francesa de Urbanistas que ministrou palestras e tentou assinar o contrato de elaboração do primeiro plano diretor da capital baiana. No final dos anos 20, Agache visita Recife com os mesmos objetivos com que visitou as outras duas capitais: proferir palestras e assinar contratos de planos diretores. Como explica Moreira, “Tal atividade estava inserida em um esforço de divulgação dos princípios da nascente ciência urbanística, propugnado pela *Société Française des Urbanistes* [...] Agache proferiu duas conferências, ao invés das três do Rio de Janeiro, uma sobre o conceito de urbanismo e outra sobre como elaborar o plano diretor [...] Pode-se assegurar que esta visita foi um episódio importante na trajetória urbanística de Recife, porque, justamente após este momento, as questões do nascente urbanismo passaram a ser discutidas na imprensa local e a cidade passou a ser concebida pelos técnicos locais dentro de uma concepção globalizante, ultrapassando a visão pontual das reformas urbanas que predominava até então”.¹²⁸ A partir de 1939, Alfred Agache estabelece residência no Brasil onde auxiliou na elaboração de vários planos diretores para várias cidades brasileiras dentre os principais trabalhos enumeramos os planos de remodelação, extensão e embelezamento de Curitiba, no estado do Paraná, Campos, Atafona e São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, Vitória, no estado do Espírito Santo, e em São Paulo, onde projetou Interlagos.¹²⁹ Nesse período, atuou como consultor da firma Coimbra Bueno que ostentava o nome do professor Agache em sua equipe como o grande diferencial.

Gaston Bardet (1906-1989) também transitou bem nos meios acadêmicos do Brasil, Argentina e México nos anos 1940. Herdeiro da cultura do Instituto de Urbanismo de Paris onde foi aluno de Marcel Poëte. Bardet representou uma nova geração de urbanistas que já se desenvolveu num ambiente institucional do urbanismo mais consolidado e podemos considerá-lo um continuador da tradição da Sociedade Francesa de Urbanistas até o final do século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, devido à dura oposição que realizou ao

¹²⁸ MOREIRA, Fernando Diniz. A Aventura do Urbanismo Moderno na Cidade do Recife, 1900-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005, p. 148-149.

¹²⁹ LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005, p. 546.

urbanismo da *Carta de Atenas* e de Le Corbusier, ele se encontrou marginalizado no meio profissional francês. Depois da II Grande Guerra, a Carta de Atenas estabelece seu domínio no urbanismo mundial e as idéias contrárias de Gaston Bardet ressoaram como “voz que clama no deserto”. Então, ele se desloca para Bruxelas onde funda em 1947 o Instituto Internacional Superior de Urbanismo onde teve muitos alunos latino-americanos. Em 1973, por falta de incentivos, o Instituto foi fechado.¹³⁰

Pierre Gaudin nos informa as principais influências do pensamento de Bardet: “a filosofia bergsoniana do ‘elan vital’ tem um papel importante, em seguida a tradição das cidades-jardins e por fim o método civic survey iniciado por Patrick Geddes”.¹³¹ Bardet realizou trabalhos de urbanismo na Argentina e na Venezuela. No Brasil, ele ministrou um curso na Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais nos anos 40 e teve duração de 4 meses. Em São Paulo, Bardet realiza uma série de conferências na Escola de Sociologia e Política e tais foram os temas: sociologia e urbanismo, escala comunitária, nova estrutura rural e simbiose cidade-campo. Sua obra permitiu a espacialização dos princípios do Movimento Economia e Humanismo e da ação social preconizadas no Brasil pelo padre Lebreton.

A partir da metade dos anos 1920, os primeiros escritórios e comissões de urbanismo são estabelecidos nas principais cidades latino-americanas com o fito de empreender os primeiros planos diretores. De acordo com Almandoz “a maioria dos escritórios nacionais e municipais de Santiago, Montevideu, Cidade do México, Rio de Janeiro, São Paulo, Bogotá, Lima e Caracas foram resultado do esforço de governos locais e nacionais, novas associações profissionais e centros de investigação urbana”.¹³²

Tais escritórios e comissões, além de estudos na Europa ou América do Norte, constituíram a primeira fonte de formação de urbanistas nativos na América Latina. Nestes primeiros escritórios ou comissões, engenheiros e arquitetos latinos trabalharam os primeiros planos diretores para suas cidades em equipes coordenadas por representantes famosos do urbanismo europeu, principalmente franceses, tais como Donat Alfred Agache, J. C. N. Forestier, Henri Prost dentre outros.

¹³⁰ LEME, Maria Cristina da Silva (org.). Op. Cit. p. 548 e também ver BARDET, G. *O Urbanismo*. p. 29.

¹³¹ LEME, Maria Cristina da Silva (org.). Op. Cit.

¹³² ALMANDOZ, Arturo. *Modernización Urbanística en América Latina. Luminarias extranjeras y cambios disciplinares, 1900-1960*. Revista Iberoamericana, VII, 27 (2007), p. 65-66. (tradução do autor)

Esses escritórios e comissões para realização dos primeiros planos diretores das metrópoles emergentes formaram urbanistas tais como Carlos Contreras na Cidade do México, Maurício Cravotto em Montevideu, Carlos della Paolera em Buenos Aires, Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia em São Paulo, Pedro Martinez Olavarría em Caracas, Pedro Martinez Inclán em Havana¹³³ aos quais nós acrescentamos Armando de Godoy, Arnaldo Gladosch e Nestor de Figueiredo tutelados por Agache no Rio de Janeiro e Diógenes Rebouças e Admar Guimarães em Salvador.

Os primeiros cursos de graduação e pós-graduação em urbanismo surgem a partir dos anos 20 na América hispânica. Um dos primeiros cursos de urbanismo foi introduzido em 1928 na Escola de Arquitetura da Faculdade de Ciências Econômicas e Matemáticas da Universidad de Chile, por Alberto Pohlenz, autor de um plano urbanístico para Santiago cujas orientações estão em C. Sitte. O curso de Pohlenz influencia a criação de outro curso de urbanismo em 1929 na Universidad Católica de Chile. Segundo Joel Outtes, na Argentina, em 1929, foi criada a primeira cátedra em Urbanismo na Faculdade de Ciências Físicas e Naturais da Universidade de Rosário, quando della Paolera foi designado para o cargo. Ainda segundo Outtes, as aulas de Urbanismo em São Paulo foram instituídas em 1923 na Mackenzie College e em 1926 na Escola Politécnica. Em 1935, no Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal e no ano seguinte em Recife na Escola de Belas Artes.¹³⁴

O México está entre os países pioneiros no ensino do urbanismo no continente. Em 1926, o arquiteto Manuel Ortiz Monasterio criou o curso de “Planificación y Arte Cívico” na Escola de Belas Artes do México e José Luis Cuevas Pietrasanta incluiu o urbanismo na Universidad Autónoma do México em 1931. No Brasil, a primeira tentativa de inserir o urbanismo numa instituição acadêmica foi feita na Universidade do Distrito Federal, no Rio, criada no governo municipal de Pedro Ernesto pelo educador baiano Anísio Teixeira onde havia uma pós-graduação em urbanismo em 1935¹³⁵. Em 1947, a parceria entre o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul e a Seção de Urbanismo do governo do estado cria o primeiro curso de graduação em urbanismo com nove disciplinas e dois anos de duração.¹³⁶ O curso foi criado visando ao objetivo inicial de produzir planos diretores no interior daquele estado através dos

¹³³ ALMANDOZ, Arturo. Op. Cit. p. 66.

OUTTES, Joel. Disciplinando la Sociedad a través de la Ciudad. El Origen del Urbanismo em Argentina y Brasil (1894-1945). *Eure*, Santiago, vol. 28, nº 83, maio de 2002.

¹³⁵ ALMANDOZ, Arturo. Op. Cit. p. 68.

¹³⁶ MARTINS, Nelly Peixoto. Rio Grande do Sul: experiência urbanística. In: IBAM, *Leituras de Planejamento e Urbanismo*. Nº 78, 1965.

alunos ensinados por professores que estudaram urbanismo em Montevideu através de bolsas de estudo fornecidas pela Prefeitura de Porto Alegre.

A influência do regional survey de Patrick Geddes pode ser apreendida na realização de “Expedientes Urbanos” para a confecção dos planos diretores. Segundo Nelly Martins, “o ‘expediente urbano’, verdadeira análise urbana feita à base de uma completa coleta dos mais variados dados sociais e econômicos, com uma graficação bem conduzida para elucidar os diversos aspectos negativos ou positivos da vida urbana, conduziu a elaboração de planos diretores de alcance sociológico e também dotados de mais exequibilidade [...]”.¹³⁷ Em 1948 forma-se a primeira turma de diplomados em urbanismo no Brasil e entre 1945 e 1950, com os recursos do Plano de Saneamento do Estado, foram realizados 24 planos diretores para cidades do interior do Rio Grande do Sul.¹³⁸

O plano diretor é um instrumento do urbanismo que foi introduzido no contexto latino-americano a partir de meados dos anos 1920 através da influência européia, principalmente francesa, como demonstramos acima. A ideologia do urbanismo e do plano diretor se difundiu entre os intelectuais e imprensa brasileiros a partir dos anos 1930, mas principalmente nos anos 40 e 50. ¹³⁹Esse instrumento também era chamado de plano urbanístico, plano de urbanização, plano geral ou plano de remodelação e expansão.

Segundo Flávio Villaça¹⁴⁰, a figura do plano diretor não existia antes da década de 1920, nem mesmo na Europa e Estados Unidos. Em geral, o plano diretor seguia a seguinte concepção:¹⁴¹

1. O plano diretor é um momento do processo contínuo de planejamento, envolvendo controle, revisão e atualização periódicos;
2. O plano diretor funda-se num diagnóstico e num prognóstico científicos da realidade urbana;
3. A característica fundamental do plano diretor – e que o diferencia de outros planos, particularmente os setoriais – é sua visão de conjunto e a longo prazo dos problemas urbanos. O plano deve abordar de forma integrada, um significativo leque de

¹³⁷ MARTINS, Nelly Peixoto. Op. Cit. p. 103.

¹³⁸ MARTINS, Nelly Peixoto. Op. Cit. p. 102.

¹³⁹ VILLAÇA, Flávio. Plano Diretor: modernismo e pós-modernismo?

¹⁴⁰ VILLAÇA, Flávio. Op. Cit.

¹⁴¹ VILLAÇA, Flávio. Op. Cit.

problemas, ou seja, os de natureza físico-territorial, social, administrativa e econômico-financeira.

4. Como todo plano, alega-se, ele deve conter metas – se possível quantificadas – e prazos. Dentre as metas, destacam-se aquelas referentes à futura organização territorial da cidade, ou o chamado Plano de Futura Estrutura Urbana. Note-se que para estes planos, os modelos matemáticos de larga escala têm uma importância vital.

A estrutura de cada plano urbanístico variou em cada caso, e as características enumeradas acima não foram religiosamente seguidas em cada plano. A seguir, um quadro que arrola os principais planos diretores no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

Tab. 6: Planos de Urbanismo em Cidades Brasileiras Pós-Revolução de 30

Planos	Ano	Autor ou Coordenador
Plano Diretor do Rio de Janeiro	1930	Alfred Agache
Plano de Avenidas	1930	Prestes Maia
Plano de Urbanização de Vitória	1931	Henrique de Novaes
Plano de Remodelação e extensão da Cidade do Recife	1932	Nestor de Figueiredo
Plano Diretor de Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéus	1933	Manuel du Pin e Arquimedes de Sirqueira
Plano Regulador de Ilhéus	1935-36	Paulo Peltier de Queiroz
Plano de Urbanismo da Cidade de Belo Horizonte	1935	Lincoln de Campos Continentino
Plano de Remodelação de Recife	1936	Atílio Corrêa Lima
Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica	1937	Paulo Peltier de Queiroz
Plano de Urbanização de Porto Alegre	1938	Arnaldo Gladosch
Plano de Urbanismo do EPUCS	1943-1947	Mário Leal Ferreira
Plano de Urbanização da Cidade de Vitória	1945	Alfred Agache

5.2 A Comissão do Plano da Cidade

5.2.1 Principais Agentes (políticos, profissionais e sociedades)

Numa sessão presidida pelo interventor federal capitão Juracy Magalhães realizada no dia 4 de dezembro de 1934 fora criada a Comissão do Plano da Cidade do Salvador. Esta seria a primeira comissão formada para estudar os problemas urbanos de Salvador. Como relata o engenheiro Milton da Rocha Neves¹⁴², presidente da comissão central, “a Comissão do Plano da Cidade do Salvador foi organizada sob os auspícios dos Exmos. Srs. Capitão Juracy Magalhães, atual ilustre governador do Estado e Americano da Costa, digníssimo Prefeito Municipal [...]”.

Enquanto o governador J. J. Seabra pode ser considerado a grande força política realizadora dos planos de melhoramentos seguindo o modelo urbanístico de Haussmann na Primeira República em Salvador, o interventor tenente Juracy Magalhães pode ser considerado a “mola propulsora” das iniciativas urbanísticas da Segunda República baiana que desembocaram na empresa do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) na primeira metade da década de 1940.

O tenentista Juracy Magalhães, em reconhecimento aos serviços prestados ao movimento revolucionário no norte do país junto a Juarez Távora, foi empossado no governo do estado da Bahia pela Revolução de 30 após o fracasso dos dois primeiros interventores que por rejeitarem alianças com os velhos políticos baianos afastados dos cargos de comando pela Revolução não governaram dois anos. Então, a cúpula do movimento revolucionário fez Juracy Magalhães assumir em 1932 a chefia do executivo do estado.

Ao contrário dos dois primeiros interventores, o governo J. Magalhães foi longo se estendendo por quase cinco anos. Foi o período mais estável politicamente e marcou o início da recuperação da economia baiana depois da Crise de 29. O jovem interventor de apenas 26 anos de idade misturou doses de repressão policial e alianças com as antigas oligarquias do interior do estado para se manter no poder. O próprio Seabra fora convidado pelo jovem interventor para se aliar ao novo regime, mas aquele recusou preferindo a oposição e sua conseqüente morte política.

¹⁴² COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. *Conferências: semana de urbanismo 20 a 27 de outubro de 1935*. Bahia: Cia. e Editora Gráfica da Bahia, 1937, p. 1-2.

Contrastando com o *laissez faire* dos governos pré-1930, o intervencionismo estatal é uma marca cada vez mais forte na política social ao longo dos anos 30.¹⁴³ Já em 1931, através dos esforços do interventor Arthur Neiva, decreto federal é aprovado para criar o Instituto do Cacau cujo escopo é fomentar o principal produto de exportação do estado.¹⁴⁴ Associado à imperativa necessidade de planejar trazida Crise de 29 aos Estados, o intervencionismo estatal experimentado no Brasil pós-revolução encontrou guarida no pensamento político fascista que inspirava o Governo Vargas e que era salpicado nos estados por meio das interventorias federais. Além do anseio pelo controle social, o pensamento social comtista desde cedo fez morada no Rio Grande do Sul, berço político dos principais revolucionários e que, depois da revolução vitoriosa, assumiram presidência e ministérios.

Em fins de 1934, Paulo Peltier de Queiroz, engenheiro baiano, apresentou ao interventor Juracy Magalhães o ante-projeto para a criação de um departamento técnico que pudesse assistir técnica e financeiramente os municípios do interior da Bahia.¹⁴⁵

O “Departamento Central das Municipalidades” está de acordo com os princípios da centralização administrativa que se estabelece nos anos 30. O departamento cumpriria as seguintes funções: conceder apoio técnico e financeiro aos municípios do interioranos e administrar um grande banco de informações a respeito de cada município baianos. A influência do urbanismo de Geddes, Agache e Bardet é indisfarçável na escrita do autor do projeto através da idéia de “dossier urbano” e o uso da expressão “organismo urbano”:

“Sem um estudo minucioso das condições particulares do meio e de suas necessidades fundamentais não podemos organizar os projetos definitivos da expansão urbana, mesmo porque seria perigoso assim proceder, pelo fato, bem conhecido, de ser prejudicial ao organismo urbano qualquer reforma contrária ao seu caráter próprio e necessidades mais prementes.

O estudo e organização de um dossier urbano para cada localidade se impõem cada vez mais, contribuindo, para bem dizer, uma das tarefas mais importantes do ‘Departamento Central das Municipalidades’.

Os documentos e dados relativos à geologia, hidrologia, meteorologia, topografia, situação, higiene, história, demografia, circulação, tráfego, obras subterrâneas, economia, indústria, comércio e agricultura de cada localidade, devem ser

¹⁴³ Ver CONNIFF (2005); FAUSTO (1997); WEFFORT (1978).

¹⁴⁴ SAMPAIO, C. N. *Poder & Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992, p. 69.

¹⁴⁵ DE QUEIROZ, Paulo Peltier. *Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica*. Bahia, S/E, 1939, p. 11. (o ano original da publicação é 1937)

devidamente registrados no referido departamento de Estado, afim de que os encarregados da elaboração dos planos de melhoramentos e reguladores das cidades possam obter, em fonte oficial, os elementos que necessitarem para estudo e organização dos respectivos projetos”.¹⁴⁶

Além da criação do citado departamento, a gestão J. Magalhães patrocinou a realização de vários planos de urbanismo em diversos municípios do interior tais como Ilhéus, Cipó, Pirangy, Itaparica entre outros. Peltier dedicara seu livro “*Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica*” ao interventor que, em 1937, se afastava do governo do estado; nele, Peltier dirige alguns discursos diretamente ao destronado líder político tais como “o vosso governo, temos o dever de declarar publicamente, cuidou, com especial carinho das questões urbanísticas” e “podeis orgulhar-vos de terdes sido o primeiro governador que cuidou com afinco, energia e espírito prático da saúde e bem-estar de nossas populações do interior, proporcionando à maioria delas os meios indispensáveis ao seu desenvolvimento e progresso”.¹⁴⁷

O prefeito municipal era o pontiguar José Americano da Costa, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Bahia, cujo governo (1932-37) foi notabilizado pelo alargamento e abertura de vias objetivando o melhor fluir do tráfego urbano.

A Comissão do Plano da Cidade era composta por uma comissão central e 15 subcomissões específicas das quais participavam “a quase totalidade das instituições baianas com o fim profícuo de que, tomando estas instituições parte na elaboração do plano, muitíssimo mais fácil seria a aceitação pelo público o projeto organizado pela comissão central e aprovado pelos poderes públicos”.¹⁴⁸

Algumas dessas instituições gozavam de maior poder de influência por preencher os quadros da comissão central e são elas o Estado, Prefeitura, Rotary Club, Companhia de Energia Elétrica da Bahia, Associação Comercial da Bahia, Associação Baiana de Imprensa e a Sociedade dos Engenheiros Civis da Bahia. A comissão central cabia a coordenação geral, a formulação dos diagramas de propagandas, a organização da planta cadastral da cidade, o ante-projeto de remodelação e mapas. As cadeiras da comissão central foram ocupadas por engenheiros das instituições mencionadas: o eng.º civil Américo Furtado de Simas (representante do Estado), o eng.º civil Milton da Rocha Oliveira (representante da Prefeitura

¹⁴⁶ DE QUEIROZ, Paulo Peltier. Op. Cit. p. 12.

¹⁴⁷ DE QUEIROZ, Paulo Peltier. Op. Cit. p. 4.

¹⁴⁸ OCEPLAN-PLANDURB. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979, p. 91.

e presidente da comissão central e da VI subcomissão e presidente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres - Bahia), o eng.º civil J. Gama e Abreu (representante da Sociedade de Engenheiros Civis da Bahia), o eng.º eletricitista J. Lourenço Costa (representante da Companhia de Energia Elétrica) e o eng.º civil Eliseo Lisboa (representante do Rotary Club que, no ano de 1943, ocupando o cargo de chefe do executivo municipal empreendeu o EPUCS).¹⁴⁹

Depois da Comissão Central, em termos de importância na estrutura organizacional da Comissão, a VI subcomissão cabia os estudos e projetos de parques, jardins, playgrounds, arquitetura urbana e paisagística, agricultura no subúrbio, cidades-jardins, vilas operárias, praias e culturas físicas. A VI subcomissão era representada pela Inspetoria de Arborização e Jardins, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Patrimônio Municipal, empresas de construção, sociedades esportivas e Secretaria de Agricultura. As cadeiras da VI subcomissão foram ocupadas pelos engenheiros civis Milton da Rocha Oliveira, Oscar Carrascosa (representante da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres) e Frederico Saraiva (representante da Escola de Belas Artes) e pelo eng.º arquiteto Antônio Navarro de Andrade (representante da Secretaria de Agricultura). Na tabela a seguir, apresentaremos as demais subcomissões com suas respectivas atribuições e instituições componentes.

Tab. 7: Organização da Comissão do Plano da Cidade: as Subcomissões, suas atribuições e instituições membros

Subcomissão	Atribuições	Instituições
I Subcomissão	águas, esgotos e limpeza pública	Diretoria de Engenharia Municipal, Secretaria de Agricultura, Sociedade dos Engenheiros Civis da Bahia e Instituto Politécnico.
II Subcomissão	museus-arquivos, belas artes, civismo e monumentos	Secretaria do Interior, Escola de Belas Artes, Instituto Histórico, Prefeitura, Rotary e imprensa.

¹⁴⁹ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. *Conferências: semana de urbanismo 20 a 27 de outubro de 1935*. Bahia: Cia. e Editora Gráfica da Bahia, 1937.

Subcomissão	Atribuições	Instituições
III Subcomissão	Segurança Pública e Incêndios	Secretaria de Polícia, Prefeitura, Companhia de Energia Elétrica, Associação Comercial.
IV Subcomissão	Viação aérea, terrestre, marítima e fluvial, telégrafos, radio e telefone	Cia. das Docas da Bahia, Cias. de viação aérea, Cias. navegação nacionais e estrangeiras.
IV Subcomissão	Viação aérea, terrestre, marítima e fluvial, telégrafos, radio e telefone.	Cia. das Docas da Bahia, Cias. de viação aérea, Cias. navegação nacionais e estrangeiras.
V Subcomissão	Calçamentos, novas ruas e praças, construções civis, pontes, túneis, viadutos, teatros, casas de diversões, mercados.	Diretoria de Engenharia Municipal, Sociedade dos Engenheiros Civis, empresas de construções, Escola Politécnica, Secretaria de Agricultura.
VI Subcomissão	parques, jardins, playgrounds, arquitetura urbana e paisagística, agricultura no subúrbio, cidades-jardins, vilas operárias, praias e culturas físicas	Inspetoria de Arborização e Jardins, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Patrimônio Municipal, empresas de construção,
VII Subcomissão	Funcionalismo, legislação, administração municipal e expropriações	Governo do Estado, Prefeitura, Instituto dos Advogados, Associação Comercial, Rotary.
VIII Subcomissão	Turismo, termas e estações de cura, exposições.	Prefeitura, Touring Club, Imprensa, Escola de Belas Artes
IX Subcomissão	Model City Charter, zoneamento	Governo do Estado, Prefeitura, Rotary, Touring Club, Cia. de Energia Elétrica.
X Subcomissão	Saúde pública, instrução, gêneros alimentícios, hospitais, assistências, eugenia.	Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Sociedades médicas da Bahia, Asilo de mendicidade, Instituto feminino, institutos particulares de ensino.

Subcomissão	Atribuições	Instituições
XI Subcomissão	Produção e distribuição de energia, indústrias fabris	Governo da União, Estado e Município, Sociedade dos Engenheiros Civis, Escola Politécnica, Cia. de Energia Elétrica.
XII Subcomissão	Tráfego Urbano	Governo do Estado, Prefeitura, Cia. Linha Circular.
XIII Subcomissão	Recursos para a organização do projeto e execução dos trabalhos.	Governo do Estado, Prefeitura, Associação Comercial e Instituto dos Advogados.
XIV Subcomissão	Finanças municipais, taxas de benefícios, fiscalização geral	Governo do Estado, Prefeitura, Associação Comercial, Instituto dos Advogados.
XV Subcomissão	Propaganda e coordenação das sugestões públicas	Imprensa, Instituto dos Advogados, Sociedades de Radio, Rotary Club, Escola de Belas Artes.

A análise das atribuições das demais subcomissões e das instituições que as preenchiam nos dão uma visão global da amplitude dos trabalhos e de interesses que se concentravam na Comissão. Atuando no âmbito de cada subcomissão, os principais trabalhos estavam distribuídos entre o Governo do Estado, Prefeitura, Associação Comercial da Bahia, Associação Baiana de Imprensa, Rotary baiano e a Sociedade de Engenheiros Civis da Bahia. Segundo um documento assinado pelos comissionados¹⁵⁰, cabia ao Estado os trabalhos relativos às “águas, esgotos e limpeza urbana e particular segurança pública e incêndios; museus; gêneros alimentícios; hospitais; assistência; viação aérea, marítima, terrestre e fluvial; rádio, telégrafo e telefone”. A Prefeitura o “calçamento, novas ruas e praças e

¹⁵⁰ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. *Organização do Plano de Remodelação e Embelezamento e Expansão para uma Bahia Melhor e Maior*. (Arquivo Público Municipal).

parques, jardins, playgrounds, teatros, casas de diversões e agricultura suburbana, arquitetura urbana e paisagística, construções civis, pontes, túneis e viadutos, cidades-jardins, vilas operárias e construções baratas, mercados e feiras livres”. O Rotary se preocuparia com o “funcionalismo público, turismo, legislação e administração municipais, expropriações, termas e estações de cura”. Caberia a Associação Comercial estudar a obtenção dos “recursos para organização do projeto e execução dos trabalhos, finanças municipais e taxas de benefícios, fiscalização geral”. A Associação de Imprensa ficou incumbida da “propaganda na imprensa, nas escolas e Associações da necessidade da remodelação. Aplausos as boas iniciativas – colaboração das sugestões públicas” e a Associação de Engenheiros Civis se encarregaria de formular a “Model City Charter, zoning, saúde pública, instrução, gêneros alimentícios, assistência, eugenia, higiene rural”. A Companhia de Energia Elétrica ficou encarregada de estudar e projetar a “produção e distribuição de energia elétrica, tráfego urbano, centrais elétricas, quedas de águas e indústrias fabris”.

Ao lado do Rotary, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres envolveu-se bastante na organização e atividades da Comissão do Plano da Cidade que nos obriga a entender esta Sociedade e a ideologia que a anima. A Sociedade Torreana representou uma manifestação ativa da ideologia ruralista que dominava o pensamento político e intelectual brasileiro nos anos 30 e 40. O domínio do pensamento ruralista no país se deveu tanto às profundas raízes das classes dominantes brasileiras na agricultura como ao perfil demográfico rural da população brasileira nas primeiras décadas do século XX. No ano de 1872, 60% da população brasileira vivia no meio rural; em 1900, 64%; em 1920, 70%; e em 1940, 71,7% da população viviam na zona rural.¹⁵¹

O pensamento ruralista brasileiro encontrou em Alberto Torres (1865-1917) o seu teórico maior. Torres defendia a tese de que o Brasil possuía uma vocação agrícola e nutria uma forte aversão ao urbano identificando as cidades ao desperdício das energias produtivas do país, desvio moral e a sublevação proletária como podemos identificar nessa fragmento de texto de sua autoria:

“O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso ser, porém, uma república social, previdente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhes podem dar dentro da ordem, sem prejuízos de terceiros.”

¹⁵¹ FIORI, Neide Almeida. *Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola*. p. 232-234.

Poder-se-ia, talvez, temer que os proletários, aglomerados nas cidades, não aceitassem de bom grado a volta ao trabalho rural; e que a falta de preparo e indolência a que se habituaram trouxessem certa dificuldade à execução da idéia.

Mas, a própria relação entre a aptidão do homem e o trabalho contém, implícita, a tendência do maior número para o trabalho da terra. A propriedade em além disso, uma sedução poderosa, e, se ao incentivo que ela gera, se juntasse um certo cuidado por tornar a existência agradável nos centros agrários, dispersando em obras de saneamento e modestos melhoramentos, o que se despende, em obras luxuosas e despesas improdutivas, nas capitais, dando-se, além disso, educação profissional aos pequenos lavradores, a experiência venceria rapidamente os primeiros obstáculos e se consolidaria”¹⁵²

O pensamento ruralista e nacionalista de Alberto Torres ecoará altissonante em meio à intelectualidade e políticos nos anos 1930 e obteve meio material para ressoar: a partir dos anos 30 o êxodo rural se constitui em motivo de preocupação para nossos governantes, principalmente das cidades industrializadas do Sudeste. Podemos citar um fragmento de texto da Associação Brasileira de Educação, em 1935, que expressa à preocupação em manter o camponês na zona rural:

“O êxodo rural no Brasil já constitui um fenômeno sensível nas regiões em que predomina o regime industrial. Representa esse fato uma verdadeira aberração, considerando que o país luta com a falta de braços e vive, apesar disso, do que produzem os campos que abastecessem os mercados internos e concorrem com a quase totalidade das riquezas exportadas.”¹⁵³

O fato é que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi criada em 1932, no Rio de Janeiro, com a finalidade de pressionar a introdução das idéias de Alberto Torres sobre a organização ideal para o Estado brasileiro na Constituição Federal de 1934 e, depois, se ocupou com as seguintes atividades¹⁵⁴:

- a) Estudo e publicação das obras de Alberto Torre;
- b) Ações diversificadas como a realização de congressos de ensino rural, defesa de reservas florestais, cursos de formação de professores, atividades relacionadas com saúde escolar, luta por lactários e postos de higiene infantil, organização de semanas ruralistas, apoio a clubes agrícolas escolares etc.

¹⁵² CARDOSO, Adauto Lúcio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Da Cidade à nação: gênese do urbanismo no Brasil. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 58.

¹⁵³ FIORI, Neide Almeida. Op. Cit. p. 235.

¹⁵⁴ FIORI, Neide Almeida. Op. Cit. p. 238.

A Sociedade Torreana, instituição afinada com a ideologia ruralista dominante no país, inseriu através de seus representantes, esta ideologia rural na proposta de urbanismo apresentada pela Comissão através da recusa do êxodo rural e idéia de fixar o rurícola no meio rural adotando o modelo cidade-jardim como a contrapartida espacial.

Isso é digno de nota: uma Sociedade fundada num ideário nacional-ruralista famosa em organizar clubes e feiras agrícolas organiza em outubro de 1935 a “Semana de Urbanismo” em Salvador, o primeiro evento sobre urbanismo no Brasil.

Outra questão que reputamos importante é analisar a inserção profissional dos integrantes da Comissão do Plano da Cidade do Salvador. Em geral, os participantes dessa Comissão eram engenheiros diplomados pelas Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro ou da Bahia e ocuparam cátedras na Escola Politécnica da Bahia. Ao lado do ensino, eles atuavam na burocracia do Estado (União, Estado, Município) em aparelhos de Estado responsáveis pela gestão de sistemas e infra-estruturas urbanos (Energia, transporte, saneamento etc.).

Essa dupla inserção profissional (sala de aula e repartição pública) pode ser identificada em alguns dos principais membros da Comissão. Américo Furtado de Simas (1875-1944)¹⁵⁵ diplomou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900 e tornou-se professor da Escola Politécnica da Bahia em 1901. Em 1928, Simas torna-se professor da Escola de Belas Artes da Bahia. De 1903 a 1906 fundou e dirigiu o Serviço Meteorológico do Estado. Entre 1905 a 1910, Simas participou de projetos e hidrelétricas do estado. De 1924 a 1927, coordenou o projeto urbanístico do estado no arrabalde do Mont-Serrat, em Itapagipe. Na Comissão do Plano de Salvador, Américo Simas fez parte da comissão central e da XI subcomissão que ficou responsável pelas questões energéticas. Além da conjugação entre pensamento nas academias e operacionalização nos gabinetes públicos, esses engenheiros, seguindo o exemplo de Theodoro Sampaio, ostentavam uma polivalência extinta entre os engenheiros atuais: Simas prestou contribuições intelectuais e práticas importantes ao setor energético, meteorológico, cartográfico, arquitetônico do estado.

Jayme Cunha da Gama Abreu¹⁵⁶ também é um bom exemplo. Graduado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, catedrático da Escola Politécnica da Bahia (cadeira de Higiene geral, Higiene industrial e dos edifícios; *saneamento e traçados das cidades*) e da Escola de Arquitetura da Universidade da Bahia (lecionava Higiene das Habitações e

¹⁵⁵ LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005, p. 466.

¹⁵⁶ LEME, Maria Cristina da Silva (org.). Op. Cit. p. 477-478.

saneamento das cidades). Gama Abreu atuou como diretor de obras do Estado da Bahia e diretor geral do Departamento das Municipalidades. Na Comissão do Plano de Salvador, Gama Abreu foi membro da comissão central e presidente da IX subcomissão que tratou do zoneamento e do *model city charter*.

Outro ilustre membro da Comissão foi o professor Pinto de Aguiar da Faculdade de Ciências Econômicas, que, além disso, ocupou cargos públicos como a diretoria da Caixa Econômica. Coube ao professor Pinto de Aguiar presidir a XIII subcomissão que era responsável pela viabilização financeira dos projetos apresentados pela Comissão. A presença do economista mostra uma incipiente tentativa em formar uma equipe multidisciplinar que só será plena quando da formação do quadro técnico do EPUCS nos anos 40.

Em outubro de 1935, a Comissão apresenta-se ao grande público utilizando artigos em jornal, ao mesmo tempo em que definiam urbanismo¹⁵⁷ ao público leigo e divulgavam a “Semana de Urbanismo” que ocorrera do dia 20 a 27 daquele mês. No jornal *A Tarde* do dia 9 de outubro de 1935 a Comissão em artigo intitulado “A Semana de Urbanismo” se apresenta nos seguintes termos:

“A Comissão Organizadora do Plano da Cidade, instituída sob os auspícios dos Governos do Estado, do Município, não é uma agremiação política; é um grupo de cidadãos movidos pelo sincero desejo de colaborar com os poderes públicos para tornar a Bahia mais sadia, mais bela, mais confortável, mais econômica, enfim uma cidade perfeita”.

Enquanto outras cidade latino-americanas, nas décadas de 1920 e 1930, convidavam urbanistas europeus, principalmente franceses, para coordenar os primeiros escritórios para elaborar os primeiros planos diretores, Salvador apostou em técnicos baianos fato que se repetirá anos mais tarde com o EPUCS.

De 20 de outubro a 3 de novembro dois eventos promovidos pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em Salvador: A Semana de Urbanismo e a Semana dos Clubes Agrícolas.¹⁵⁸ A programação da Semana de Urbanismo foi a seguinte¹⁵⁹:

Dia 20 – Domingo – 20:30 horas – Sessão solene da abertura da “Semana de Urbanismo”, presidida pelo Exmo. Snr. Governador do Estado – Conferência do Eng.º Civil Milton da Rocha Oliveira sobre “Urbanismo e sua aplicação à Cidade do Salvador”, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

¹⁵⁷ Sobre as definições sobre urbanismo trataremos no próximo tópico.

¹⁵⁸ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. *Conferências: semana de urbanismo 20 a 27 de outubro de 1935*. Bahia: Cia. e Editora Gráfica da Bahia, 1937.

¹⁵⁹ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit.

Dia 21 - Segunda-Feira – 20:30 horas – Palestra na sede da Associação Universitária da Bahia pelo Dr. Nelson Pinto sobre Segurança Pública e Incêndios.

Dia 22 – Terça-Feira – 8:00 horas – Excursão marítima. Palestra na Escola Politécnica pelo Eng.º Civil Jayme Gama e Abreu sobre “Zoneamento das Cidades”.

Às 20:30 horas – Palestra no Instituto Histórico pelo Dr. Heitor Fróes, sobre: “Monumentos, Museus, Arquivos e Belas Artes – índice de civismo, de cultura e de progresso”.

Dia 23 – Quarta-Feira – 15:30 horas – Reunião da Comissão do Plano da Cidade, na Inspetoria de Arborização e Jardins - Passeio Público – Sugestões.

Às 20:30 horas – Palestra na Escola Politécnica pelo Eng.º Jayme da Gama e Abreu sobre “Tráfego Urbano”.

Dia 25 – Sexta-Feira – 14:00 horas – Palestra no Cinema Glória (Propaganda do Urbanismo) pelo Eng.º José Lourenço Costa.

Às 16:30 horas – Reunião da Comissão do Plano da Cidade na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres – Palácio Rio Branco – Sugestões.

Dia 26 – Sábado – 15:30 horas – Palestra na Escola Politécnica pelo Eng.º Américo Furtado de Simas sobre “Sugestões para o plano diretor da Cidade de Salvador”.

Às 17 horas – Reunião da Comissão do Plano da Cidade na Inspetoria de Arborização e Jardins – Passeio Público – conclusões.

Às 20:30 horas – Palestra na Escola Comercial pelo Eng.º Civil Milton da Rocha Oliveira sobre “As Cidades-Jardins”.

Dia 27 – Domingo – 9:30 horas – Visita ao Horto Municipal – Dique – Dedicado a Associação Baiana de Imprensa e excursão ao Dique.

Às 20:30 horas – Sessão solene de encerramento presidida pelo Exmo. Snr. Prefeito da Cidade do Salvador – Conferência do Eng.º Civil Jayme Cunha da Gama e Abreu sobre: “Model City Charter”, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – Leitura de conclusões pelo Secretário da Comissão do Plano da Cidade, Eng.º Civil J. Lourenço Costa. Abertura dos Clubes Agrícolas escolares falando o Dr. Raul de Paula, secretário da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio de Janeiro.

A leitura da programação acima nos permite afirmar que a Semana Agrícola começaria no dia do encerramento da Semana de Urbanismo o que, a nosso ver, revela se tratar de um único grande evento reunindo discussão sobre o urbano e o rural do dia 20 de outubro a 3 de novembro de 1935, em Salvador.

Algumas considerações a respeito da participação na Semana de Urbanismo fazem-se necessárias. As pouquíssimas informações que dispomos a esse respeito nos levam a acreditar

no caráter restrito da platéia. O jornal *A Tarde*¹⁶⁰ ao relatar o primeiro dia de conferência menciona a presença de “uma seleta assistência”. Heitor Fróes,¹⁶¹ médico que conferenciou sobre “Museus, Arquivos, Escolas de Belas Artes”, apesar de dizer que “especialmente aos baianos – aos baianos de todas as classes que são dedicadas as presentes palestras; e é para todos os baianos que apelamos neste momento; para todos – sem destinação de classe ou posição [...]”, porém antes ele diz que a sua palestra “destina-se aos responsáveis pelo futuro do Estado e da Comuna, a quem no desempenho honesto dos deveres que os cargos lhes impõem – não haverá que faltar o dedicado interesse pela coisa pública” e, mais ainda, diz que o público ao qual palestrava era “seleto e restrito”.

A Comissão se colocava enquanto mediadora entre as sugestões da população e os poderes constituídos. A participação popular se daria de modo tutelado pelos técnicos da Comissão que julgariam o valor das sugestões populares. Imaginamos que muitas das sugestões populares, se entregues a Comissão, corriam sério risco de serem descartadas ao passar pela “peneira” dos valores dos técnicos. No jornal *A Tarde* a Comissão se coloca da seguinte maneira:

*“A Comissão oferece seus serviços ao povo como órgão de consulta. Antes de apresentar qualquer proposta ao poder público, consulte-se a Comissão sobre o valor da mesma com relação ao interesse coletivo”.*¹⁶²

Nosso próximo passo será analisar as características ideológicas do urbanismo da Semana de Urbanismo.

1.2.2 Modelo de Urbanismo da “Semana de Urbanismo”

No dizer do presidente da Comissão, a Semana de urbanismo foi organizada “to sell city planning to the public”.¹⁶³ Portanto, em algumas palestras os membros da Comissão procuram conceituar urbanismo. Essencialmente, o urbanismo é apresentado como a ciência da cidade, disciplina acadêmica recente responsável pela a ordenação e harmonização da cidade.

Nos textos das diversas palestras da Semana de Urbanismo os palestrantes fazem dois usos distintos da palavra URBANISMO. Quando iniciada com letra maiúscula (Urbanismo) eles se referiam a uma disciplina acadêmica específica: o Urbanismo, ciência das cidades.

¹⁶⁰ *A Tarde*, 23.10.1935.

¹⁶¹ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 23-24.

¹⁶² *A Tarde*, 09.10.1935.

¹⁶³ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 3.

Geralmente, quando aquela palavra é iniciada com letra minúscula (urbanismo) se referiam àquilo que hoje conhecemos pelo nome de planejamento urbano (“planning”) que é a conjugação de diversos saberes profissionais tais como do arquiteto, do engenheiro, do sociólogo, do urbanista etc. para o enfrentamento dos problemas urbanos. Enquanto Urbanismo é a medicina, urbanismo é o tratamento das cidades doentes.

As palavras do presidente da Comissão, Milton da Rocha Oliveira, são significativas no delineamento do urbanismo enquanto área autônoma do saber ao identificar as origens da ciência urbanismo nas primeiras leis européias sobre ordenação do território urbano para diferenciá-lo da arte urbana antiga ou da engenharia sanitária do século XVIII.

“Ciência e Arte como querem alguns, filosofia social, como pensam outros, o Urbanismo somente há alguns decênios mereceu mais acurado estudo de engenheiros, arquitetos e sociólogos, não se podendo considerar urbanismo a antiga concepção dos construtores de cidades fenícias, egípcias, gregas e romanas, de pouca fixidez e estabilidade; urbanismo das cidades antigas consistia na construção de grandes palácios para os seus potentados, descurando-se por completo ‘o maior bem ao maior número’; não se cogitava de esgotos, nem de parques e jardins públicos, iluminação e calçamentos etc.”¹⁶⁴

Pode-se dizer que somente a partir do século XVIII tiveram início nas cidades européias aplicação de engenharia sanitária, pois o Urbanismo propriamente dito teve origem a partir de 1865 com a lei italiana sobre ‘planos reguladores’ obrigando todas as comunas de mais de 10 mil habitantes a organizarem os seus planos de extensão; seguiram-se leis da Suécia em 1874, Prússia em 1875 e mais eficientes e modernas o The Planning Act. da Inglaterra, a Lei Cornudet da França e o ‘Standard City Planning Enabling Act.’ dos EUA mais conhecida por ‘Hoover Act. [...]’

A forte influência anglo-saxônica no urbanismo do EPUCS já se faz presente no urbanismo da Semana de Urbanismo. Tal influência pode ser constatada nas citações de autores anglo-saxônicos, na citação de leis e planos em cidades inglesas ou americanas, no uso de termos em inglês e na utilização de cidades saxônicas tais como Nova Iorque, Chicago e Londres como exemplos a serem seguidos. Arriscamos a dizer que, ao contrário do resto do país onde a França permanece sendo a maior influência ao urbanismo, na Bahia os Estados Unidos e a Inglaterra, a partir dos anos 30, constituem a maior influência ao urbanismo. No dizer do presidente Milton Oliveira, engenheiro civil que trabalhou nos EUA e Inglaterra, a lei do ex-presidente norte-americano Herbert Hoover sobre “urban planning” que conhecida como “Hoover Act.” seria o exemplo “onde deveremos beber os ensinamentos para os nossos

¹⁶⁴ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 2.

trabalhos, adaptando ao nosso meio as leis e métodos dos americanos do Norte, esses grandes fazedores de cidades”.¹⁶⁵

Esta famosa citação de Daniel Burnham (1846-1912), arquiteto americano e célebre organizador do Plano Regional de Chicago em 1909, serviu de standard por muitas décadas ao urbanismo baiano, sendo repetida por membros da Semana de Urbanismo e do EPUCS: “Nada de planos acanhados! Nada de planos pequenos, eles não têm o privilégio de sacudir com os nervos dos homens e quase sempre acabam inacabados. Levantai planos grandiosos!”. Além do urbanismo de Chicago, a Comissão evidencia uma incipiente influência do inquérito urbano de Patrick Geddes (que será muito aprofundado no EPUCS) e uma forte influência do modelo espacial cidade-jardim, como será explicitado no próximo tópico.

J. Gama e Abreu¹⁶⁶ em um trecho significativo de sua palestra “Zoneamento das Cidades” se dirigia ao público da seguinte maneira:

“E então? Que vos dizia eu? Acaso esperáveis vós que o Urbanismo fosse essa coisa assim cheia de complicações de que vos falei no princípio desta conversa? Confessai que não. E não vos envergonhais de o confessar. Eu que por ser professor desta matéria [...] posso afiançar-vos que pouco, muito pouco ainda, tem o cunho de uma metodização científica em um grau adiantado de sistematização [...] Foi isso que eu tentei esboçar nessa palestra, mostrar que há fundo científico nesta nova matéria de menos de 30 anos [...] Daí o confundirem muitos, engenheiros e arquitetos eminentes até, urbanismo com arquitetura paisagística, com necessidades problemáticas do tráfego, com serviços de asseio e com abastecimento de água.

Há muito mais do que isto. É a higiene a exigir a técnica da engenharia, o direito e a jurisprudência a garantirem; o artista a preconizar e o financista a aconselhar.

O Urbanismo é a ciência e o urbanismo o tratamento. O termo urbanismo, como já foi dito, tinha o significado que hoje damos a palavra planejamento urbano. Nos anos 30, os técnicos e políticos percebem os problemas urbanos como complexos, multifacetados, fato que justifica a multidisciplinaridade do urbanismo. J. Gama e Abreu, na mesma palestra, diz:

“Para se ter urbanismo há que haver COORDENAÇÃO, já que não há quem possa ter conhecimentos seguros e completos como medico, como engenheiro, como jurista, como arquiteto e como técnico em finanças ao mesmo tempo. É da pretensão a um enciclopedismo que não se pode atingir na época atual que decorrem os males que afligem as nossas cidades.”

¹⁶⁵ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 3.

¹⁶⁶ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 54-55.

Urbanismo é uma ciência “que tem por fim saber, prever e prover” ¹⁶⁷ e, citando o engenheiro carioca Armando de Godoy, o Urbanismo é uma ciência da “ordem e harmonia entre os elementos estáticos e dinâmicos da cidade”. O Urbanismo seria uma ciência capaz de estabelecer “regras e medidas, que regulem o desenvolvimento de todas as atividades urbanas, de modo que não conflijam umas com as outras”.¹⁶⁸ O urbanista é o “médico de cidades”.¹⁶⁹

Percebemos que o discurso do urbanismo apresenta-se dividido entre a engenharia, administração e pedagogia. O urbanismo enquanto engenharia expressasse nas preocupações higiênicas (a profilaxia urbana), na formulação de um cenário urbano estético e na constituição e adequação das comunicações urbanas. O “urbanismo-engenharia” cuida do traçado do sistema viário, da prática do loteamento, abertura de espaços abertos (parques, praças e jardins públicos), da implantação das infra-estruturas em rede (canalização de água e esgoto) e na organização do zoneamento da cidade.

O urbanismo enquanto administração apresenta-se no cuidado com a legislação, administração e finanças municipais. O “urbanismo-administração” observa o modelo de gestão urbana mais adequado, legislação urbana (Model City Charter), as taxas e impostos municipais, além dos meios de atrair investimentos. A idéia do urbanismo enquanto pedagogia está inserida nesta afirmação: “urbanizar é civilizar” ¹⁷⁰. O urbanismo como um meio de civilizar. A missão civilizadora do urbanismo se vazia através de métodos repressivos e disciplinadores que ensinavam o cidadão recente as regras da vida urbana. A eugenia é um dos objetivos confessos da Comissão do Plano de Salvador (atribuição da X subcomissão) e, mais tarde, do EPUCS através das áreas públicas de esportes (o complexo da Fonte Nova) e cultura física.

O que fora dito acima é resumido na palestra “Contribuição à Semana de Urbanismo” do médico Nelson de Almeida Pinto ao citar uma aula inaugural em 1932 de Gama e Abreu que, citando Luiz Anhaia Melo, alertava a importância de que “o público em geral tenha uma noção perfeita e exata daquilo que a cidade deve ser e pode ser, qual o verdadeiro fim da vida (!) [...] o urbanismo não é, apenas, uma questão de técnica e de administração, mas é,

¹⁶⁷ Op. Cit. p. 114.

¹⁶⁸ Op. Cit. p. 102.

¹⁶⁹ Op. Cit. p. 130.

¹⁷⁰ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 68.

essencialmente, uma questão de educação. E a educação do povo para que saiba querer conforto e bem-estar”.¹⁷¹

O urbanismo da Semana de Urbanismo tem por base três grandes preocupações: higiene, comunicações e estética. O discurso do palestrante Dr. Almeida Pinto sintetiza a preocupação estética desse urbanismo “Na Bahia, senhores, o urbanismo está na fase de engatinhamento [...] O urbanismo não é coisa nova. Como ciência, sim, data de poucos anos [...] Organizar as vias públicas, por uma distribuição harmoniosa do terreno, dar a arquitetura o meio de criar formas que se acomodarão por um traçado discreto formas que se acomodarão por um traçado discreto e prudente, mais simples e humano, por tudo isso dar permissão para desenvolver-se as mais belas perspectivas [...]”.¹⁷²

Mais adiante Dr. Almeida Pinto reafirma o caráter estético desse urbanismo através do apelo a novos conjuntos monumentais e novas perspectivas e introduz outra preocupação em tom quase apocalíptico: segurança pública. Com o crescimento da Salvador dos becos e vielas através da rápida expansão de sua periferia pobre, crescia o medo das elites urbanas de Salvador em perder o controle sobre o território, conseqüentemente, sobre as massas que se abrigavam na cidade informal.

*“No atual estado das coisas – o desinteresse comum das administrações que não firmam uma carta minuciosa, no intuito de criar novas perspectivas, permitir o desenvolvimento de belos conjuntos monumentais [...] se isto continuar, teremos de chegar a um tempo onde a vida fugirá do controle da autoridade, pela deficiência, dia a dia, de uma organização de segurança, vasta e bastante, para fixar, plenamente, a tranqüilidade e a ordem em múltiplos pontos de extensão em que se longificou a cidade, sem a concórdia de um bom plano de crescimento”.*¹⁷³

Em palestra intitulada “Necessidade dum Plano da Cidade do Salvador”, o engenheiro civil José Lourenço Costa tenta convencer o público sobre a necessidade de plano diretor recorrendo a três motivos principais: estética, higiene e comunicações. Logo abaixo do título “Razões Estéticas” o engenheiro anota: “uma boa aparência é meio caminho para o êxito”.¹⁷⁴

Então, ele propõe que:

“Penetremos na cidade. Deixemos por enquanto a praça municipal e a Av. 7 de Setembro, sala de visitas do primeiro andar da nossa capital, e enveredemos pelos outros bairros. Vamos a Santo Antônio Além do Carmo, a maior freguesia da cidade.

¹⁷¹ Op. Cit. p. 71.

¹⁷² Op. Cit. p. 66-67.

¹⁷³ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p 67.

¹⁷⁴ Op. Cit. p. 96.

Que observamos? Um amontoado de casas velhas; desproporcionadas; desalinhadas; presas umas às outras; sem arte; sem conforto; sem higiene, parecendo haver sido atiradas ali como pilhas de caixões estragados. Ruas como as do Adobes, Marchantes, Carvões, Ossos, Corredor da Lapinha, que só vistas, para serem julgadas: estreitas, tortuosas, descontraídas, com simulacros de passeios ou sem eles”¹⁷⁵

O palestrante, ainda em seus julgamentos estéticos, higiênicos e sobre o sistema viário, nos conduz mentalmente do distrito de Santo Antônio para Itapagipe, outro arrabalde de Salvador:

“Atravessamos rapidamente a sombria Rua do Paço, para que não nos domine aquele ambiente de tristeza e percorramos os Mares e Penha, para descobrirmos um novo amontoado de erros. Desde a Calçada, rua estreita, com passeios acanhados, sem loteamento racional; roubando-nos à vista o mar; onde se confundem residências; armazéns; depósitos; lojas; fábricas numa promiscuidade que revolta o senso estético e higiênico; dando para o pantanal desarticulado e insalubre, que se conhece pelo nome Uruguai, até a Ribeira de Itapagipe nada existe, em questão de ordem, método, plano, de que possa orgulhar-se a Bahia”.

As críticas estético-higiênicas continuam no mesmo tom ácido e irônico, porém são desviadas para o leste, para o distrito de Brotas:

“Transportamo-nos à Brotas, distrito relativamente novo, e observamos a larguras dos passeios, o loteamento e orientação das ruas. O Matatu Grande desafia a crítica, e a Quinta das Brotas é uma charada urbanística. Descendo-se à Fonte Nova, depara-se-nos a Avenida Candeias, que se notabilizou durante os últimos temporais. Aqui e ali agrupamentos de casas na mais original e absurda confusão”

O palestrante José Lourenço Costa denuncia os mesmos desalinhos em áreas nobres como Barra e Av. 7 de Setembro que increpara contra os distritos pobres e com o mesmo desdém:

“A Barra, um dos pontos aristocráticos da cidade, encerra um rosário de erros. Parece que a expansão da nossa Capital tem se feito até agora pelas estradas e caminhos de rato das fazendas que circundavam o núcleo colonial. A própria Av. 7 não escapa à crítica. Observa-se a provisão que ali se fez para o alargamento das ruas laterais como ‘o Cabeça’, por exemplo. Note-se o loteamento e sobretudo a largura das fachadas”¹⁷⁶

O segundo motivo apresentado pelo nosso palestrante para se adotar um plano de urbanismo se resume nessa frase: “a prosperidade, o bem-estar e crescimento de uma cidade são funções diretas das facilidades de comunicações de que dispõe”¹⁷⁷ Segundo esse pensamento, o atraso

¹⁷⁵ Op. Cit. p. 96.

¹⁷⁶ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 96.

¹⁷⁷ Op. Cit. p. 97.

econômico de Salvador era função das péssimas condições viárias fruto da inexistência de um plano de expansão da urbe:

“[...] Um dos efeitos do erro é retardar ou mesmo impedir a marcha dos acontecimentos a que está ligado. Pode prejudicar uma dada atividade ou, quando de ordem geral, um conjunto inteiro de atividades.

*O erro que praticamos, fazendo nossa capital sobre a trilha dos caboclos e as estradas incertas das fazendas teve exatamente essa conseqüência”.*¹⁷⁸

A “desordem e confusão” da estrutura urbana não apenas tornava Salvador uma cidade feia, insalubre e insegura, mas também não-funcional, pois prejudicava a operação dos serviços públicos urbanos e do bom fluir do tráfego como vemos na próxima citação:

*“Residências, lojas, armazéns, depósitos, quitandas, fábricas e tudo o mais, entremeados em promiscuidade ante-estética e ante-higiênica complementam o caos em que nos encontramos [...] Essa desordem e confusão tornam mui dispendiosos os nossos serviços públicos, de modo que o município não pode facilmente custeá-los [...] é vagaroso o nosso transporte devido à estreiteza das ruas; à falta de passeios adequados; à ausência de medidas que tornem a rua eficiente e eliminem a congestão do tráfego”.*¹⁷⁹

O futuro da cidade ao engenheiro palestrante era tenebroso e a expectativa do caos, iminente: “no futuro não teremos senão balburdia e confusão; tudo nos será difícil, até mesmo conservar o que de melhor possuímos. Eis a que estamos chegando”.

A impressão era que Salvador perdia sua posição primeira entre as grandes cidades brasileiras por não dispor de plano racional de remodelação, embelezamento e expansão urbana tal como outras capitais. Os desalinhos do traçado urbano herdados da colônia eram percebidos como fatores que travavam o progresso do século XX. Esse sentimento podemos perceber na fala de Lourenço Costa:

“Há bem pouco ocupávamos o primeiro lugar dentre as cidades do Brasil. O Rio nos tomou a frente. Passou-nos S. Paulo e agora Recife quer disputar-nos o terceiro lugar. Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba e Santos, cidades que se desenvolvem a passos rápidos, oportunamente nos tomarão a dianteira”

O terceiro motivo apresentado pelo engenheiro José Lourenço Costa é defendido mais eloquentemente. O clamor é por luz solar e ar puro e as condições de alojamento determinam as condições higiênicas. “Luz solar e ar puro são essenciais à saúde; ambos devem, todavia,

¹⁷⁸ Op. Cit. 99.

¹⁷⁹ Op. Cit. p. 101.

ser devidamente utilizados”.¹⁸⁰ O fato é que, como já foi visto, a cidade de Salvador ao longo das primeiras décadas do século passado apresentava péssimas condições sanitárias que se expressavam por meio dos altos índices de contaminação por tuberculose, febre amarela e malária. O discurso saneador e moralizante permanece no centro do urbanismo em Salvador até o EPUCS. O espaço construído desordenadamente e sem maior cuidado higiênico promoveria malefícios físicos, psicológicos e morais. Ainda segundo nosso palestrante, a maior parte de nossos alojamentos é constituída por:

*“Casas unidas, sem janelas nos quartos; com seis ou menos metros de largura; mal divididas; com extensos corredores e estreitas passagens; que dão lugar ao estabelecimento corrente de ar; húmidas, sem adequadas instalações sanitárias; escuras e tristes. Não é possível dar-se a esses alojamentos o qualificativo de perfeitos. São falhos tanto fisiológica como psicologicamente. Casas sombrias e sem conforto, que asfixiam aos poucos moral e fisicamente. Ruas estreitas, casas acanhadas, tristes e desordenadas produzem um ambiente indesejável; embrutecem e ofuscam o espírito, que precisa para desenvolver-se de amplos e largos horizontes”.*¹⁸¹

A máxima reformista europeia do “homem é um produto do ambiente” já estava no vocabulário da Semana de Urbanismo de Salvador. A habitação insalubre não apenas adoecia o organismo, mas o espírito também como podemos ver nessa citação ainda do engenheiro Lourenço Costa: “O homem é filho do ambiente em que vive.”

O urbanismo da Semana de Urbanismo apoiava-se nos saberes da engenharia e administração e carregava um forte senso eugênico, moralizante e disciplinador. Por meio do plano diretor e do zoneamento as preocupações estéticas, higiênicas e de comunicações poderiam se materializar sobre a Salvador caótica, desordenada, “uma kabilda africana”. Por meio do plano diretor e do zoneamento se alcançaria a cidade perfeita.

1.2.2.1 Plano Diretor na “Semana de Urbanismo”

Plano diretor, ou plano de urbanismo, ou plano de urbanização, ou plano de remodelação, embelezamento e extensão e se, algum outro nome há, expressa um instrumento urbanístico introduzido nos anos 1930 e 1940 no Brasil. Assim como o foi em toda América Latina, as diferenças entre os planos diretores no Brasil a partir daquele período impedem qualquer tentativa simplista de tipificar este instrumento.

¹⁸⁰ Op. Cit. p. 99.

¹⁸¹ Op. Cit. p. 99-100.

Muita expectativa foi depositada no plano. O plano era a solução para todos os problemas urbanos e através dele se alcançaria uma cidade perfeita. A ideologia do plano diretor reduz a solução dos problemas urbanos a uma simples questão de técnica mais adequada não atentando, pelo contrário, escondendo as contradições de interesses das classes sociais no tocante ao urbano. Como veremos adiante, falava-se em plena Semana de Urbanismo de planos perfeitos e imutáveis.

A XV subcomissão emitiu alguns breves comunicados ao público advogando a importância do plano diretor para a capital do estado. Um dos quais dizia que “todas as cidades importantes do mundo têm um plano. Belém e Recife possuem-no. O Rio gastou considerável soma com o ilustre engenheiro Agache para elaborá-lo. Belo Horizonte é uma cidade moderna. O Estado de Goiás está construindo uma nova capital. A nossa cidade, a mais velha e tradicional do Brasil, não pode ficar atrás das outras [...] A Bahia carece de um plano, um plano de conjunto, um plano inteligente, racional e sensato”.¹⁸² Em outro diz que “um plano de Cidade visa todas essas particularidades: a barateza da vida; a profilaxia; a facilidade dos transportes; a localização das Escolas; o alargamento das ruas; a construção de parques e jardins, enfim, todos os problemas urbanos”.

O engenheiro José Lourenço Costa em palestra intitulada “A Cidade Errada e a Cidade Certa” diz que “uma cidade ou qualquer organização não pode estar certa se não obedecer a um plano”. E vai além em sua fé no poder do plano ao dizer que “uma cidade perfeita começa por ter um plano em que todos os detalhes, desde o rancho a beira da estrada até o mais importante edifício recebem a devida consideração, e termina com a execução fiel e completa desse plano! Não pode haver perfeição ou economia onde não existe um plano”.¹⁸³

O plano, segundo os engenheiros da Comissão, é um instrumento estritamente técnico. O plano é um instrumento neutro e esta neutralidade se daria porque o trabalho daqueles que o produzem deveria ocorrer num ambiente “hermeticamente fechado”, ou seja, completamente isento das influências exteriores, principalmente, da política. O trabalho de elaboração do plano seria de pura concepção como podemos identificar na fala de Gama e Abreu:

“Os organizadores desse plano inicial devem ser técnicos nacionais, alheios a qualquer injunções de ordem particular, reunidos em comissão independente de qualquer sugestões exteriores, mesmo (ou principalmente) provindas dos poderes

¹⁸² COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 10 (anexos)

¹⁸³ Op. Cit. p. 63.

*constituídos. A ação desenvolvida é de concepção. Evolui do terreno puramente teórico mas que visa, a todo instante, a possibilidade de realização”.*¹⁸⁴

O plano devia ser imutável. Ainda segundo Gama e Abreu, a comissão deveria se dedicar “a elaboração de um plano de conjunto em que as diretrizes gerais fossem fixadas em caráter definitivo, irreformável”.¹⁸⁵ Toda atividade urbana deveria ser administrada de modo a coincidir com as prescrições do plano diretor. Nada poderia estar em desacordo com o estabelecido no *Master Plan*. O plano perfeito e imutável, controlador da realidade urbana, faz parte do sonho iluminista do controle absoluto do homem sobre a natureza e sociedade. Este pensamento iluminista é à base filosófica da modernidade. Segundo Gama e Abreu¹⁸⁶

“a elaboração dele (plano diretor) deve ser feita com o escopo de conseguir-se o mais perfeito e harmônico conjunto de diretrizes gerais [...] Nada, porém, se pode ir executando, seja o que for, seja em que ponto da cidade for, sem a subordinação expressa às imposições criadas com a adoção do plano diretor.

Assim, um alargamento de rua só se fará se estiver previsto no plano, bradem com bradarem situações especiais de angústia de espaço para o tráfego, em um dado momento (!). Nenhuma casa se reformará sem que sofra as exigências do recuo ou de um avanço para o alinhamento indicado no plano diretor, as de altura de fachada, do gabarito da zona e da implantação em lote tipo a que as ‘zoning ordinances’ obrigam com inflexibilidade rigorosa”.

Tamanha é autoridade do plano sobre a cidade que em algumas partes, com a citada acima, podemos nos perguntar se o plano seria feito para a cidade, ou a cidade seria feita para o plano. Essa ideologia de plano diretor está embasada no suposto conhecimento científico da cidade. Para Gama e Abreu e companheiros de comissão, o domínio científico da realidade urbana possibilitaria ao urbanista fazer previsões seguras a respeito do futuro desenvolvimento da cidade, como podemos ver claramente no trecho de palestra de Gama e Abreu: “Assim como se podem prever as transformações físicas sucessivas de uma criança, igualmente se poderão calcular as de uma aglomeração urbana”.¹⁸⁷ É nesta crença iluminista que diz Américo Simas¹⁸⁸ em sua palestra “Sugestões para o Plano Diretor da Cidade do Salvador”:

“[...] o urbanismo, que se ocupa da instalação racional das aglomerações humanas, governa-se por leis que a observação metódica e cuidadosa tem estabelecido. É a

¹⁸⁴ Op. Cit. p. 132.

¹⁸⁵ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 132.

¹⁸⁶ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 133.

¹⁸⁷ Op. Cit. p. 132.

¹⁸⁸ Op. Cit. p. 117.

intervenção da vontade humana no modo de agir das leis naturais de existência e crescimento das aglomerações”.

Ao contrário dos velhos planos de embelezamento que focava o centro da cidade, o plano diretor tinha que abranger todo o território municipal. Em sua palestra intitulada “A Cidade Errada e a Cidade Certa”, o engenheiro Lourenço Costa¹⁸⁹ adverte a respeito da

“necessidade dum plano que abranja desde o centro até as regiões mais longínquas do município. Não será mais prático e econômico que as ruas de Periperi com as da cidade quando tiverem de encontrar-se? [...] O plano de que falei deve ser antes regional do que apenas urbano, isto é, deve abranger todo o município, pois não é lógico procurar corrigir defeitos dentro do perímetro urbano quando fora dele esses mesmos erros estão se repetindo e multiplicando”.

No próximo tópico, abordaremos a visão dos engenheiros da Comissão sobre a cidade informal.

1.2.2.2 A Cidade Informal na “Semana de Urbanismo”

Neste tópico pretendemos, brevemente, apresentar o posicionamento dos membros da Comissão do Plano de Salvador e organizadores da Semana de Urbanismo no tocante a cidade informal.

Alguns palestrantes se arriscaram a descrever as origens da cidade informal, ou o “pecado original” que redundou no grande estigma da cidade. As declarações do engenheiro Jayme Gama e Abreu são sempre muito reveladoras do ideário por trás da Semana de Urbanismo e mais uma vez nos valem dos seus corajosos discursos para apresentar esse conteúdo: qual o discurso do urbanismo da Semana em relação à cidade informal?

Segundo a compreensão de Gama e Abreu¹⁹⁰, a favela tem sua origem na

“casa isolada que ninguém cuidou [...] Ao lado de casas como aquela, outras se alinham. É o feitiço provisório em linhas desajustadas e na taipa incrivelmente barata, feita do enchimento de argila que se pagou com a feijoada alegre de cachaça, na manhã de um dia santo.

Depois, a pena de desmanchar faz, do precário, duradouro e o reboco encalçado tem pretensão de esconder alvenaria apesar que o jacobino ‘barro armado’ grite o seu feitiço nativista no desaprumo das fachadas.

Está aqui a razão porque dizia: ‘a loucura de Nero é, já agora o sonho do urbanista’.

¹⁸⁹ Op. Cit. p. 60-61.

¹⁹⁰ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 130.

Antes, Gama e Abreu havia dito que “A insânia de Nero é então o sonho do urbanista”. Esta frase condensa a proposta da Comissão em relação ao futuro das favelas. E completa: “um incêndio de Roma em cada cidade destas!”. Em seguida, ele deságua em frases mais esclarecedoras quanto ao propósito de riscar do mapa das cidades as áreas informais:

“Destruir o errado para mostrar, nas fumaças rescaldosas, imagens foscas de patíbulos armados para castigar erros! Purificar pelo fogo as pestes dos antros úmidos, dos desvãos que não têm luz, e das alcovas sem ar. Tuberculose, raquitismo, a morte que se antecipa, a cuspir a vida a esmo em placas peçonhentas que à vida alheia envenenam. Eis o presente cor de cera com que o ar puro, ao poluir-se em cidades de insalubridade segura, mimoseia aos incautos que nela teimam em viver!

*Esta trilogia que canta, de fato, a insânia do urbanólogo ansioso é o recurso mais pronto para transformar cidades sem higiene e retrogradadas em cidades progressistas e felizes”.*¹⁹¹

. “Um amontoado de casas que pretendem foros de residência. E mais não são do que abrigos”. Neste trecho do discurso inflamado de Gama e Abreu percebemos a recusa do simples reconhecimento das favelas enquanto área de residência do trabalhador urbano.

Mas certamente é da autoria do nosso já conhecido engenheiro José Lourenço da Costa a palestra que melhor sintetiza o pensamento urbanístico da Semana de Urbanismo, e mais, de uma época, sobre a cidade informal. Na palestra “A Cidade Errada e a Cidade Certa”, ele diz inicialmente como se forma “A Cidade Errada”:

*“[...] um indivíduo construiu uma choupana. Aparentemente isto não tem importância: é apenas uma choupana [...] Com o correr dos tempos, outros aparecem e, simpatizando com o local, vão construindo novas, sendo que, ao fim de algum tempo [...] empreendedores levantam fileiras de casas ruins, mas rendosas e consequentemente de valor de expropriação alto. Então começa-se a observar o mal que produziu o ‘pecado original’”.*¹⁹²

*“É na construção do casebre dentro da roça particular que tem origem os males que atormentam as cidades. Foi assim que nasceram os aleijões urbanos”.*¹⁹³

O preço de se abrigar dentro da cidade uma “cidade errada” é alto e, portanto, “*urge corrigi-la ou serão grandes os prejuízos da cidade, pois entrava o seu desenvolvimento; atenta-lhe contra a higiene, constituindo um foco de tuberculose; dificulta-lhe o transporte, tornando-se uma fonte de acidentes, prejudicando a estética e sacrifica-lhe o conforto*”.

¹⁹¹ Op. Cit. p. 130-131.

¹⁹² Op. Cit. p. 58.

¹⁹³ Op. Cit. p. 60.

A proposta da Comissão em relação aos favelados era ruralizá-los em bucólicas vilas-jardins dentro do perímetro urbano e em cidades-jardins-satélites na zona suburbana e rural da Salvador. Dentro da perspectiva de que “o homem é resultado do ambiente”, novas áreas residenciais salubres, reunindo o que havia de melhor do campo e da cidade, seriam construídas para abrigar o trabalhador urbano pobre.

1.2.2.3 Propostas da Comissão para Salvador

A Comissão do Plano da Cidade de Salvador, através da Semana de Urbanismo de 1935, revela suas bases ideológicas que consistem numa amalgama entre o método investigativo de Patrick Geddes (o inquérito urbano que precede o plano urbanístico) e o modelo espacial cidade-jardim através das propostas de *park-ways* (avenidas-parques) e vilas-jardins.

De acordo com o relatado¹⁹⁴, as atividades da Comissão seriam: 1) a realização da Semana de Urbanismo cujo fim era demonstrar “ao povo a necessidade do plano”; 2) a “reunião dos dados necessários a visualização e solução do problema sob a forma de mapas topográficos, mapas indicando as atuais facilidades de transportes, densidade e distribuição da população e reconhecimentos diversos”; 3) “estudos sobre a situação industrial e estimativa das suas possibilidades futuras”; 4) “estudos sobre as condições de vida em todos os aspectos”; e 5) “estudos sobre a legislação municipal”. Completados os estudos acima, o próximo passo seria zonear a cidade.

Américo Simas em suas “Sugestões para o Plano Diretor de Salvador” esboça um roteiro de estudo prévio para a confecção do *Master plan* da capital baiana: 1) Centro da Cidade; 2) Artérias principais e secundárias; 3) Parques, jardins e praças; 4) Transportes em comum; 5) Quarteirões industriais; 6) Universidades e escolas; 7) Distribuição de água, esgotos e asseio; 8) fornecimento de energia para indústria e iluminação; 9) Habitações Proletárias; e 10) Plano financeiro. E faz a seguinte ponderação: “Além destas questões devem ser estudadas outras que dependem das condições locais”.¹⁹⁵

Segundo Milton de Oliveira¹⁹⁶, presidente da Comissão, “estudado o arcabouço geral do plano de remodelação, embelezamento e expansão da cidade e detalhado este projeto geral com as obras acessórias de iluminação, abastecimento de água, limpeza pública, higiene etc. [...]

¹⁹⁴ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 62.

¹⁹⁵ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 119.

¹⁹⁶ Op. Cit. p. 16-17.

serão elaboradas as leis necessárias e relativas: a) a remodelação e expansão da cidade (deve ser estadual); b) regulamento para construções, zoneamento, divisão de terrenos em lotes; c) leis sociais dispendo sobre a destruição do que nós chamamos de favelas e os americanos ‘slums’, criação de cidades-jardins-satélites com o fim de facilitar a vida mais saudável, aos seus habitantes facilitando as comunicações rápidas, criação de campos de esportes e repouso; e d) leis relativas a proteção estética urbana, aos monumentos históricos e à natureza”.

Na origem das leis e projetos da Comissão está a proposta de se proceder a um pioneiro levantamento das condições sociais, econômicas e geomorfológicas da cidade do Salvador. Tal inquérito urbano multidisciplinar será bastante aprofundado no EPUCS nos anos 40. A idéia era estudar as condições de vida em todos os aspectos (diagnóstico) para se proceder ao prognóstico e intervenções.

A IV subcomissão pretendia projetar na cidade 4 grande parques na zona urbana nessas localidades: tanque da Conceição, Queimado, Dique da Fonte Nova e na confluência do rio Lucaia com o Camorogipe. Esses parques urbanos seriam interligados por “amplos park-ways”. Para a zona suburbana, outros parques seriam projetados: o parque do Cobre, Saboeiro, Lagoa dos Lobatos, Mata Escura, Bolandeira e Rio das Pedras “mais amplos do que os da Zona Urbana, destinados sobretudo para passeios domigueiros da população, servirão até para o que os americanos chama de camping de verão”¹⁹⁷.

Sobre os *park-ways*, Milton de Oliveira¹⁹⁸ nos diz suas origens e definição:

“[...] os americanos do Norte criaram um novo gabarito para as vias de comunicação urbana e que não devemos confundir com os das ruas: são os park-ways, ligação entre os diversos parques da cidade aproveitando-se da natureza o que for possível, suportando um tráfego especial, com largos gramados e frondosa arborização [...]”

E segue dizendo que:

“A Bahia terá um belo park-way, com 50 metros de largura em média a partir do tanque da Conceição (um futuro parque) até o Retiro e dali até o Rio Vermelho (outro parque) acompanhando sempre o vale do Camorogipe; este park-way serve de limite à zona urbana da capital”.¹⁹⁹

Devido à ausência de indústria automobilística e minas de petróleo entre nós, ainda segundo o presidente, nossas park-ways não seriam utilizadas apenas por automóveis, como nos Estados

¹⁹⁷ Op.Cit. p. 11.

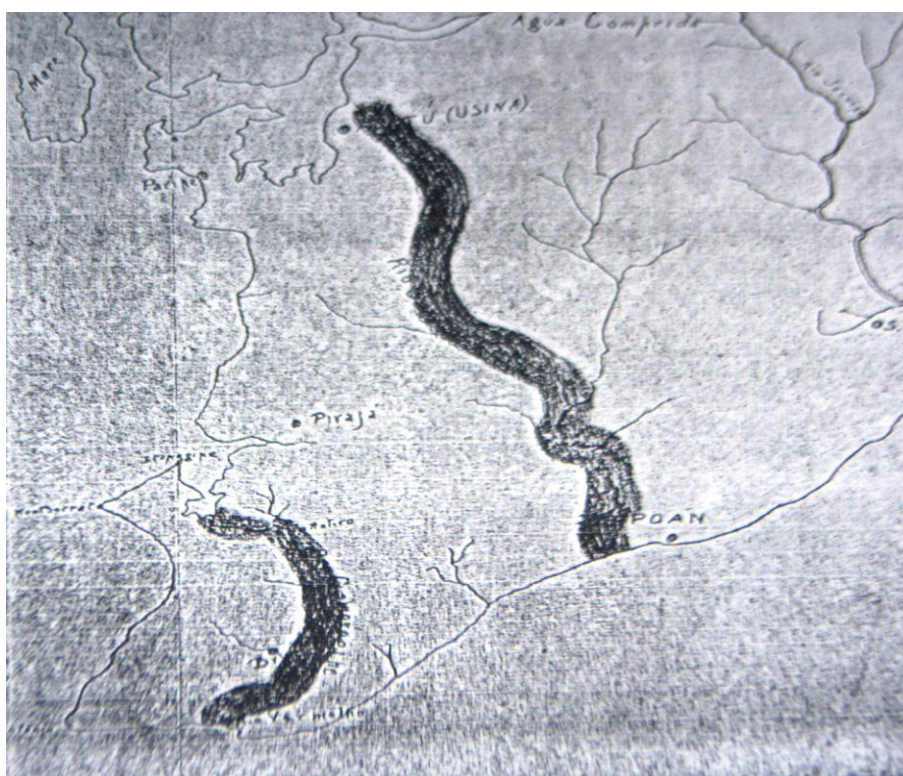
¹⁹⁸ Op. Cit. p. 6.

¹⁹⁹ Op. Cit.

Unidos. “Dentre nós não é possível [...] evitar tão cedo o bonde elétrico, pelo que penso, podemos colocar uma linha dupla de bondes extra-rápidos no centro dos park-ways servindo-lhe de abrigo largos gramados arborizados e após, de um lado e outro, desses gramados, pistas para autos, ladeando-as novos gramados arborizados o mais paisagisticamente possível”.

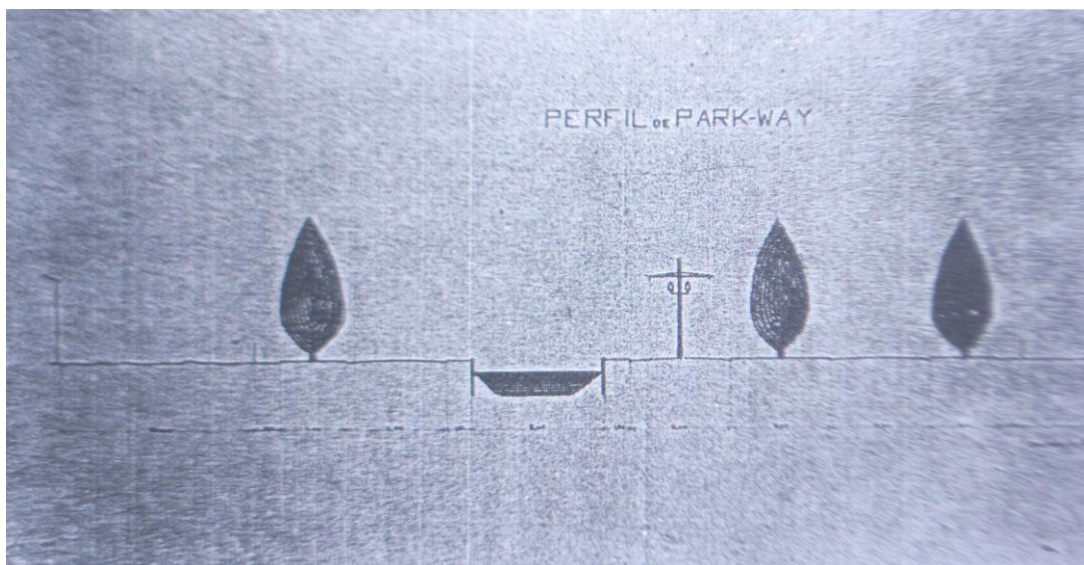
Outros park-ways seriam projetados servindo de delimitação entre a zona suburbana e rural, segundo o zoneamento entregue ao prefeito municipal pela Comissão. “[...] Mais quatro park-ways serão projetados: um da Baixa do Cabula ao parque do Dique da Fonte Nova e daí ao Rio Vermelho descendo o rio Lucaia, outro da Fonte Nova ao Parque Dois de Julho (Campo Grande), o terceiro do parque projetado no tanque do Queimado para o park-way da Baixa do Cabula ao Dique, o quarto da usina Aratú ao ponto de interseção do rio das Pedras com a estrada de rodagem e daí descendo o rio até o oceano”.

Fig. 13: Park-ways: à esquerda fazendo delimitação entre zona urbana e suburbana e, à direita, fazendo delimitação entre zona suburbana e rural.



Fonte: COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 9

Fig. 14: Perfil de Park-way



Fonte: COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 9

A palestra do professor Américo Simas é uma síntese das propostas da Comissão para Salvador. Propostas eminentemente viárias ele propunha uma rede de avenidas a sair do centro da cidade para ganhar os arrabaldes mais distantes do município infra-estruturando, portanto, o território municipal. Facilitar o tráfego entre a cidade alta e baixa também era uma grande preocupação da Comissão. Algumas das propostas viárias serão abraçadas nos anos 40 pelo EPUCS tais como a implantação de avenidas de alta velocidade nos vales do interior do município. As avenidas de vale seriam integradas por túneis e algumas cumeadas por viadutos. No dizer de Simas²⁰⁰, eram necessárias:

“ligações que aproximem os vales interiores que levam ao Dique, do porto, e tornem o acesso da cidade alta mais fácil, devem ser indicadas [...] Avenidas, pelas costas, estabelecendo comunicação entre os arrabaldes, o porto, a estação de Ferro Leste Brasileiro e as estradas de rodagem para o interior, não podem deixar de ser estudadas”. E:

“Indicamos [...] três grandes artérias com linhas de tramways: Avenida 7, já construída, da Independência e de Itapagipe; elevadores e planos inclinados transportarão passageiros e cargas entre a cidade alta e baixa; mais duas avenidas nesta, ao longo da costa, e a Avenida do Porto (França) com 36 metros, ligarão o porto à estação da Leste, Aeroporto, estradas de rodagem para o interior e subúrbios, e bairro de Itapagipe, com auto-ônibus da mesma capacidade dos tramways. Teremos assim 6 linhas capazes de transportar mais de 100 mil passageiros por hora [...] Pelo que acabamos de dizer, projetamos 6 artérias que partam da parte central e se dirijam para os arrabaldes, sendo 3 da cidade alta e 3 da baixa. Das 3 da cidade alta,

²⁰⁰ Op. Cit. p. 118-119.

uma já está construída, a Sete de Setembro, que leva à Barra, sendo conveniente construir mais duas que facilitem as comunicações para Itapagipe, Rio Vermelho, Brotas, Garcia, Santo Antônio etc., pelo traçado indicado.

Das 3 artérias que partem da cidade baixa, a que se dirige para Itapagipe pela costa e o prolongamento da Avenida de França, até o Aeroporto [...] e a que leva a Barra começando esta na rua pela encosta, partindo do Largo da Conceição e ao Largo Dois de Julho, estão indicadas no projeto, bem como a Avenida de Itapagipe; um túnel da Praça Deodoro à Rua Dr. Seabra, nas proximidades da Baixa dos Sapateiros, permitirá diminuir a solução de continuidade existente entre a parte alta e baixa da cidade. Este túnel, com cerca de 14 metros de largura, 4 pistas para veículos, 2 para bondes e 2 para automóveis, e passeios de 1.50 metros, terá aproximadamente 200 metros, em subterrâneo e mais 150 metros a céu aberto[...] estabelecerá a comunicação, muito necessária, entre cidade baixa e alta sendo possível estabelecer o primeiro circuito circular: Porto, Rua pela encosta até o Largo 2 de Julho, Praça da Piedade, Avenida Joana Angélica, Ladeira da Fonte das Pedras, Fonte Nova, Rua Dr. Seabra, Túnel e Porto novamente.

Ao lado das obras viárias e dos parques, outra proposta é divulgada pelo presidente Milton de Oliveira em sua palestra dedicada à mocidade baiana: “as cidades-jardins como o *único* meio de impedir que os trabalhadores rurais se fixem nas cidades tentaculares”.²⁰¹

Nesta palestra, o presidente torreano expõe a ideologia ruralista que engrossa o “caldo ideológico” do urbanismo da “Semana de Urbanismo”. Como já indicamos antes, a resolução dos problemas relativos ao crescimento da cidade informal toma emprestado às orientações da ideologia ante-urbana dominante no cenário político-intelectual do país propondo um “movimento de retorno a terra”, uma reinserção dos pobres no mundo rural na hinterland de Salvador.

Milton de Oliveira toma emprestado do seu mestre Alberto Torres a apologia da vocação agrícola do Brasil e a associação entre êxodo rural e os problemas nacionais tais como improdutividade da economia, problemas morais, desemprego, sublevação do proletariado e desabastecimento alimentar, como podemos constatar nesse trecho do seu discurso:

“Não foi sem razão que Alberto Torres estudando as causas da lentidão do progresso brasileiro, disse ser essencialmente econômico a origem deste mal e preconizou para curá-lo a orientação da população brasileira para agricultura.

As conseqüências do êxodo rural entre nós: o pauperismo, nas grandes e pequenas cidades, a falta de braços em nossas lavouras incipientes, a vida cara nas grandes cidades e nos campos, a ridícula produção agrícola do país, o crescimento à la diable dos núcleos de população citadinos, e por último e não menos apavorante, a luta de classes, a formação de idéias subversivas e desesperadoras, daqueles que, supondo

²⁰¹ COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. Op. Cit. p. 109.

*melhorar de sorte, lançam-se num verdadeiro labirinto de dificuldades assoberbantes”.*²⁰²

Então, a VI subcomissão “nenhuma outra solução mais nobre e adequada encontrou para impedir a fixação do trabalhador rural nas cidades, esses túmulos de força física da raça [...] que propagar a fundação das cidades-jardins, satélites das grandes aglomerações humanas”.²⁰³

A materialização da união entre a ideologia ruralista e o modelo urbanístico da cidade-jardim se realizaria através da construção de 4 vilas-jardins no perímetro urbano: uma na esplanada do Dique da Fonte Nova, as outras nas margens do Tanque da Conceição, do Tanque do Queimado e na foz do rio Lucaia (Rio Vermelho) “todos futuros parques, cujas árvores frondosas, grandes gramados e os lagos maravilhosos no centro, permitirão a criação em liberdade de animais semi-silvestres, para o prazer dos moradores das vilas e dos arredores [...]”.

Para as zona suburbana e rural, a Comissão propunha cidades-jardins em Pirajá, em Santo Amaro de Ipitanga (atual município de Lauro de Freitas), em Água Comprida (atual município de Simões Filhos), Candeias, Aratú, “e uma bela cidade balneária para Itapoan; entre estas diversas cidades-jardins, com limitada densidade e populações e, sim, campos de lavoura e criação”. E uma sugestão se estende para todo o estado da Bahia: “Entre nós, seria de grande utilidade o projetar para cada um dos lugarejos e vilas do formidável *hinterland* baiano, uma futura cidade-jardim, baseada nos princípios socializantes de Ebenezer Howard [...]”.²⁰⁴

1.2.2.4 Encerramento da Comissão

No dia 3 de junho de 1938 foi assinado um Documento Ofício enviado pela Comissão ao prefeito Neves da Rocha requerendo a demissão coletiva dos membros. Neste ofício foi informado ao prefeito os motivos pelos quais a comissão fazia aquele pedido:

“Em dezembro de 1937 foi esta Comissão surpreendida com a demissão do Dr. Milton da Rocha Oliveira, do cargo de Diretor da Diretoria de Jardins, ato de que resultou a sua renúncia imediata da presidência desta Comissão.

[...] Diversas circunstâncias impediram, durante certo tempo, que fossem reunidos todos os componentes da Comissão. Finalmente em sessão realizada em 24 do mês

²⁰² Op. Cit. p. 109-110.

²⁰³ Op. Cit. p. 113.

²⁰⁴ Op. Cit. p. 114.

passado, com a presença de toda Comissão, ficou deliberado por unanimidade que se dirigissem a V. Exci.^a apresentado demissão coletiva como homenagem especial que os mesmos prestam ao Dr. Milton Oliveira [...].²⁰⁵

A renúncia de Milton Oliveira da presidência Comissão deixou evidente a falta de apoio dos poderes públicos aos trabalhos da Comissão ao longo dos quatro anos. Como escreveram os signatários do ofício:

“[...] A melhor boa vontade foi revelada por todos os representantes das entidades, nacionais e estrangeiras para colaborar na elaboração do “Master Plan”, da capital e, não fora o recuo do poder municipal em retirar o apoio dado inicialmente à idéia de urbanização da cidade do Salvador, movido este recuo pela pressão de inveja de uns, pelos interesses feridos de outros e pela falta de civismo sob uma orientação harmoniosa, técnica e econômica, o embelezamento da mais antiga e de uma das mais belas cidades das Américas

[...] Estes projetos iniciais de urbanização iriam exercer-se em áreas, algumas centrais, outras do limite do perímetro urbano com o suburbano, a menos de 6 km do centro comercial, porém, todas em abandono, de desapropriação insignificante e que trariam a vantagem formidável de deslocar dos pardieiros lúgubres e insalubres dos bairros da Sé e do Paço, mangues de Itapagipe, e favelas da Barra, e Rio Vermelho para locais centrais, aprazíveis e saudáveis, a massa das populações pobres e remediadas (que constitui a maioria da capital) a qual contribui com um dos maiores coeficientes do mundo para a mortalidade pela peste branca”.²⁰⁶

Consideramos que o urbanismo da “Semana de Urbanismo” em meados dos anos 1930 introduz uma tendência que será aprofundada no EPUCS nos anos 1940. Esse urbanismo traz para discussão a necessidade de se conhecer a realidade urbana de Salvador através de inquéritos multidisciplinares; a inevitabilidade de se pensar as condições de vida do trabalhador pobre urbano; e a necessidade de equipar Salvador com infra-estrutura social e técnica necessárias á reprodução da força de trabalho urbana e ao processo de acumulação de capital (a industrialização da capital era esperada) . Tudo indica que as elites soteropolitanas não estavam preocupadas em “pensar Salvador” e tão pouco montar uma rede de assistência social, portanto queriam um “urbanismo de obras” e não um “urbanismo investigativo-assistencial”. Queriam um urbanismo que fluidificasse o espaço para as relações do capital, mas não queriam arcar com o peso de amparar a massa de pobres urbanos. Consequentemente, o urbanismo de Seabra prevaleceu.

²⁰⁵ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979, p. 94.

²⁰⁶ Op. Cit. p. 91.

5.3 Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS)

5.3.1. Principais Agentes (profissionais e políticos)

Depois da dissolução da Comissão do Plano da Cidade de Salvador na gestão de Americano da Costa, retoma-se o processo de elaboração do plano de urbanismo da cidade do Salvador no governo municipal de Durval Neves da Rocha (1938-1942) instaurando-se o processo de contratação para elaboração do plano.

O ato n. 227, de 18 de dezembro de 1938, durante a gestão municipal do engenheiro Durval Neves da Rocha, criou a Diretoria de Urbanismo e Cadastro de Salvador com o objetivo de ser o primeiro passo rumo à elaboração “do plano de urbanismo através do qual se orientem os serviços gerais de remodelação e aformoseamento de Salvador”.

No ano de 1941 realiza-se no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Urbanismo para o qual a Prefeitura de Salvador enviou técnicos. Dentre os funcionários municipais enviados ao evento temos o engenheiro Gustavo Maia que exercerá a função de intermediário entre as firmas e a Prefeitura de Salvador. Para quem tinha o propósito de empreender o primeiro plano diretor de Salvador, o Congresso de Urbanismo figurava como a melhor oportunidade de trazer para Bahia os melhores profissionais da área.

O engenheiro Gustavo Maia, funcionário municipal, manteve na ocasião do evento contato com engenheiro goiano Abelardo Coimbra Bueno do famoso escritório de urbanismo e construção Coimbra Bueno. A empresa Coimbra Bueno se notabilizou pela construção de Goiânia e pela elaboração de 9 planos urbanísticos em cidades brasileiras dentre os quais os planos de Curitiba, Campos e Cuiabá.²⁰⁷ Outra grande diferencial possuía o escritório Coimbra Bueno: por cinco anos, ninguém mais que Alfred Agache foi consultor dessa firma e, sempre que possível, era apresentado como trunfo pela mesma com o fim de encampar novos planos de cidades pelo Brasil.

Do entendimento entre Gustavo Maia e Abelardo Coimbra Bueno resultou a visita a Salvador no ano de 1941 do urbanista francês Alfred Agache e do próprio Abelardo Bueno com o fim de assinar o plano diretor de Salvador. No ano de 1941, muitas correspondências são trocadas entre Gustavo Maia e Abelardo Bueno tendo como principal assunto o processo de

²⁰⁷ LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005, p. 514.

contratação. Um relatório enviado no dia 31 de dezembro de 1941 pelo prefeito Neves da Rocha ao interventor federal Landulfo Alves relata que

*“afim de apresentarem proposta a elaboração do Plano Diretor da cidade, a convite da Prefeitura, aqui estiveram elementos da firma Coimbra Bueno, tendo à frente o professor Alfredo Agache, urbanista de renome, e organizador do plano de remodelação da capital da república. Apresentada a proposta, se acha a mesma em estudos”.*²⁰⁸

A visita de Alfred Agache era muito esperada. Como foi dito, os organizadores do plano diretor de Salvador queriam trazer os melhores profissionais disponíveis no mercado nacional para elaborar o plano. Em carta assinada no dia 20 de março de 1941, o engenheiro Gustavo Maia revela ao eng.º Abelardo Bueno que

“A Bahia aguarda com ansiedade a sua vinda e a do emérito prof. Agache.

Os jornais têm tecido comentários elogiosos a este grande acontecimento de inestimável valor para a cidade do Salvador, sendo unânimes em aprovar a resolução do prefeito, de entregar a técnicos experimentados, o estudo e a organização do plano diretor da cidade”

Em seguida, na mesma carta, revela a existência de vontade política na pessoa do prefeito Durval Neves em empreender o plano diretor e suas preocupações pelas questões urbanísticas da cidade. No trecho a seguir, percebemos que o urbanismo de Neves da Rocha se aproxima muito do urbanismo da “Semana de Urbanismo” no tocante às suas bases: tráfego, higiene, estética e áreas de lazer público.

“O nosso Prefeito, que muito tem feito para melhorar as condições sanitárias, a questão do tráfego e o embelezamento da cidade, alargando várias ruas, demolindo inúmeros pardieiros, abrindo novas artérias e dando especial cuidado às praças e jardins, sente a inadiável necessidade de um plano diretor, razão pela qual deu todo apoio à minha sugestão e à vinda imediata de ilustres técnicos da firma Coimbra Bueno.

[...] Posso lhe afiançar que o Prefeito está disposto a empregar todos os meios ao alcance da Prefeitura afim de prestar a nossa Capital mais este grande benefício, que vem desafiando administrações anteriores”.

Gustavo Maia era engenheiro civil, chefe da Divisão de Cadastro da Prefeitura do Salvador. Quando ele retornou do I Congresso de Urbanismo, no dia 12 de fevereiro de 1941, foi empossado diretor da Diretoria de Urbanismo e Cadastro da Capital. Juntamente com o prefeito-engenheiro Neves da Rocha, Gustavo Maia não apenas foi um articulador, mas

²⁰⁸ Relatório Apresentado ao Interventor Federal pelo Prefeito eng.º Durval Neves da Rocha em 31 de Dezembro de 1941, trecho relativo ao plano de urbanismo. Arquivo Público Municipal.

também um estimulador do processo de empreendimento do primeiro plano diretor de Salvador tal como podemos ler naquela mesma carta enviada a Abelardo Bueno no dia 20 de março de 1941:

“Eu, de minha parte [...] empregarei todos os esforços para que a prefeitura contrate com a firma, quando não possível a execução do plano de urbanização, pelo menos a organização do respectivo projeto ou ante-projeto [...]”

Numa carta assinada em 2 de dezembro de 1941 endereçada a Abelardo Bueno, o chefe da Diretoria de Urbanismo e Cadastro diz :

“Como sabe, o meu interesse é que se faça o plano, entregando a sua execução a A, a B ou a C, contanto que o executor tenha idoneidade técnica e já tenha feito serviços desta natureza. Particularmente, por questão de amizade, me interesso pela sua proposta e são votos meus que ela seja aceita”.

Segundo consta na capa da proposta da firma Coimbra Bueno, esta foi elaborada no Rio de Janeiro e entregue pelas próprias mãos do diretor para análise dos técnicos da Diretoria de Urbanismo de Salvador no dia 20 de fevereiro de 1941. Segundo ofício emitido pelo Gabinete do Prefeito ao interventor federal Landulfo Alves, a proposta foi enviada para apreciação da Interventoria no dia 16 de setembro de 1941.

Nesse ínterim, o eng.º Mário Leite Leal Ferreira, tomando conhecimento do firme propósito dos poderes públicos em empreender o plano de urbanismo da capital, entra em contato com o prefeito Neves da Rocha e com o interventor Landulfo Alves pleiteando a assinatura do plano urbanístico. Mário Leal encaminhou uma correspondência ao interventor apresentando o seu interesse em relação ao plano de urbanismo de Salvador e o Projeto do Serviço de Águas e Esgotos de Ilhéus.²⁰⁹

No mesmo relatório de 31 de dezembro de 1941, Neves da Rocha relata ao interventor que “visitou-nos, também, com o mesmo fim, o Dr. Mário Leal Ferreira da firma Dane & Conceição com o qual foram trocadas interessantes impressões em torno de assunto tão palpitante”. Em carta enviada no dia 22 de dezembro de 1941, Abelardo Bueno indaga a Gustavo Maia nesses termos: “não conheço nem de nome Leal Ferreira, é daqui (Rio de Janeiro)?” ao que Gustavo Maia responde em carta do dia 21 de janeiro de 1942 que “tinha tido boa impressão do Leal Ferreira que demonstrou cultura e um entendimento nos assuntos urbanísticos”.

²⁰⁹ OCEPLAN. *EPUCS: uma experiência de planejamento urbano*. Estudos Informativos, nº 1, 1976-a. p. 23.

Mário Leal Ferreira nasceu em Santo Amaro da Purificação (BA) e diplomou-se em engenharia-cartográfica pela Escola Politécnica da Bahia e engenharia civil pela Escola Nacional de Engenharia, no Rio. Através de bolsa, especializou-se em engenharia sanitária na Universidade de Harvard onde estudou também sociologia. Professor livre docente da Escola Nacional de Engenharia, Mário Leal lecionou durante vários anos, a cadeira de Higiene, Saneamento e Urbanismo. Foi ainda professor catedrático de Higiene e Saneamento da Escola Nacional de Belas Artes (curso de engenheiro-arquiteto). Além de cátedras, ocupou vários postos de comando em órgãos públicos em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.²¹⁰

Durante os anos de 1941 e 1942, a disputa entre Mário Leal e Coimbra Bueno no tocante ao plano de urbanismo de Salvador se deu no sentido de influenciar a decisão do interventor Landolfo Alves quanto à escolha das duas propostas entregues para avaliação. Na tentativa de favorecer o amigo Abelardo Bueno, em carta do dia 29 de outubro de 1941, Gustavo Maia avisa-o sobre a estadia do interventor Landolfo Alves no Rio e o pergunta: “tomou alguma providência? Conseguiu alguma audiência? Arranjou bons pistolões?” e para avisá-lo de uma suposta concorrência:

“O fim desta é para lhe comunicar, muito sigilosamente, que o prefeito recebeu hoje um telegrama do Interventor, pedindo não dar qualquer andamento ao plano de urbanização, sem que ele regresse.

Eu quero crer que é uma ação aí junto ao interventor, tenha influído para esta procedência. Creio até que seja outro candidato que esteja influindo. Enfim, você tire as suas conclusões e entre em ação [...] tenha todo sigilo quanto a todo telegrama”.

Em carta escrita no dia 2 de dezembro de 1941, Gustavo Maia revela as investidas de Mário Leal no sentido de influenciar a decisão dos políticos quanto ao vencedor da concorrência. A disputa, como podemos ver, recrudescer na medida em que entra o ano de 1942.

“O fim desta é para lhe avisar que o eng.º Leal Ferreira telegrafou daí do Rio ao D. Neves pedindo que intervisse no sentido de que lhe fosse entregue o plano diretor da cidade.

O D. Neves me mostrou ontem o telegrama, dizendo-me que o Leal Ferreira já estava na cidade e já lhe havia pedido uma audiência especial para tratar do assunto”.

A questão da idoneidade dos profissionais baianos para realizarem autonomamente o plano diretor de Salvador é colocada quando se discute as pretensões de Mário Leal à assinatura do

²¹⁰ ²¹⁰ OCEPLAN. EPUCS: uma experiência de planejamento urbano. Estudos Informativos, nº 1, 1976-a. p. 23.

plano. Na mesma carta do dia 2 de dezembro de 1941, Maia revela um diálogo dele com o prefeito Durval Neves e o descrédito deste em relação à capacidade de um profissional baiano em assumir tarefa tão importante.

“Afirmou-me o D. Neves que não lhe entregará o plano, que não vê nele credenciais para o executar. Eu tenho meus receios, pois este camarada (Mário Leal) pode estar empistolado, e como você sabe, nada adianta dizer que não o entrega.

Disse o Neves, que neste ano, prefere fazer isso a própria “prata da casa”. Eu fiz ver que a “prata da casa” não estava em condições de fazê-lo e faltava-lhe autoridade, a nem que ele ficasse sob a orientação de um técnico de reconhecida capacidade nos assuntos urbanísticos, importando do Rio ou S. Paulo”.

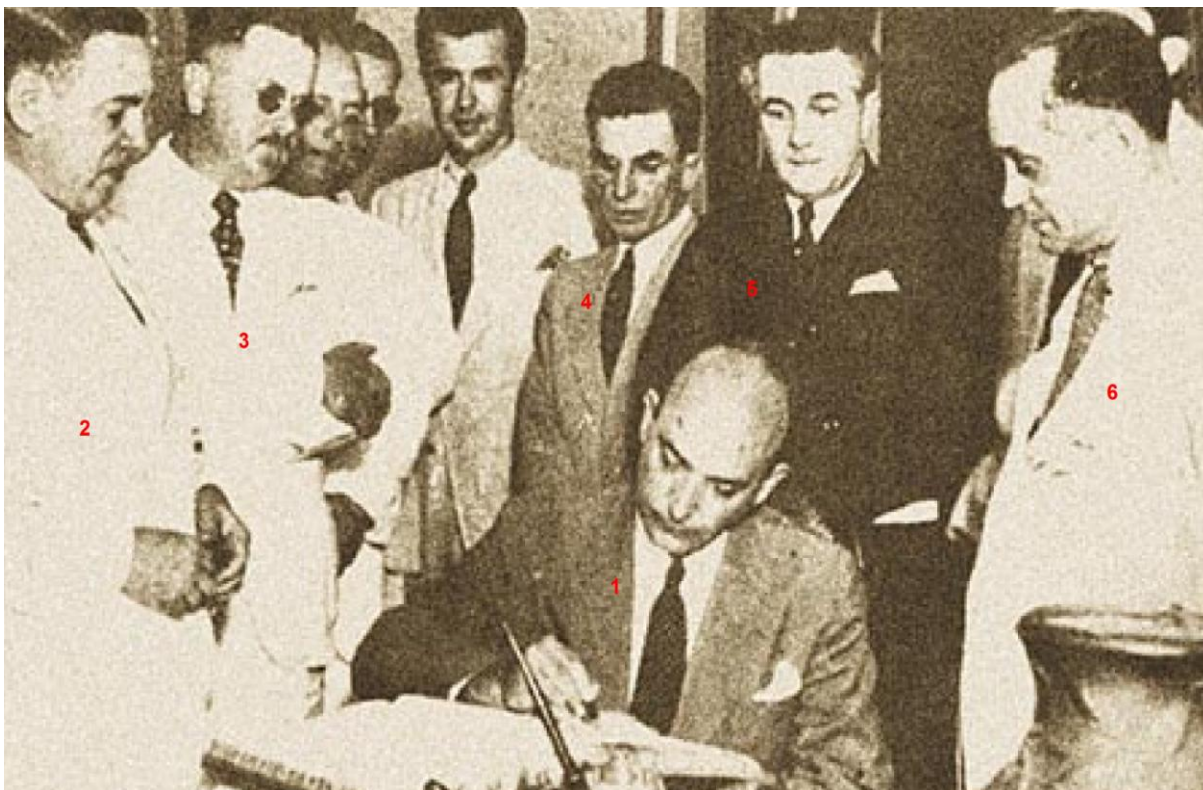
O diretor Gustavo Maia e o prefeito municipal Neves da Rocha eram favoráveis a Abelardo Bueno e Alfred Agache, mas o engenheiro baiano Mário Leal Ferreira contava com o apoio do interventor federal Landolfo Alves. Em 3 de novembro de 1942, foi selado o acordo entre a Prefeitura de Salvador e Mário Leal. Elaborar o plano diretor de Salvador, uma das maiores e mais importantes cidades do país, era uma tarefa capaz de projetar internacionalmente qualquer urbanista de modo que perder a concorrência desse plano foi amargo até para a renomada firma construtora de Goiânia. Em carta dirigida ao amigo Gustavo Maia, Abelardo Bueno encerra a sua participação na história urbanística de Salvador da seguinte maneira:

“Tenho lido alguns telegramas sobre o plano de urbanização da Bahia; não ficamos com mágoa, apenas nós sempre lamentamos não podermos desenvolver em S. Salvador, o pouco de experiência que já adquirimos nas 9 cidades até hoje; seria o mais trabalhoso mas sem dúvida o mais belo dos planos de urbanização”.

O contrato entre a Prefeitura de Salvador e o engenheiro Mário Leal Ferreira entrou em vigência a partir do primeiro dia de 1943 e foi constituído o Escritório do Plano de Urbanismo do Salvador (EPUCS) que ocupou o 3º andar de um edifício defronte a Praça Cairú.

O que importa agora é tratar do caráter local e multidisciplinar da equipe que integrou o EPUCS. O Escritório reuniu profissionais renomados de diversas áreas além daqueles que se tornaram referências em suas respectivas áreas após a experiência no EPUCS como o arquiteto Diógenes Rebouças; os juristas Admar Guimarães e Lafayette Pondé, o historiador e arqueólogo alemão Carlos Ott; o engenheiro Walter Gordilho; o geógrafo Lauro Sampaio; o botânico francês, padre Camilo Torrend; o especialista em saúde pública, Dr. Aristides Paes de Almeida e o museólogo José Prado Valladares. Muitos desses baianos ou estrangeiros radicados na Bahia foram iniciados no estudo da problemática urbana através do EPUCS.

Fig. 15: Assinatura do 1º Contrato do EPUCS em 1943



Fonte: http://osvaldocampos.blogspot.com/2009/04/quem-pensou-salvador-do-futuro-mario_13.html. Acessado em: 14/09/2010.

Na foto temos: 1. Mário Leal Ferreira; 2. Prefeito Durval Neves da Rocha; 3. Eng.º Quintino Stenbak; 4. Dr. Admar Guimarães; 5. Dr. Diógenes Rebouças; 6. Deputado Ramiro Berbet de Castro.

5.3.2 O Modelo de Urbanismo do EPUCS

Partimos para a compreensão das bases filosóficas do urbanismo do EPUCS. O *welfare state*, a concepção evolutiva do fenômeno urbano e o inquérito regional são os elementos importantes para se compreender o “espírito do EPUCS”. É verdade que estas características já podem ser percebidas no urbanismo da “Semana de Urbanismo”, todavia amadurecem bastante no EPUCS.

Tanto o urbanismo da “Semana de Urbanismo” quando o do EPUCS traziam o objetivo confesso de corrigir os erros da cidade, controlar rigidamente o seu desenvolvimento sócio, econômico e territorial por meio de um plano diretor e zoneamento racionais e inserir o pobre urbano (o pobre remediado) na sociedade através de sua colocação no sistema produtivo urbano ou rural e no espaço através das vilas ou cidades-jardins higiênicas ou através da habitação operária salubre. As propostas seriam precedidas pelo *survey* ou inquérito que seria

a investigação histórica dos fatores naturais ou antrópicos responsáveis pela conformação do espaço urbano e social, um escrutínio científico da realidade.

Para se entender o EPUCS nós temos que compreender a idéia de Estado implícita nesse urbanismo. O EPUCS trabalhava com a idéia do Estado de Bem-Estar Social (Welfare-State) ou Estado Keynesiano cuja lógica de atuação se desenvolveu plenamente na América Anglo-Saxônica (até a década de 1970) e na Europa Ocidental (até a década de 1980). Esse Estado provia todas as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho e da produção capitalista. De acordo com a ideologia keynesiana o Estado deveria planejar e gerenciar a sociedade e a economia, mantendo uma enorme rede de bens de consumo coletivos e alguns bens de produção. Esta citação de Mário Leal Ferreira denuncia a influência filosófica do welfare state no “espírito do EPUCS”:

*“A começar pela moderna concepção das prerrogativas e obrigação do Governo e a terminar pelas restrições do direito de propriedade, há que perflustar pela série imensa de obrigações e atitudes de poder público, como mandatário da coletividade nos problemas de interesse geral da população: zoneamento, prediação, conservação e melhoria do meio físico, vias de comunicação e tráfego, criação e preservação de jardins, parques e campos de recreio e Educação física, preservação dos monumentos públicos, abastecimento da cidade em gêneros de primeira necessidade, incentivação e facilidade para indústria, o comércio, a extração, o beneficiamento e a defesa das matérias-primas animais, vegetais e minerais, crédito e, finalmente, o imenso campo de Assistência física e esportiva, de Saúde e Educação, Amparo ao infortúnio, de Justiça e Segurança”.*²¹¹

Bem verdade que no Brasil, país de longa tradição escravista, nunca se formou um autêntico Estado planejador e gerenciador dessa longa lista de demandas sociais e econômicas citada por Mário Leal. No entanto a Constituição Federal de 1934 e a de 1937 já consagravam em seu texto o instrumento planejamento social e econômico como função de Estado e o princípio social da propriedade privada que serviram de esteio ao discurso urbanístico da Semana de Urbanismo e principalmente do EPUCS. Em um determinado texto, o engenheiro Mário Leal²¹² propõe a “substituição à prática viciosa do empírico ‘laissez faire’, que caracterizou o comportamento dos tempos passados” através de um sistema racional.

O fato é que o planejamento e controle do desenvolvimento urbano colidiam com o desejo de flexibilidade e liberdade total das elites em seus interesses imobiliários. Em reportagem do

²¹¹ OCEPLAN. *EPUCS: uma experiência de planejamento urbano*. Estudos Informativos, nº 1, 1976-a. p. 54.

²¹² Op. Cit. p. 52.

vespertino *A Tarde*²¹³ intitulada “As Dificuldades do EPUCS” o jornalista culpa a seção de urbanismo do município, principalmente o EPUCS, pelo agravamento do problema de moradia popular devido à lentidão da liberação de licenças, como apresentamos a seguir:

“Agrava-se dia a dia, em nossa Capital o problema da habitação, havendo já desenvolta especulação no que diz respeito a imóveis.

[...] Sabe-se, agora, que o assunto vai ser debatido na Câmara de Vereadores, à qual já teriam chegado inúmeras reclamações contra certos embaraços criados, ao que se informa, pela seção de urbanismo municipal. Tais embaraços, no entanto, parecem partir, em sua maioria, do EPUCS. Ora, não é crível que a administração do Estado e os poderes públicos municipais tenham de ficar submetidos ao rigorismo de um planejamento, cuja realização pede somas imensas e um dilatadíssimo espaço de tempo. Isso significa lastimável retardamento da solução tão esperada e tão inadiável. A sabedoria popular já consagrou que a necessidade não conhece leis [...]”.

A nosso ver, trata-se de uma mensagem ideológica que se utiliza dos problemas habitacionais dos pobres para desmoralizar o EPUCS e a idéia de Estado que ele representava. Como nos ensina a professora Maria Brandão²¹⁴, da década de 1930 aos anos 1950, o problema habitacional dos pobres era “resolvido” principalmente pela simples invasão e construção informal na vasta propriedade fundiária municipal. Portanto, a prática administrativa das licenças pouco dizia respeito aos pobres e sim aos especuladores e promotores imobiliários, dentre os quais, aqueles que construíam e vendiam imóveis fora das prescrições das posturas municipais aos pobres. Além do mais, é ideológica por informar que as origens do problema habitacional são de ordem burocrática.

Gustavo Maia, diretor da seção de urbanismo da Prefeitura, defendeu a instituição e a idéia de Estado regulador e provedor em nota emitida ao jornal *A Tarde* no dia 26 de maio de 1948 nos seguintes termos:

“[...] tais embaraços, não são, de modo algum, conseqüência de uma obediência cega a ‘um planejamento, cuja realização pede soma imensas e um dilatadíssimo espaço de tempo’, mas sim da noção do cumprimento de um dever sagrado para com a cidade e para com sua população.

Dificultando a proliferação e o desenvolvimento de núcleos residenciais sem a menor preocupação de higiene, quanto mais de conforto e estética, impedindo a concessão de licenças para construção em tais núcleos, e exigindo dos proprietários das glebas a apresentação de planos de loteamentos, a D.U.C. nada mais faz do que, zelando pelos

²¹³ *A Tarde*, 11.05.1948.

²¹⁴ BRANDÃO, Maria de Azevêdo. O Último Dia da Criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

interesses da comuna, promover os meios de criar um ambiente mais digno de ser habitado por seres humanos.

Preciso só faz, sim, uma campanha honesta de amparo aos desafortunados, no sentido de se baratear terrenos para construção, não porém à custa de reduzir as dimensões dos lotes, mas de por um limite à especulação desenfreada de que vem sendo objeto a terra da nossa cidade”.

Gustavo Maia em perspicaz defesa inverte a ordem das coisas, ou seja, desmonta a ideologia ao dizer que o problema habitacional dos pobres não é uma consequência da prática de licenciamento da gestão pública, mas sim da *ausência* de política fundiária e habitacional que fortalece a especulação imobiliária e que, por sua vez, dificulta a resolução do problema da habitação proletária.

Mário Leal foi fortemente influenciado pelo pensamento de Patrick Geddes. Dele Mário Leal Ferreira aderiu à idéia do inquérito regional (regional survey) que orientaria as propostas e a concepção evolutiva e multidisciplinar do fenômeno urbano. Segundo Leal Ferreira²¹⁵:

“Os inquéritos efetuados nesta etapa tinham como objetivo maior detectar as razões de ordem econômica, social, educacional, médica e infinitas outras que, vindas do passado ou surgidas das vicissitudes da vida moderna, são responsáveis pelo padrão de vida que a população desfruta. À luz dos resultados destes inquéritos deveriam ser indicados os remédios para elevação desse padrão à altura daquele que se considera indispensável para garantia dos requisitos mínimos da dignidade humana.”

Esta pesquisa multidisciplinar deveria possuir, segundo Leal Ferreira, o “intuito sincero de encontrar à verdade dos fatos”.²¹⁶ O plano de urbanismo da cidade seria elaborado com base numa rica pesquisa “dos fenômenos sociológicos que influem na sua estruturação ou que são desta, de certo modo, reflexo – investigação, essa, compendiada em estudos sistematizados – e na elaboração de projetos e normas de correção ou ampliação das estruturas existentes, ou da criação de novas, que se tornarem necessárias”.²¹⁷

Os problemas urbanos “resultam, em sua maioria, de múltiplas causas ou fatores, naturais ou criados pelo próprio homem, cuja análise e interpretação se pode enquadrar nos seguintes setores do conhecimento humano: geologia e meteorologia; sociologia; economia e finanças; higiene; paisagística; artes e ciências de engenharia; direito e legislação”.²¹⁸

A tabela a seguir, apresenta a amplitude e natureza dos temas de estudo do EPUCS.

²¹⁵ OCEPLAN. *EPUCS: uma experiência de planejamento urbano*. Estudos Informativos, nº 1, 1976-a. p.49.

²¹⁶ Op. Cit. p. 43.

²¹⁷ Op. Cit. p. 104.

²¹⁸ Op. Cit. p. 105.

Tab. 8: **Temáticas trabalhadas pelo EPUCS**

Meio Físico	- Geografia, Geologia, Hidrologia, Climatologia, Insolação, Ventilação, Botânica
Potencial Humano	- Antropologia, Demografia, Sociologia, Economia
Potencial Econômico	- Matérias-primas, Indústria, Comércio, Serviços, Investimentos, Crédito, Operariado
Estrutura da Cidade	- Setor e Zonas, Vias de Comunicação, Parques e Jardins, Prédios e Terrenos, Monumentos
Serviço de Utilidade Pública	- Saneamento, Abastecimento, Transportes, Controle de Acidentes, Facilidades, Conforto.
Serviços Sociais	- Recreação e Esporte, Assistência (saúde, educacional, infortúnio, econômica, justiça, segurança e política)

Fonte: OCEPLAN. *EPUCS: uma experiência de planejamento urbano*. p. 40

No tocante a todas essas demandas, Mário Leal²¹⁹ diz que “são problemas sociais, para cuja solução a cidade deve estar, estruturalmente, preparada, os que dizem respeito à localização e distribuição dos vários estratos de sua população (zoning); os de saúde e higiene; os de economia e trabalho; os de educação e instrução; os de habitação e alimentação; os de interação social e bem-estar (wellfare)”. Quando Mário Leal afirma que a “cidade deve estar, estruturalmente, preparada”, ele quis dizer que a satisfação dessas demandas sociais implicam numa adequação do espaço da cidade a essas funções através de sua equipagem. O urbanismo do EPUCS requereu um Estado de Bem-Estar Social capaz de prover e manter as infra-estruturas sociais e técnicas sobre o espaço físico.

Segundo relatório do prefeito José Wanderley de Araújo Pinho²²⁰, até o ano de 1947, tais foram às atividades empreendidas pelo EPUCS:

1. Introdução ao estudo sobre a Geologia do Município;
2. Estudo sobre a Habitação Proletária;
3. Estudo sobre a organização, localização e planejamento da Cidade Universitária;

²¹⁹ Op. Cit. p. 105.

²²⁰ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979. p. 99-101.

4. Elaboração, à base de inquéritos e pesquisas realizadas anteriormente pelo Escritório, de esboços históricos sobre:
 - a. Aspectos antropológicos e etnológicos;
 - b. Aspectos ântropo-geográficos;
 - c. Aspectos sociogênicos;
 - d. A formação da cidade do Salvador;
 - e. A evolução cultural da sociedade baiana;
 - f. Potencial econômico.
5. Elaboração e sistematização de normas para o Código Urbanístico da cidade;
6. Estudo sobre a distribuição, localização e planejamento de escolas primárias na cidade;
7. Elaboração de um ante-projeto de decreto-lei sobre zoneamento e loteamento (já convertido no decreto-lei nº 701);
8. Organização de dados e subsídios técnicos:
 - a. Para a Comissão encarregada pelo Governo Federal da localização e planejamento da Universidade da Bahia;
 - b. Para a organização de projetos de Cine Teatro, Hotel, Hospital de Alienados e Teatros;
 - c. Para a elaboração de projeto do Parque Escolar do Setor Residencial –Norte (SR-4).
9. Projeto e orientação técnica para os trabalhos de urbanização do largo do Tanque da Conceição, Centro de irradiação de tráfego do Sistema Viário da Cidade.

O urbanismo do EPUCS colocou as questões da saúde, educação e cultura, transporte e habitação proletária como questões de Estado. Vale lembrar que estas questões ao longo da Primeira República eram tratadas no âmbito privado. A Habitação do operário deixa de ser

discutida como parte da relação industrial-operário para ser colocada enquanto dever da sociedade através do Estado.

No capítulo referente à “Tese da Habitação Proletária”²²¹ o EPUCS associa a idéia de transitoriedade da pobreza que seria justificada com habitações construídas com materiais baratos e a proximidade com o local de trabalho. Tal como advoga o EPUCS, tais pré-requisitos deveriam ser atendidos para se obter êxito no atendimento das necessidades habitacionais dos pobres:

1. Desencorajamento da retenção de terrenos baldios por especuladores que ficam à espera da valorização promovida pelo esforço alheio, mediante a imposição de taxas sobre os mesmos terrenos, em zonas cuidadosamente pré-estabelecidas;
2. Localização da casa tão próxima quanto possível das zonas de atividade de seus ocupantes, sem, com isso, desfigurar o aspecto ou o caráter da zona – requisito este muito sério quando se trata de setores residenciais de alto padrão;
3. Sacrifício de alta percentagem da área do terreno, para a instalação dos serviços de assistência social a serem prestados à população aí sediada, a fim de possibilitar a ação educativa e protetora do Governo e instituições filantrópicas, indispensáveis às massas humanas incapazes de se erguerem por suas próprias forças;
4. Redução máxima do custo da construção, sem prejuízo dos requisitos mínimos de segurança, higiene e conforto compatíveis com a dignidade humana;
5. Atribuição da conservação do prédio a organização especializadas, exonerando seus ocupantes de um encargo que excede sua capacidade e educação econômicas.

Algumas são as implicações da busca desses resultados, algumas das quais se chocam frontalmente com interesses de determinados setores da elite urbana. Para alcançar o requisito 1, o EPUCS propunha um ataque à especulação fundiária através de taxaçaõ diferenciada de terrenos ociosos na busca de valorizaçaõ. Para alcançar o objetivo 2, propunha-se a criaçaõ de bairros operários provisórios, através de moradias baratas cujos materiais teriam uma vida útil de, no máximo, vinte anos; tempo estimado para superaçaõ da pobreza o que levaria as construções adquirirem um caráter convencional.

²²¹ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979. p. 116.

Os bairros-provisórios, segundo a ideologia do EPUCS, seriam espaços onde os pobres seriam educados pelo Estado através da assistência social. Depois de educados, os pobres poderiam ocupar um espaço permanente dentro da cidade. O Estado deveria adquirir uma área apropriada, loteá-la segundo um plano urbanístico cuidadosamente estudado, provendo-a com todos os serviços e equipamentos comunitários necessários a uma vida minimamente digna. O “bairro” deveria ser entregue por concessão a uma empresa particular que ficaria responsável pela construção das casas e, através de taxas estabelecidas em comum acordo com o poder público, resgatar o seu investimento. Após um período determinado, o “bairro” seria entregue ao Estado que se encarregaria de destruí-lo “e assim tornar possível dar a gleba seu novo e mais valioso destino”.²²²

O diagnóstico social do EPUCS parte do princípio que o trabalhador pobre de Salvador do ponto de vista educacional e econômico nem mesmo se enquadra na categoria de operário na Europa e dos Estados Unidos.²²³ Portanto, caberia ao Estado e às associações filantrópicas “animadas do verdadeiro espírito público” educar o trabalhador pobre de Salvador para atingir um padrão de comportamento minimamente adequado ao convívio urbano. O que foi dito a respeito desses “bairros civilizatórios” pode ser resumido no seguinte texto de autoria do EPUCS:

*“Para este estrato da população a casa não é a solução do problema de sua miséria, mas tão somente o palco que é preciso montar para sobre ele serem desenvolvidas todas as complexas atividades de assistência social, de economia, de saúde e de educação, que possam, quando mantidas perseverantemente, melhorar, através de suas sucessivas gerações, o estatuto de vida dessa gente”.*²²⁴

O urbanismo do EPUCS compreendia o problema do pobre como resultado da miséria. E a miséria se combate mediante “uma melhor compreensão da vida, um maior otimismo, que só a saúde física e mental proporcionam, e finalmente com o aumento da capacidade aquisitiva que decorre naturalmente de melhor instrução social e profissional”. Eis a verdadeira solução do problema:

“Proporcionar a casa dentro de concentrações adrede preparadas, isto é – com os serviços gerais de saneamento, higiene, e conforto compatíveis com a própria dignidade humana; com as escolas, desde o maternal e de atividades domésticas até a profissional, desde o jardim-de-infância ao curso primário e secundário (devidamente proporcionado este); com os campos esportivos, as cooperativas de consumo, os

²²² Op. Cit. p. 117.

²²³ Op. Cit.

²²⁴ Op. Cit. p. 118.

*cultos religiosos e, acima de tudo, o serviço social ativo, proporcionador e coordenador dos demais”.*²²⁵

Mesmo liberto do “bairro-escola civilizatória” o pobre não poderia, segundo o urbanismo do EPUCS, ocupar qualquer lugar do espaço da cidade. Para isso existe o zoneamento aprovado através do Decreto-Lei municipal 701 que fixava os pobres no seu devido lugar visando não afetar o valor das zonas residenciais de alto padrão. O “operário da indústria ficará, como se vê na planta, localizado na zona assinalada por achúrias, na vizinhança imediata do futuro parque industrial”. Porém, o operariado que vivia de serviços domésticos e biscates diversos deveria ficar próximo “das zonas residenciais e, sobretudo, das de mais alto padrão econômico”. A verdade é que não tão perto assim. A ressalva é feita logo em seguida

“Surge desse modo um aparente paradoxo: com a intenção de preservar a valorização das zonas residenciais de vários padrões, enseja-se a criação na proximidade delas, de machas de baixo econômico. Para mostrar que não existe contra-senso, ao parecer, manifesto, basta salientar que se pretende, por um lado, isolar essas construções por meios naturais, a feição de ilha, e, por outro lado, criar dentro delas uma tendência de movimento centrípeto da população, isto é – tendência para a centralização e não para a dispersão pela vizinhança” (o grifo é nosso)

O EPUCS propunha “ilhar” os pobres remediados no tecido urbano visando a não desvalorização imobiliária decorrente do espalhamento das massas pobres invadindo as áreas residenciais de alto padrão. Disso podemos tirar uma lição que deve derrubar qualquer visão mítica sobre o EPUCS: o “urbanismo epucsiano” não pretendia subverter o status quo social e econômico de Salvador, mas propunha oferecer um mínimo de dignidade ao pobre (ainda que através de uma tutela opressora!) inserindo-o no sistema produtivo urbano e eficiência econômica à cidade que ainda sonhava com a industrialização.

Havia um sítio e um plano urbanístico adequados para formar essas “ilhas” para pobres:

“Essas ‘ilhas’ se formam naturalmente, desde que às glebas destinadas às concentrações sejam morros isolados por vales que se converterão em parques do planejado sistema de faixas verdes da Cidade, acompanhando os pequenos cursos d’água de que a região é sobremodo rica

O movimento centrípeto será obtido se a gleba for datada de todas as facilidades imaginadas no plano, de modo a oferecer a seus ocupantes tudo aquilo do que necessitam, ao alcance da mão, proporcionados e adaptados às suas circunstâncias e possibilidades, certamente por forma tão fácil e abundante quanto nas áreas circunvizinhas de melhor padrão econômico”.

²²⁵ Op. Cit.

Na cidade do EPUCS, a segregação espacial entre ricos e pobres seria planejada e gerida pelo Estado. Apesar das rígidas fronteiras que separavam os piores pobres dos pobres remediados e esses dos ricos, a visão evolucionista do EPUCS, que permeia toda a sua concepção do fenômeno urbano e social, vislumbrava a possibilidade do pobre derradeiro adquirir instrução e inserir-se no sistema produtivo regular podendo abandonar as glebas dos “biscateiros” para ocupar bairros de operários legítimos. Como todos os temas sociais, a pobreza era vista como uma fase da evolução social que seria, inevitavelmente, superada com as medidas assistenciais. Como podemos ver a seguir:

*“A massa humana concentrada nessa gleba tende a diminuir não obstante o crescimento da população da cidade, eis que, à proporção que as novas gerações vão adquirindo maior desenvolvimento social e melhorando seu padrão educação, sobretudo profissional, deixam seus componentes de ser ‘biscateiros’, para ingressar legitimamente na classe dos operários das indústrias ou noutras categorias profissionais, passando, então, a residir em bairros próprios da Cidade, em condições de vida muito mais definidas e de perspectivas mais promissoras”.*²²⁶

Percebemos que o trabalhador pobre de Salvador percorreria uma via crucis antes de ocuparem um espaço permanente na cidade: primeiro eles freqüentariam os bairros transitórios até se tornarem trabalhadores minimamente civilizados; segundo, eles, se ainda ocupando o posto social de “biscateiros” residiriam em glebas próximas, porém vedadas pelo sítio e plano urbanístico das áreas nobres em que vendem seus serviços precários; terceiro, se ascendessem à categoria de operário industrial típico, ocupariam os setores residenciais para operários próximos dos parques industriais tal como estabelece a lei de zoneamento.

A concepção de saúde e educação física do EPUCS, tanto quanto na “Semana de Urbanismo”, era eugênica. O EPUCS propunha uma verdadeira “indústria de eugenia” com o complexo esportivo da Fonte Nova e do Vale do Lucaia.

Para Mário Leal, as cidades modernas, em sua complexidade funcional, é fruto da evolução “que aparece entre os seres mais simples da escala biológica – o princípio da divisão do trabalho”.²²⁷ Da aldeia à metrópole: “Esse foi e será o processo evolutivo da formação das cidades. E, se evolutivo, não se opera por saltos, mas sim por transformações harmoniosa e sistemática, ditada por uma sincronização mais e mais perfeita dos múltiplos fatores, visível ou invisivelmente operantes”.

²²⁶ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979. p. 118.

²²⁷ OCEPLAN. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979. p. 107.

“Esboçam-se, de início, legítimas tendências evolutivas, em razão das condições do meio físico e das características do núcleo humano de primeiro estabelecimento; o intercurso de interesses dentro desse próprio núcleo e entre ele e outros núcleos já formados ou em evolução, distorcem, de certo modo, essas tendências embrionárias [...] Assim é que se torna possível a descrição da trajetória, que não é uma linha reta, mas sim uma curva contínua, e, até certo ponto, fácil (!) de extrapolar no futuro, quando conhecidos os pontos que lhe marcaram a evolução no passado.

*Corrigir, pois, os defeitos de uma cidade, ou lhe projetar o desenvolvimento, deve ser, antes de tudo, motivo de perscrutação do passado, visando identificar, através da investigação histórica e científica, os fatores que influíram na sua evolução marcando-lhe a fisionomia atual”.*²²⁸

Mário Leal é notoriamente influenciado pelo evolucionismo de Patrick Geddes e, no fim da cadeia ideológica, Charles Darwin. Embevecido pelo evolucionismo, Mário Leal acreditava que os processos sociais urbanos eram facilmente previsíveis e, como vimos, esta visão organicista da cidade influíram no remédio aplicado aos problemas urbanos.

Em 17 de maio de 1944, o projeto de Decreto-Lei municipal nº 234²²⁹ cujo objetivo foi estabelecer “normas para as edificações em terras em enfiteuse, aforamento, emprazamento ou arrendamento” e regular “a extinção dos mocambos no perímetro urbano” fora exarado pelo prefeito Elísio Lisboa. Este decreto municipal, em sua essência, procurou deslegitimar toda prática construtiva na cidade cuja origem não partisse de planta aprovada na Prefeitura. Com esta medida, o governo municipal queria atingir frontalmente a atividade muito comum da auto-construção em Salvador.

Em seu primeiro artigo, o projeto de decreto traz a essência de seu conteúdo. Segundo o mesmo, “As terras dadas em enfiteuse, aforamento, emprazamento ou arrendamento, somente poderão ser destinadas à edificação, mediante aprovação de planta de loteamento e demais exigências locais ou técnicas da Prefeitura”. Não por acaso o projeto se refere a terras sob enfiteuse, aforamento ou arrendamento visto serem estes os principais meios de acesso da população de Salvador ao solo urbano até recentemente. De certo, este projeto não deixou de fora as terras devolutas e não-cultivadas. De fato, o projeto de decreto tinha o mérito de fechar em seu escopo todo tipo de reserva fundiária passível de ocupação e desvalorização através da simples ocupação e auto-construção por parte dos pobres. Como declara o primeiro parágrafo do artigo segundo:

²²⁸ Op. Cit. p. 108.

²²⁹ PROJETO DE DECRETO-LEI MUNICIPAL Nº 234. In: **Planejamento**. Salvador, 6 (1): 15-54. 1978.

*“As edificações encontradas em terras não cultivadas ou devolutas, no espaço do último quinquênio, e que não tenham tido a aprovação da Prefeitura, são considerados atos ilícitos, devendo ser demolidas pelos responsáveis”.*²³⁰

As edificações sem passagem pelo licenciamento municipal não apenas seriam rotuladas como “ilícitas” como estariam privadas de toda a prática oficial por parte da Municipalidade como podemos ler no terceiro parágrafo do segundo artigo: “Nenhuma averbação, lançamento ou qualquer ato oficial, poderá ser efetivado por preposto ou funcionário municipal, de edificações que não tenham observado todas as exigências legais”. Fecha-se, portanto, o cerco contra a auto-construção: os mocambos e casebres que não fossem derrubados seriam empurrados à ilegalidade.

Em seguida, no Art. 4º, o legislador diz que a Prefeitura ofereceria o modelo de casa proletária a ser adotado no processo de licenciamento.

O supracitado projeto foi enviado ao EPUCS para ser apreciado. Após duras críticas feitas por Mário Leal Ferreira ao projeto em carta emitida ao prefeito Elísio Lisboa, fora expedido pelo gabinete do prefeito no dia 6 de outubro de 1944 o Decreto-Lei municipal nº 347.²³¹

Segundo a ementa, o Decreto nº 374, o decreto do EPUCS, “estabelece normas para a extinção das habitações conhecidas pelas denominações de mocambos, cortiços ou casebres”.²³² Logo no primeiro artigo, o decreto do EPUCS confirma o conteúdo do antigo projeto do prefeito-engenheiro Elísio Lisboa ao adjudicar que “são condenadas e ficam sujeitas à demolição as habitações construídas sem a devida licença da Prefeitura e conhecidas pelas denominações de Mocambos, Cortiços ou Casebre”.

O fato é que a periferia pobre de Salvador crescia celeremente a partir dos anos 1940. Como sabemos por Mattedi (1979), as grandes invasões em Salvador datam dos anos 40 e aqueles que estavam investidos de autoridade lançaram mão da força legal e policial no sentido de remover os invasores de terras devolutas e de particulares que passavam a reivindicar reintegração de suas posses à Justiça.

²³⁰ Op. Cit.

²³¹ APRECIACÃO SOBRE O PROJETO DE DECRETO-LEI MUNICIPAL Nº 234. In: **Planejamento**. Salvador, 6 (1): 15-54. 1978.

²³² DECRETO-LEI MUNICIPAL Nº 347 DE 6. 10. 1944 – PREFEITURA DE SALVADOR. In: **Planejamento**. Salvador, 6 (1): 15-54. 1978.

Tanto o urbanismo da “Semana de Urbanismo” já nos anos 30 quanto o urbanismo do EPUCS nos anos 40 e 50 lançaram mão do discurso legitimador da ciência urbanística para erradicar a “Salvador ante-estética e insalubre dos favelados” e sobrepor a essa toda sorte de bairros proletários, vilas-jardins e cidades-jardins satélites. Estes novos espaços higiênicos teriam o condão de restaurar os pobres ditos remediáveis através daquela velha lógica reformista do “homem é fruto do meio” e conduzi-los àquilo que era considerado classe proletária urbana apta ao trabalho industrial. Cremos que os interesses relacionados a preservar um estoque de terras passíveis de valorização mediante a implantação das esperadas obras de infra-estrutura viária eram subjacentes ao processo de “derruba cortiços e casebres”.

O artigo 2º do Decreto nº 374 indica que este vai além do simples “bota abaixo” pretendido pela Prefeitura. Segundo esse artigo “A Prefeitura estabelecerá um plano geral para localização, em cada zona e em situação apropriada, das construções do tipo proletário, para onde poderão ser transferidas os moradores dos mocambos, cortiços e casebres”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia do urbanismo foi à tônica desse estudo. Não procuramos inventariar as ações feitas em nome do urbanismo, mas sim analisar filosoficamente o pensamento que animava a mente dos engenheiros quando pronunciavam seus discursos sobre Salvador dos anos 30 e 40 e seus velhos e novos problemas. O remédio proposto por esses engenheiros ao “caos urbano”, posto em relevo naquelas décadas, também foi analisado: o Urbanismo, a ciência da cidade, que fornecia doutrina e método para a ação.

Ideologia foi conceituada como sendo um conjunto de idéias historicamente produzidas pelas classes dominantes e seus agentes cujo objetivo é ocultar a realidade social, melhor dizendo, as origens das desigualdades sociais entre os homens numa dada sociedade dividida em classes, como a nossa. Tal ideário é apresentado como neutro e superior às lutas de classes e evoca uma entidade superior (Ciência, Razão, Estado, Nação, deuses etc.) para lhe conferir autoridade e para que todos ao fim digam amém.

O Urbanismo (com U maiúsculo) constituísse ideologia por encerrar “verdades” indiscutíveis sobre a cidade e seus os problemas urbanos. Evocando o nome ciência, o urbanismo despolitiza as questões urbanas e, como saber científico e importado de países civilizados, desmobiliza politicamente os oprimidos urbanos e impõe os anseios das elites no tocante ao urbano.

Partimos, então, para o brevíssimo estudo da ideologia positivista enquanto lastro filosófico do urbanismo praticado em Salvador no período conhecido como República Velha (1900 a 1930, aproximadamente). Ao bem da verdade, o positivismo não deixa de ser influência filosófica ao urbanismo dos anos 30 e 40, inclusive a visão social de Sant-Simon a respeito da introdução do operariado na sociedade e o amparo dos segmentos sociais “incapazes” deita raiz profunda no urbanismo pós-Revolução de 30 no Brasil.

O urbanismo de Seabra foi estudado em seus elementos básicos de representação e proposição para Salvador. Através dos planos de embelezamento ou melhoramentos esse urbanismo cuja raiz se encontra nas reformas de Pereira Passos no Rio do início do século e das reformas de Haussmann na Paris oitocentista. Um urbanismo elitista que pretendia impor padrões estéticos europeus e movido por um sentimento anti-colonial também objetivava adequar o espaço da centenária urbe às atividades das concessionárias dos modernos serviços urbanos. O

urbanismo de Seabra, baseado na tríade higiene, estética e tráfego, foi responsável por demolições e abertura de vias urbanas que as elites tanto reclamavam.

A partir dos anos 1930, alguns fatores justificam o surgimento de um urbanismo cujas bases já não estão em Haussmann, pelo menos não de modo exclusivo como na República Velha, mas sim em autores como Patrick Geddes e no modelo espacial cidade-jardim. A visita de arquitetos e urbanistas provenientes das novas agremiações de urbanistas da Europa, principalmente, da França à América Latina tal como Alfred Agache serviu para renovar as bases metodológico-conceituais do urbanismo na região. A publicação de livros e os congressos de urbanismo vieram renovar o pensamento. A ascensão de políticos provenientes da Revolução de 1930 comprometidos com o planejamento social.

Então, o urbanismo ciência, arte e filosofia social, a partir dos anos 30, foi disseminado na América Latina por urbanistas europeus envolvidos com o movimento de reforma social na Europa. Um urbanismo que empregava o inquérito urbano multidisciplinar e o modelo espacial cidade-jardim: ambas ferramentas utilizadas nas reformas urbanas européias do início do século XX.

Em Salvador, urbanismo da “Semana de Urbanismo” nos anos 30 e o urbanismo do EPUCS dos anos 40 seguem esta linha de urbanismo cujas bases estão em Patrick Geddes com sua proposta de regional survey, prognóstico e propostas embasadas numa realidade pesquisada multidisciplinarmente além da concepção evolucionista do fenômeno urbano e seus problemas e no modelo espacial cidade-jardim com as park-ways, vilas e cidades-jardins e centro cívicos.

O urbanismo da “Semana” juntamente com o urbanismo do EPUCS promovem a primeira proposta (que se materializou com o EPUCS) de fazer uma leitura multidisciplinar de Salvador e propor, com base nessa enciclopédia sobre a cidade, um plano diretor para concertar os erros herdados do passado e orientar rigidamente através das diretrizes gerais o desenvolvimento social e urbano futuro. Mesmo a serviço do capital, esse urbanismo colocou, pela primeira vez, ainda que de forma eugênica e tutelada por um assistencialismo controlador, a questão da pobreza do trabalhador urbano é colocada por um círculo de técnicos e políticos em Salvador. Não apenas denunciou o estado de miséria da maioria dos trabalhadores soteropolitano, mas fizeram propostas. Nisto o EPUCS foi além, pois não

apenas discutiu o lugar do pobre na cidade como também propôs uma rede de assistência social para inserir o pobre remediado no sistema produtivo urbano.

O urbanismo da “Semana” e do EPUCS propuseram plano diretor visando criar as condições infra-estruturais de reprodução da força de trabalho urbana e, ao mesmo tempo, infra-estrutura técnica (energia, comunicação, transporte etc.) com o fim de sustentar a tão esperada industrialização que só chega no fim dos anos 1950, e mesmo assim fora do município de Salvador.

O fato é que as elites urbanas de Salvador, como em todo o resto do país, não se agradou de um urbanismo que averiguava a realidade social e urbana ainda que ele nunca tivesse a pretensão de subverter a ordem social, como fica claro em suas propostas de disciplinamento dos trabalhadores urbanos e adaptação dos mesmos às relações sociais capitalistas de produção urbana. O inquirir a realidade, principalmente em suas origens, seja para que fim for, não agrada às elites.

Enfim, as elites urbanas de Salvador, tal como do resto do país, não queria carregar o pesado fardo da assistência social e a custosa estrutura de reprodução da força de trabalho urbana. As elites seguiram praticando o urbanismo de Seabra e seus planos físicos que escusavam o enciclopedismo e a investigação do EPUCS. Enquanto o urbanismo cujas bases estão numa mistura entre Geddes e Howard predominou enquanto discurso ideológico, o urbanismo de Seabra, mesmo apresentando um discurso pobre sobre o urbano, se manifestou mais como prática.

7. REFERÊNCIAS

Artigos, Livros, Dissertações:

ALMANDOZ, Arturo. *Modernización Urbanística en América Latina. Luminarias extranjeras y cambios disciplinares, 1900-1960*. Revista Iberoamericana, VII, 27 (2007), 59-78.

_____. *The Emergence of Modern Town Planning in Latin America*. Disponível em: www.helsinki.fi/hum/ibero/simposio/2003. Acessado em: 20/05/2010.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

BARDET, Gaston. *O Urbanismo*. Campinas: Ed. Papirus, 2001.

BOSI, Alfredo. *O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração*. Disponível em: www.machadodeassis.org.br/abl/media/simbiose45.pdf. Acessado em: 24/05/10.

BRANDÃO, Maria de Azevêdo. O Último Dia da Criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

CAMPINHO, Milena P. *O Centro Histórico de Salvador – 460 anos*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). 2009. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Porto, Porto.

CASTRO SANTOS, Luiz A. de. *As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República*.

CARR, Edward Hallet. *O que é História?* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *O Que é Ideologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense (coleção primeiros passos, nº 13), 2006.

COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. *Conferências: semana de urbanismo 20 a 27 de outubro de 1935*. Bahia: Cia. e Editora Gráfica da Bahia, 1937 (fotocopiado).

CONNIFF, Michael L. *Política Urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925 – 1945*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2005.

DECRETO-LEI MUNICIPAL Nº 347 DE 6. 10. 1944 – PREFEITURA DE SALVADOR. In: *Planejamento*. Salvador, 6 (1): 15-54. 1978.

DE QUEIROZ, Paulo Peltier. *Plano de Urbanismo da Cidade de Itaparica*. Bahia, S/E, 1939.

DE SOUZA, Christiane Maria Cruz. *A Gripe Espanhola em Salvador, 1918: cidade de bicos e cortiços*. Revista História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. 12, n.1, p.71-99, jan.-abr. 2005.

EPUCS. Apreciação sobre o projeto do Decreto-Lei Nº 234. In: *Planejamento*. Salvador, 6 (1): 15-54. 1978.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. Idealizações Urbanas e a Construção da Salvador Moderna: 1850 – 1920. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F (orgs.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA (Faculdade de Arquitetura), 1º Ed., 1992.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F; SAMPAIO, Heliodoro. A Constituição do Urbanismo Moderno na Bahia, 1900-1950: construção institucional, formação profissional e realizações. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005.

FIORI, Neide Almeida. *Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola*. Disponível em: www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2002_especial/13_fiori.pdf. Acessado em: 28/05/10.

GEDDES, Patrick. *Cidades em Evolução*. Campinas: Ed. Papirus, 1994.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: ed. Perspectiva, 2005.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins do Amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. Salvador: Edufba, 2005.

MARTINS, Nelly Peixoto. Rio Grande do Sul: experiência urbanística. In: IBAM, *Leituras de Planejamento e Urbanismo*. Nº 78, 1965.

MARX & ENGELS. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret (obra-prima de cada autor, 192), 2006.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *As Invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. 1979. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador (mimeo.).

NUNES, Débora (coord.). *História Urbana de Salvador*. CD interativo. Salvador: Unifacs, 2007.

OCEPLAN. *EPUCS: uma experiência de planejamento urbano*. Estudos Informativos, nº 1, 1976-a.

_____. *Evolução Física da Cidade do Salvador*, vol. 4, Estudos Informativos, nº 2, 1979.

OUTTES, Joel. Disciplinando la Sociedad a través de la Ciudad. El Origen del Urbanismo em Argentina y Brasil (1894-1945). *Eure*, Santiago, vol. 28, nº 83, maio de 2002.

PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Ed. Egda, 1999.

PINTO DE AGUIAR, Manoel. *Notas Sobre o “Enigma Baiano”*. Planejamento, Salvador, vol. 5, nº 4, p.123-136, out/dez. 1977.

PMS. *Relatório apresentado pelo engenheiro civil Durval Neves da Rocha (Prefeito) ao exmo. Sr. Landolfo Alves (Interventor Federal no Estado) – Período de 12 de abril de 1938 a 12 de abril de 1940*. Bahia, 1940.

REZENDE, Vera. *Planejamento Urbano e Ideologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, João. *O Que é Positivismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense (Coleção Primeiros Passos, 72), 2003.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana (1890-1930)*. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F (orgs.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador, UFBA (Faculdade de Arquitetura), 1º Ed., 1992.

_____. *Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940)*. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewArticle/3103>. Acessado em: 3/06/10.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia da Primeira República. Uma Política de Acomodação*. Salvador, UFBA (Estudos Baianos, nº 10), 1978.

_____. *Poder & Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

SIMAS FILHO, Américo. *Ângulos do Problema da Habitação Popular em Salvador*. Bahia: S/E, 1954.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformação e permanência (1549-1999)*. Ilhéus: Editus (Editora da UESC), 2002.

[1993] VILLAÇA, Flávio. Plano Diretor: modernismo e pós-modernismo?

_____. Uma Breve Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEAK, C. e SCHIFFER, S. *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

Jornais (novembro de 1934 a dezembro de 1935): A Tarde

Cartas e Ofícios : Arquivo Público Municipal